



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Joyce Simões de Souza

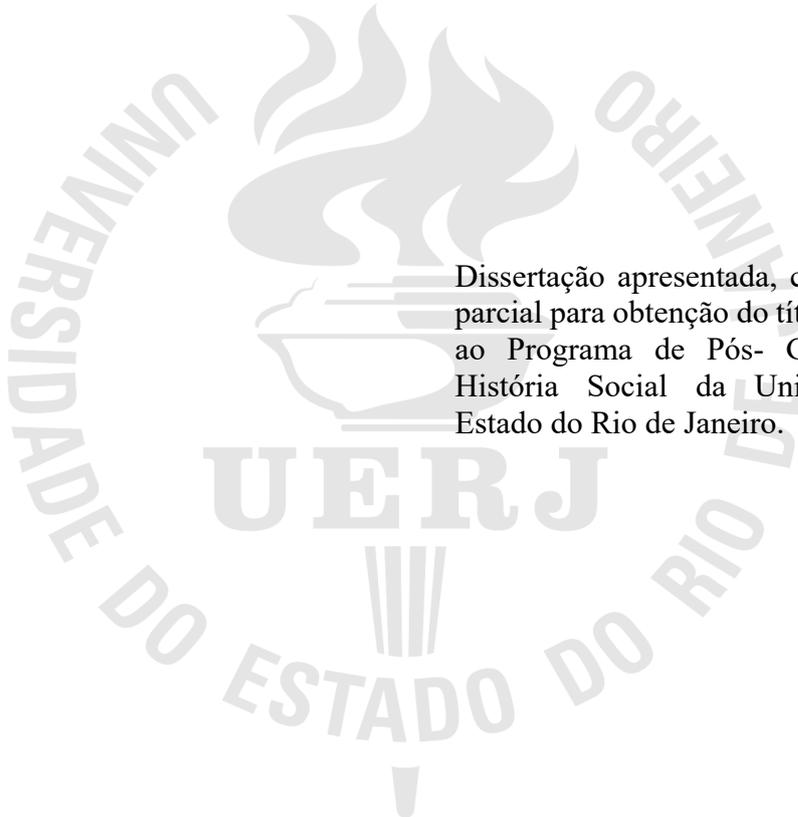
Imprensa feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* enquanto movimento de resistência (1975 a 1980)

São Gonçalo

2025

Joyce Simões de Souza

Imprensa feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* enquanto movimento de resistência (1975 a 1980)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva

São Gonçalo

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S729 TESE	<p>Souza, Joyce Simões de. Imprensa feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais <i>Brasil Mulher</i> e <i>Nós Mulheres</i> enquanto movimento de resistência (1975 a 1980) / Joyce Simões de Souza. – 2025. 153f. : il.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Feminismo – Teses. 2. Resistência ao governo – Teses. 3. Imprensa – Brasil – Teses. 4. Ditadura – Brasil – Teses. I. Silva, Izabel Priscila Pimentel da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p>
CRB7 – 6150	CDU 396

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Joyce Simões de Souza

Imprensa feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* enquanto movimento de resistência (1975 a 1980)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2025.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Andréa Cristina de Barros Queiroz
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Ana Rita Fonteles Duarte
Universidade Federal do Ceará

São Gonçalo
2025

Dedico este trabalho a todas as mulheres que um dia lutaram e às que seguem lutando pelo fim de todas as formas de opressão.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me apoiaram em mais essa etapa de minha formação.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Izabel Priscila Pimentel, que acreditou em mim e em minha pesquisa, compartilhando de sua sabedoria, para essa minha jornada. Este trabalho só foi possível por sua compreensão, paciência e generosidade.

À Lia Zatz e Inês Castilho, pela gentileza em participar e conceder seus depoimentos, tornando viável a elaboração desta pesquisa e as demais mulheres que integraram a pesquisa com seus testemunhos, Vera Soares, Iara Prado, Rosalina Leite, Ieda Areias. E ao Memorial da Resistência de São Paulo, que possibilitou a utilização dos relatos ocorridos durante a exposição “Mulheres de Luta”.

Às professoras Andrea Queiroz e Ana Rita Fonteles, pelas contribuições durante a qualificação, e por aceitarem de forma tão generosa, compor a banca avaliadora de minha dissertação de Mestrado.

A todos os meus colegas que partilharam comigo dessa jornada, em especial ao grupo “Sessão de Terapia PPGHS”, que fizeram meus dias mais felizes e minha trajetória acadêmica mais leve, discutindo e compartilhando momentos alegres e angústias. Sou grata a cada sorriso, carinho e palavra de apoio. Vocês são mulheres incríveis e se tornaram muito especiais pra mim.

Aos colegas da pós-graduação por todas as trocas, carinho e respeito, por terem compartilhado os seus conhecimentos e suas pesquisas.

Agradeço especialmente, aos professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ que contribuíram, de alguma forma, direta ou indiretamente, na minha formação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Brasil - Código de Financiamento 001, pela bolsa de estudos recebida durante os dois anos de Mestrado, fundamental para a dedicação exclusiva na pós-graduação e para a possibilidade de desenvolvimento desta dissertação.

RESUMO

SOUZA, Joyce Simões. *Imprensa feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres enquanto movimento de resistência (1975 a 1980)*. 2025. 153f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

A presente dissertação tem por objetivo compreender a construção do pensamento feminista durante a década de 1970, por meio da análise dos periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, surgidos em 1975 e 1976, respectivamente. Estes jornais pertenceram à imprensa alternativa constituindo-se enquanto um importante espaço de luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas e também pelas pautas dos direitos das mulheres. Partindo de depoimentos e entrevistas, coletados através da metodologia de História Oral, buscaremos também compreender as trajetórias das mulheres que fizeram parte da produção de ambos os jornais, assim como as memórias construídas por elas sobre a sua atuação na imprensa alternativa feminista, para que possamos apreender o papel desta imprensa no contexto da redemocratização. Priorizamos analisar nos jornais selecionados os temas do aborto, sexo, maternidade e mercado de trabalho, tendo em vista que os jornais foram um espaço importante de debate acerca dessas temáticas. Os periódicos apresentam similaridades se consideramos a presença dos temas investigados em seu conteúdo, mas diferem-se em sua abordagem, adotando pensamentos e posições plurais, além de divergências relativas ao feminismo e aos assuntos que deveriam ser abraçados pelos jornais. Pretende-se, portanto, investigar como a imprensa feminista serviu de espaço para a difusão dos debates de movimentos sociais de mulheres e também, de novas ideias políticas, sendo um espaço de resistência e de expressão do movimento feminista.

Palavras chaves: feminismo; resistência; imprensa alternativa; ditadura.

ABSTRACT

SOUZA, Joyce Simões. *Feminist press in the dictatorship: the construction of feminist thought from the newspapers Brasil Mulher and Nós Mulheres as a resistance movement (1975 to 1980)*. 2023. 153f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025.

This dissertation aims to understand the construction of feminist thought during the 1970s, through the analysis of the periodicals *Brasil Mulher* and *Nós Mulheres*, published in 1975 and 1976, respectively. These newspapers belonged to the alternative press, constituting an important space for the fight against the dictatorship, for democratic freedoms and also for women's rights issues. Based on testimonies and interviews, collected through the Oral History methodology, we will also seek to understand the trajectories of the women who were part of the production of both newspapers, as well as the memories constructed by them about their work in the alternative feminist press, so that we can understand the role of this press in the context of redemocratization. We prioritized analyzing the topics of abortion, sex, motherhood and the job market in the selected newspapers, considering that newspapers were an important space for debate on these topics. The periodicals present similarities if we consider the presence of the themes investigated in their content, but they differ in their approach, adopting plural thoughts and positions, in addition to divergences regarding feminism and the subjects that should be embraced by newspapers. The aim, therefore, is to investigate how the feminist press served as a space for the dissemination of debates about women's social movements and also new political ideas, being a space for resistance and expression of the feminist movement.

Keywords: feminism; resistance; dictatorship; alternative press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Jornal Brasil Mulher – Ed. nº 0 – 1975	55
Figura 2 –	Jornal Brasil Mulher – Ed. nº 1 – 1975	56
Figura 3 –	Jornal Brasil Mulher – Ed. nº 2 – 1975	71
Figura 4 –	Jornal Brasil Mulher – Ed. nº 1 – 1976	72
Figura 5 –	Jornal Brasil Mulher – Ed. nº 2 – 1976	73
Figura 6 –	Jornal Brasil Mulher – Ed. nº 7 – 1977	77
Figura 7 –	Jornal Nós Mulheres – Ed. nº 1 – 1976	80
Figura 8 –	Jornal Nós Mulheres – Ed. nº 7 – 1978	90
Figura 9 –	Jornal Nós Mulheres – Ed. nº 5 – 1977	95
Figura 10 –	Exposição Mulheres em luta. Memorial da Resistência de São Paulo, 2024	132
Figura 11 –	Exposição Mulheres em luta. Memorial da Resistência de São Paulo, 2024	133
Figura 12 –	Exposição Mulheres em luta. Memorial da Resistência de São Paulo, 2024	133
Figura 13 –	Painel com cronologia do movimento feminista. Memorial da Resistencia, 2024	135
Figura 14 –	Roda de conversa ocorrida durante a Exposição Mulheres em luta, no Memorial da Resistência de São Paulo, em março de 2024	135
Figura 15 –	Roda de conversa ocorrida durante a Exposição Mulheres em luta, no Memorial da Resistência de São Paulo, em março de 2024	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI 5	Ato Institucional nº 5
AP	Ação Popular
APML	Ação Popula Marxista Leninista
BM	Brasil Mulher
BENFAM	Sociedade Civil de Bem Estar Familiar no Brasil
CBM	Centro da Mulher Brasileira
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOI CODI	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, dentre outros.
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NM	Nós Mulheres
OBAN	Operação Bandeirante
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SOF	Serviço de Orientação à Família

SNI	Serviço Nacional de Informações
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
VAR PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	MOVIMENTOS FEMINISTAS E ATUAÇÃO POLÍTICA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 NO BRASIL	17
1.1	Breve história dos feminismos	17
1.2	A ditadura, a luta pelas liberdades democráticas e a resistência feminista	31
1.3	Imprensa alternativa: a construção de um espaço de resistência	44
2	“NOSSO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO E LUTA”: OS JORNAIS ALTERNATIVOS FEMINISTAS COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA A DITADURA	47
2.1	A construção de um novo espaço de luta: as origens do <i>Brasil Mulher</i>	50
2.1.1	<u>Aborto, sexo, maternidade e mercado de trabalho nas páginas do <i>Brasil Mulher</i></u>	58
2.2	“Decidimos fazer esse jornal feminista”: o surgimento do <i>Nós Mulheres</i>	78
2.2.1	<u>Aborto, sexo, maternidade e mercado de trabalho nas páginas do <i>Nós Mulheres</i></u>	81
2.3	Um espaço também de ausências: a questão racial e a diversidade sexual	93
3	MEMÓRIAS DE LUTA: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA IMPRENSA FEMINISTA DOS ANOS 1970	103
3.1	Memória, identidades e oralidades	104
3.2	As memórias e resistências das integrantes do <i>Brasil Mulher</i> e <i>Nós Mulheres</i>	112
3.3	Fragmentos de luta: a história e memória das integrantes dos jornais da imprensa feminista	125
3.4	“Por que você se tornou feminista?”: o reencontro em novos tempos ..	129
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	147

INTRODUÇÃO

Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais

Belchior

Por que falar de feminismo é importante? Na década de 1970, ser intitulada feminista, podia ser ofensivo para algumas mulheres. Hoje, 50 anos depois, ser chamada de feminista ainda se mostra um tabu para alguns setores da sociedade – e entre as próprias mulheres –. Se por um lado obtivemos avanços na publicização de pautas referentes aos direitos das mulheres, à importância do entendimento da existência da opressão de gênero e ocupamos os espaços públicos, por outro, nos últimos anos, observa-se um retorno de discursos conservadores voltados ao controle de corpos femininos que se multiplica nas redes sociais e nos meios de comunicação. Se no século XX a grande mídia e as revistas femininas ditavam os comportamentos que deveriam ser assumidos pelas mulheres, como donas de casa, respeitáveis dentro de uma moralidade cristã, hoje, as tendências, amplamente difundidas nas redes sociais, propagam visual natural, “clean”, com pele lisa e bem cuidada, cabelos extremamente alinhados, como um sinônimo de elegância e sofisticação, retratados em corpos extremamente magros – e embranquecidos – se tornando o novo padrão de beleza a ser seguido, ao mesmo tempo que marginaliza os traços e culturas de mulheres pobres, latinas e não brancas.

Quando direcionamos nosso olhar para o campo dos direitos conquistados, notamos que somente em 2013 foi estabelecida a igualdade de direitos trabalhistas entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores (urbanos ou rurais), por meio da PEC das domésticas. O assédio sexual foi criminalizado no Brasil em 2001, com a Lei nº 10.224. A legislação do aborto sofreu algumas mudanças desde a sua implementação, em 1940. Em 2012 foi aprovada a legalização do aborto em casos de anencefalia. Dessa forma, o aborto passava a ser permitido apenas em casos de estupro, risco de vida da gestante ou anencefalia fetal. Em 2024, entretanto, foi aprovado o Projeto de Lei 1904/2, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, representando um retrocesso na legislação. Vale destacar que, ainda hoje, mesmo quando o aborto se encaixa nos três requisitos em que o mesmo é legalizado, é comum que o acesso das mulheres – especialmente crianças e adolescentes – a esses procedimentos sejam dificultados, principalmente, aquelas que possuem baixo poder aquisitivo ou pouco acesso ao sistema de saúde. Podemos dizer que houve alguns avanços com relação aos direitos das mulheres em determinados âmbitos, mas também é certo afirmar que

tivemos muitos retrocessos e que temos um longo caminho a percorrer para acabar com a desigualdade social e de gênero.

Por isso, pode ser que, assim como eu, ao ler algumas das matérias trazidas pelos jornais da década de 1970 que analisados nesta dissertação, elas se pareçam extremamente atuais. A luta pela descriminalização do aborto, as desigualdades no mercado de trabalho, o controle dos corpos femininos, o trabalho doméstico e as experiências e as memórias de mulheres que, de alguma forma, lutaram contra a opressão que sofreram na sociedade são fundamentais para reforçar e contribuir para os debates feministas e pensar em como a nossa sociedade, mais de 50 anos depois, permanece excluindo sistematicamente, uma grande parte das mulheres.

A década de 1970 no Brasil foi marcada por transformações políticas, sociais e culturais resultantes do golpe militar instaurado em 1964. A ditadura civil-militar instituiu a censura à imprensa, à música, aos filmes e demais meios de manifestações culturais, eliminando tentou cercear as formas de liberdade de expressão e autonomia do sujeito, além de promover uma intensa perseguição aos seus opositores.

Os movimentos sociais foram vigiados, perseguidos e reprimidos com base na ideologia de “segurança nacional”, que enxergava em qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, mulheres, ou outros grupos considerados “subversivos” sob os olhos do regime, sendo vistos como uma ameaça comunista. Entretanto, isso não fez com que tais grupos desaparecessem do cenário político, ao contrário, tornaram-se diversos, rejeitando uma postura passiva diante do autoritarismo dos militares, descobrindo novas formas de resistir a violência.

Foi na década de 1970 que os movimentos sociais passaram a ocupar o espaço público de maneira mais incisiva, adotando novas formas de luta. O movimento negro, lésbico e homossexual, operários, feministas, sindicais, entre outros, ganharam força e passaram a mobilizar novas formas de luta pela democracia e por suas pautas específicas.

É nesse contexto que se insere a presente dissertação. Nossa pesquisa tem como principal objetivo compreender como a imprensa alternativa se constituiu como um espaço de luta e resistência no período da Ditadura civil-militar e contribuiu para a construção do movimento feminista no Brasil. A partir das mudanças políticas ocorridas no país após a década de 1960, procuramos destacar a atuação das mulheres nos movimentos de resistência e na luta pelo reconhecimento de seus direitos. A participação das mulheres nos movimentos de oposição à ditadura é fundamental para a compreensão das relações de poder e gênero, tendo em vista que o movimento feminista também foi uma luta por mudanças culturais e sociais e contra hierarquias socialmente estabelecidas.

Desse modo, buscamos entender como se deu a construção do pensamento feminista durante a década de 1970 por meio da análise dos periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, surgidos em 1975 e 1976 respectivamente. Os jornais foram um importante instrumento de resistência na luta das mulheres ao apresentarem pautas relativas ao aborto, à violência doméstica, à desigualdade salarial, à sexualidade somadas à luta pelo fim da ditadura e pelas liberdades democráticas. Ao reivindicarem demandas particulares das mulheres, questionavam também, estruturas de poder existentes pautadas no gênero, que impunham o papel de mãe, esposa, dona de casa, limitando-as à esfera privada. Por meio desses periódicos, foi possível conhecer as demandas específicas de diferentes grupos de mulheres. Pretendemos, portanto, analisar como a imprensa feminista serviu de espaço para a difusão dos debates de movimentos sociais de mulheres e também de novas ideias políticas, sendo um espaço de resistência e de expressão do movimento feminista. Ao mesmo tempo, esses jornais também foram palco de embates políticos importantes, de interpretações e posicionamentos políticos distintos, inclusive sobre o feminismo, de aproximações e afastamentos de partidos políticos e de fortalecimento de movimentos sociais.

A fim de compreender a construção dessas ideias, o corpo documental trabalhado nesta pesquisa é composto, principalmente, pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Os impressos podem ser encontrados, digitalizados, nos sites do acervo da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Perseu Abramo. Ambos os jornais estavam inseridos em um período histórico marcado pelas transformações políticas deixadas pelo Ato Institucional nº5, mas também pelo início do período de abertura política, o que influenciou na abordagem trazida por eles, marcada por questões específicas do movimento feminista e da luta pela democracia.

O *Brasil Mulher* foi um jornal dirigido e editado por mulheres cisgênero, em sua maioria brancas heterossexuais e pertencentes à classe média, em grande parte, vindas de grupos de esquerda e partidos políticos. Circulou de 1975 até 1980, em âmbito nacional, totalizando 17 edições, e abordou temas como mercado de trabalho, anistia, contracepção, creche e violência contra a mulher. Seus exemplares eram vendidos e distribuídos por suas integrantes.

O *Nós Mulheres* também era dirigido e editado por mulheres cisgênero, em sua maioria brancas, heterossexuais e pertencentes à classe média. Algumas de suas integrantes vieram de grupos de esquerda, outras tiveram experiência no exílio. Circulou de 1976 a 1978, em âmbito nacional e teve um total de 8 edições, que apresentavam temas e pautas como mercado de trabalho, dupla jornada, trabalho doméstico não remunerado, maternidade, creche e aborto. Teve seus exemplares vendidos e distribuídos pelas mulheres que fizeram parte do jornal.

A circulação de ambos os periódicos se dava por meio da venda nos grupos feministas e de esquerda ou por meio de programas de assinatura, mas também pela distribuição realizada pelas próprias integrantes do jornal. Nenhum dos jornais possuíam assinaturas em suas matérias, o que nos impede de identificar quais de suas integrantes escrevia cada texto. Isso atribuía o caráter do coletivo ao jornal. Além disso, a opção por não assinar suas matérias também poderia ser uma medida de proteção adotada por elas para evitar a censura. Os jornais também possuíam uma tiragem irregular, principalmente, pelo fato de não possuírem uma estrutura financeira estável que mantivesse a circulação do jornal.

Para a melhor compreensão dos usos dos jornais dentro da pesquisa histórica, recorreremos aos trabalhos de Tania de Luca, que nos apresenta as possibilidades oferecidas pelos estudos das publicações, tais como a análise de aspectos sociais e políticos.¹ A imprensa permite, entre outras coisas, apreender o lugar que era reservado à mulher em diferentes momentos históricos, evidenciar transformações nas relações de poder entre homens e mulheres e explorar as representações da mulher ao longo dos anos.

Além disso, também utilizamos como fonte, testemunhos de mulheres que se encontravam inseridas em ambos os periódicos. Seus relatos permitem uma maior compreensão acerca de suas relações com o feminismo e suas atuações dentro dos jornais. A História Oral, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira, é um instrumento importante para a recuperação de memórias e experiências e, quando empregada como método de pesquisa, possibilita o entendimento de estratégias de ação dos grupos.²

Nesse contexto, buscamos analisar a memória construída pelas mulheres em suas atuações no cenário político e cultural brasileiro a década de 1970 por meio de testemunhos orais de integrantes dos jornais e entender como se dava a inserção das mulheres que participaram da imprensa alternativa dentro dos movimentos sociais, partidos e organizações que atuaram no cenário político brasileiro durante os anos 1970. A imprensa feminista atuou na defesa dos interesses e demandas particulares de diversos grupos de mulheres. Nesse contexto, o movimento feminista retratado na imprensa feminista no Brasil, durante a ditadura civil-militar, foi um movimento heterogêneo. Dessa maneira, partimos da hipótese de que a imprensa feminista foi também um cenário de disputas marcado por memórias e interpretações distintas acerca da atuação das mulheres nos jornais alternativos e suas relações com os feminismos e as

¹ LUCA, Tânia de. *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

² FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314 – 332.

esquerdas em geral, em um embate de narrativas que retratam a lutas por identidades. Portanto, acreditamos que as memórias das integrantes se constituem enquanto um elemento de resistência e de fortalecimento de identidades.

Para a construção dessa análise, dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, trouxemos um debate acerca das relações de gênero, adotando a concepção de Joan Scott, que propõe o gênero enquanto uma categoria analítica.³ Procuramos apresentar, também, uma breve história do feminismo, destacando as principais reivindicações ao longo do século XX, contextualizando as ações do movimento no Brasil, com foco na década de 1970, período que corresponde ao recorte temporal desta dissertação. Para complexificar o debate em torno do processo de construção do feminismo no Brasil, adotamos o ponto de vista dos trabalhos de Iracélli Alves Cruz⁴ e Claire Hemmings⁵, que trazem uma nova abordagem acerca das transformações do feminismo e abordam a problematização da divisão em “ondas feministas”, por muito tempo adotada pela historiografia, mas que acabam por silenciar as particularidades de distintas trajetórias.

Além disso, adotamos a perspectiva do feminismo decolonial, tomando como base as pesquisas de Maria Luísa Femenías⁶ e Maria Lugones⁷, pois entendemos que o feminismo presente no Brasil, assim como em outros países da América Latina, apresentam características próprias, e levam como traços, algumas experiências compartilhadas, a exemplo da violência política, marca das ditaduras que foram instituídas nos países da região.

Ainda no primeiro capítulo, recuamos até a década de 1960 a fim de trazer uma contextualização do período em que se instaura a ditadura, apresentando as principais mudanças sócio-políticas ocorridas com o golpe e as medidas repressivas instauradas a partir dele. Traçamos também, um panorama dos movimentos sociais e organizações que atuavam no cenário político naquele momento na intenção de compreender de que forma as mulheres estavam relacionadas ou inseridas dentro desses movimentos.

³ SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

⁴ CRUZ, Iracélli Alves. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. (Tese) Doutorado. UFF, Niterói, 2020. p. 17.

⁵ HEMMINGS, Claire. **Contando Estórias Feministas**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

⁶ FEMENÍAS, Maria Luísa. **O feminismo latino americano, cartografia preliminar**. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 224-238, 2021.

⁷ LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org). *Pensamento Feminista, conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

No segundo capítulo, analisamos os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, lembrando seu surgimento e inserção dentro da imprensa alternativa da década de 1970 e observando suas principais características, reivindicações e abordagens. Focamos nossa análise em quatro temas específicos presentes em ambos os jornais: sexo, aborto, mercado de trabalho e maternidade, considerando que foram pautas muito presentes nos movimentos feministas do período.

No terceiro capítulo, buscamos analisar as trajetórias de algumas mulheres que participaram do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* através da metodologia de História Oral, como forma de compreender as subjetividades dentro dos jornais. Analisamos também as memórias construídas por essas mulheres sobre suas trajetórias sobre e o papel da imprensa alternativa feminista no contexto da ditadura brasileira. Buscamos apresentar sua atuação dentro dos jornais, destacando sua importância com relação a ampliação do debate feminista no Brasil. Dessa forma, recorremos a autores como Elisabeth Jelin, que apresenta o papel importante da memória nas relações de pertencimento, nos permitindo compreender ainda, a memória como uma forma de luta diretamente ligada a experiências traumáticas e Joel Candau, que explica como o ato de rememoração possibilita a criação de laços de pertencimento responsáveis pela construção identitária.

Nesse sentido, trabalhamos com os testemunhos de sete mulheres. Entrevistei Lia Zatz, e Inês Castilho, ex integrantes do *Nós Mulheres*, de forma remota, no ano de 2024. Também utilizaremos os testemunhos de Madalena Guilhon, Iara Prado, Ieda Areias, Vera Soares e Rosalina Santa Cruz Leite, ex integrantes do *Brasil Mulher*. Originalmente, pretendia realizar entrevistas com estas e outras participantes de ambos os jornais, entretanto, pela dificuldade nos contatos e em aceites de outras mulheres para a concessão de entrevistas dentro do tempo da pesquisa, foi preciso recorrer a outras entrevistas. Recorremos à entrevista de Madalena Guilhon concedida ao Projeto Marcas da Memória da UFRJ, enquanto os demais depoimentos foram concedidos nos encontros realizados durante a exposição “Mulheres de Luta”, no Memorial da Resistência de São Paulo, no ano de 2024. Vale destacar ainda, que as entrevistas realizadas por mim, se encaixam dentro da metodologia de História Oral, mas ao necessitar recorrer a outras formas de testemunho, estes, não necessariamente, se encaixam dentro de tal metodologia.

1 MOVIMENTOS FEMINISTAS E ATUAÇÃO POLÍTICA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 NO BRASIL

Ao longo da história do Brasil, a luta de resistência das mulheres é recorrente. Durante a ditadura civil-militar, as mulheres atuaram como militantes das diferentes formas de resistência, no espaço da imprensa alternativa, compondo os partidos políticos, participando das organizações revolucionárias que defendiam a luta armada, sendo também protagonistas nas manifestações artísticas e culturais e luta pelo retorno à democracia no país. Apesar dessa significativa presença de mulheres nos movimentos de oposição, a visibilidade maior é dada à presença masculina na resistência.

Dessa forma, compreendendo as disputas e tensões que envolvem os feminismos nas décadas de 1960 e 1970, e percebendo as especificidades dos mesmos na sua constituição enquanto movimento social, buscamos analisar, nesse primeiro capítulo, um pouco do processo pelo qual foi sendo construído. Para isso, é importante entender um pouco das interfaces com os movimentos de esquerda de enfrentamento à ditadura civil-militar e os demais movimentos sociais atuantes no período. Além disso, para entendermos a efervescência política, social e cultural que se via no país (e ao redor do mundo) naquele momento, precisamos observar o contexto de repressão que se instaurava.

Nesse sentido, é relevante fazermos um panorama acerca dos movimentos feministas, observando-o enquanto movimento social e como teoria política.

1.1 Breve história dos feminismos

Presentes em todas as camadas e classes sociais, mulheres estiveram subordinadas ao sexo masculino em grande parte da história da humanidade dentro do arranjo social que se define como patriarcal, que permanece imposto há mais de cinco mil anos. As mulheres são historicamente subordinadas, pela naturalização do simples fato de serem mulheres e estarem inseridas dentro do chamado “segundo sexo”. E é apenas neste sentido que se pode falar da mulher como categoria universal, pelo fato de sua opressão⁸.

⁸ ELIAS, Natalia silva. **Mulheres e resistência, da repressão ditatorial à democracia: feminismos, memórias e identidades em Belho Horizonte (1975-1980 e 2018)**. Dissertação de mestrado. UERJ: São Gonçalo, 2021. p. 18.

Ao longo da história, em diversas partes do globo, as mulheres sempre se rebelaram contra sua condição subalternizada, lutando pelo direito à liberdade em oposição aos princípios que tomavam como dogma a sua inferioridade. Entretanto, essas lutas são constantemente invisibilizadas em prol do protagonismo de um sujeito masculino. Michelle Perrot⁹ já alertava sobre o apagamento das mulheres na História. As mulheres passaram muito tempo fora dos relatos históricos, “fora do tempo”, como escreve a autora. Um dos principais motivos para essa invisibilidade, seria pela ausência das mulheres no espaço público, tendo permanecido confinadas em casa, atuando no âmbito da família, local socialmente atribuído a elas. Enquanto as mulheres ficavam relegadas à obscuridade, eram valorizados os relatos acerca dos grandes homens, resultando em um silenciamento das fontes, na escassez de registros sobre as mulheres. Elas eram apenas a representação do olhar masculino que esconderam as mulheres da História, como se elas estivessem fora do acontecimento. Essa situação sofreria uma transformação nas décadas de 1960 e 1970, quando uma renovação no campo científico, resultante da crise de sistemas de pensamento como o marxismo ou estruturalismo, trouxe a emergência do interesse pelas subjetividades, advinda de uma interdisciplinaridade. Passou-se a apontar a insuficiência da categoria “classe social” para a explicação das identidades dos sujeitos, tendo em vista que ela não abrange a análise de gênero e das relações raciais. Observa-se então, o advento da teoria pós-estruturalista, que se propunha a criticar o universalismo, acrescentando as ideias de pluralidade e heterogeneidade dos sujeitos. Afinal, como as mulheres poderiam contar sua história “sob o universalismo que negara a diferença entre os sexos? Como contar suas experiências se englobadas num sujeito único universal?”¹⁰

Se pensarmos nas formas de produção do conhecimento e nas relações entre sujeito-objeto devemos refletir sobre as mudanças em curso para o estabelecimento de epistemologias feministas, para a construção de um projeto feminista de ciência. O feminismo tem produzido críticas e refutações ao modo de produção do conhecimento, trazendo novas experiências e tomando como perspectiva um olhar diferenciado do masculino, uma nova linguagem e um contra discurso permeado por rupturas e permanências na transformação da tradição científica e de um universalismo nas ciências humanas.

Discutir epistemologia é propor a reflexão sobre os objetivos, os objetos e os sujeitos envolvidos nos processos de produção dos saberes. No caso da epistemologia feminista, trata-

⁹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

¹⁰ COLLING, Ana Maria. Gênero e História: um diálogo possível? **Contexto e educação**. Editora Unijuí – ano 19 – n 71/72 – jan/dez 2004. p. 29 – 43.

se do exercício de poder visando a concepção de novos saberes que sejam plurais, em contraposição aos universais estipulados no tradicional modelo de ciência moderna. Joan Scott defende a utilização de teorias que possibilitem pensar a diversidade, e não a homogeneidade, rompendo com o binarismo e as tradições filosóficas ocidentais responsáveis pela elaboração de hierarquias baseadas no sexo.¹¹ A epistemologia feminista busca colocar em debate as questões que permaneceram silenciadas ao longo do tempo, tomando como base a problematização das relações entre os sexos. “A produção acadêmica feminista é antes de tudo, originária de uma discussão política do modo como a ciência tematizava as mulheres, entre outras questões.”¹²

Em meados do século XX, entre as décadas de 1930 e 1970, as problematizações acerca da produção do conhecimento estritamente centradas no masculino ganhariam espaço nos meios acadêmicos. Foi por meio do surgimento de grupos que adotavam reflexões mais críticas que resultariam no que mais tarde seria conhecido como os estudos feministas. Seria também, na década de 1970 que despontaria, no campo da produção do conhecimento, a perspectiva de gênero. Tal crítica objetivava “denunciar o caráter excludente da racionalidade burguesa em que a ênfase sobre o indivíduo não permite pensar as diferenças”¹³, propondo então, uma revisão da produção científica por meio de um modelo feminista de ciência. Como explicitam Silva e Oliveira, “o desejo de propor uma epistemologia feminista está alicerçado em um projeto de poder que vislumbra a necessidade de questionar e desfazer o modelo hegemônico de produzir saberes, tal qual posto no mundo ocidental moderno.”¹⁴ No mesmo período, o movimento de libertação das mulheres, que contava com o apoio de mulheres intelectuais influenciadas pela obra de Simone de Beauvoir, buscavam por legitimidade que a longo prazo, resultou em uma busca de um corte epistemológico, por volta de 1970-1980, que afetaria as ciências humanas e sociais e faria crescer o interesse acerca dos estudos sobre as mulheres.

A compreensão acerca do apagamento e da opressão sofridas pelas mulheres ao longo do tempo fez com que, dentro dos movimentos feministas, a ideia da universalidade do “homem” passasse a ser questionada, pois a concepção de homem universal deixava de lado as

¹¹ SCOTT, Joan. "Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista". *Debate Feminista*, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 203-222, 1999.

¹² SILVA, Cristiani Bereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra silva de. Epistemologia Feminista. In: Colling, Ana Maria; Tedeschi, Losandro Antonio.(orgs) **Dicionário crítico de Gênero**. Editora UFGD: Mato Grosso do Sul, 2019. p. 205.

¹³ *Ibidem*, p. 205.

¹⁴ *Ibidem*. p. 207.

especificidades das mulheres enquanto sujeito e, por isso, passaram a reivindicar a categoria “mulher”, na intenção de buscar a reafirmação e legitimação de uma identidade separada dos homens. Entretanto, a adoção da palavra “mulher”, como forma de diferenciação do “homem”, não seria suficiente para explicar as diferenças dentro da diferença. Mulheres negras, indígenas, pobres, trabalhadoras, mães, lésbicas, possuíam pautas distintas. A multiplicidade de reivindicações dentro dos movimentos de mulheres demonstrava a impossibilidade de se pensar uma ideia única de mulher. Como explica Joana Pedro:

Esse debate fez perceber que não havia mulher, mas sim mulheres, e que as pautas de reivindicação de umas, não eram as mesmas pautas de outras. As sociedades possuíam as mais diversas formas de opressão e o fato de ser mulher não a torna igual a todas as demais. A identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. A categoria “mulher” passa, então, a ser substituída pela categoria “mulheres”, pressupondo múltiplas diferenças dentro da diferença.¹⁵

Como afirma Géssica Guimarães, a utilização de “mulher” no singular recairia nas mesmas concepções universalistas que acarretam o uso do termo “homem” como referência à humanidade¹⁶. Nesse contexto, ganham espaço as discussões sobre o conceito de gênero.

Joan Scott propõe que gênero seja compreendido como uma categoria de análise histórica¹⁷. A concepção de gênero surge das práticas feministas, quando o uso da palavra buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. Para Scott, o gênero é uma forma primária de constituição de relações sociais de poder e de dominação, que se faz a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Ao propor gênero como categoria de análise, levando em conta os símbolos, os conceitos normativos e as identidades subjetivas, a autora defende a possibilidade de compreender as relações de poder, políticas, a partir do gênero.

É por meio da refutação das teorias essencialistas que se constrói uma análise acerca das opressões de gênero, colocando as mulheres em posição de agentes sociais, para a possibilidade de transformação. As mulheres assistiram a um padrão de imposição cultural, somados à dominação política e social, dentro de uma sociedade hierarquizada em uma concepção de papéis que as destinam ao lugar de inferioridade. Essa visão está fortemente impregnada no processo histórico e no imaginário social, nas relações culturais, marcando a posição de

¹⁵ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, N.1, p. 77-98, 2005. p. 82.

¹⁶ Guimarães, Géssica. **Ensaio Feminista sobre o sujeito universal**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2022.

¹⁷ SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

universalidade masculina do sujeito, reforçando as estruturas de poder. Os movimentos feministas enquanto teoria crítica se colocam contra essa hegemonia socialmente imposta. A própria Simone de Beauvoir já destacava que “não se nasce mulher, torna-se”¹⁸, indicando as definições de gênero como construções sociais e culturais.

Beauvoir, assim como as demais teóricas feministas já defendiam o abandono das determinações culturais que pensam o sujeito a partir de um essencialismo biológico predeterminado. Segundo Rago, ao tratar dos “estudos da Mulher”, afirma que “esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes.”¹⁹ É nesse meio que a categoria gênero encontraria espaço, ao propor a desnaturalização de identidades sexuais tidas como naturais, tomando como base a desconstrução desses dogmas. Rago também destaca o discurso como produtor e legitimador das divisões e imposições de inferioridade entre os sexos.

Os discursos responsáveis por imputar a ideia de subalternidade ao gênero feminino já ganhavam um impulso desde o período da modernização do país, quando passou a exaltar-se uma ideia de determinados papéis sociais destinados às mulheres, aos quais elas deviam permanecer limitadas às atividades domésticas, consideradas habilidades femininas naturais. Esses papéis sociais se davam por meio do Estado, mas também, através do mercado e a propagação de uma cultura de consumo que introduzia, junto aos novos produtos, um novo estilo de vida. A entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho e a ampliação dos espaços de lazer nos centros urbanos vão transformando os comportamentos sociais. Até a primeira metade do século XX, as mulheres também não possuíam lugar jurídico, o que reafirmava a subalternização que se buscava atribuir a elas, reproduzindo as diferenças de gênero. Essas ideias foram longamente propagadas, afetando a sociedade até os dias atuais.

Nesse sentido, para o entendimento das relações de gênero que perpassam as lutas das mulheres, é importante fazer uma breve reconstituição da história dos feminismos enquanto movimento social, à fim de compreender o surgimento de um campo que se coloca em oposição a ideia do determinismo biológico, destacando o gênero enquanto uma categoria analítica.

Enquanto movimento social, o feminismo remonta ao século XIX, quando, a partir da valorização das liberdades individuais, as mulheres tomaram a consciência de não possuir os mesmos direitos e reconhecimentos de seus companheiros, assim como de sua exclusão dos

¹⁸ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

¹⁹ RAGO, Margareth. **Gênero e História**. Editora Compostela: 2012. p. 29

espaços públicos e passaram a reivindicar seus direitos políticos, direito de votar e ser eleita, o acesso à educação e currículos iguais, com a mesma remuneração. É importante destacar a quais mulheres nos referimos neste momento. As, também, chamadas sufragistas eram mulheres brancas, pertencentes às elites, que viam na possibilidade do voto, a grande conquista a ser alcançada. É necessário que se faça essa diferenciação, pois mulheres de classes mais baixas e mulheres negras, sempre ocuparam os espaços públicos, embora não de poder, e não se encontravam incluídas nas reivindicações do sufrágio. Se tomarmos como exemplo o movimento nos EUA, enquanto a luta pelo sufrágio feminino acontecia para as mulheres brancas, as mulheres negras ainda lidavam com os problemas de segregação no transporte público e demais espaços. Dessa forma, devemos entender que as reivindicações são distintas mesmo dentro dos grupos de mulheres e que, apesar de terem em comum a opressão masculina, esta é realizada de formas, camadas ou intensidades diferentes para as mulheres. É esse período que costuma ser chamado de a primeira onda do feminismo. A literatura feminista, por muito tempo, adotou a divisão em ondas, para explicar a “evolução” do movimento.

Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *suffragettes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome.²⁰

Já a chamada segunda onda teria início na década de 1960/1970, com o surgimento dos movimentos de contracultura e a grande agitação cultural que se espalhava pela Europa e Estados Unidos.

A ideia da divisão em ondas apresenta sempre um rompimento e inovação quanto à onda anterior, trazendo grandes transformações e ideias mais radicais, se comparadas às demais ondas. Porém, quando olhamos atentamente aos períodos *entre as ondas*, momentos esses muitas vezes negligenciados, percebemos movimentos expressivos que nem sempre costumam ser investigados. Iracélli Alves Cruz, em contraposição à tradicional divisão de ondas, observa esse processo mais como um movimento,

Prefiro pensar o processo como *movimento*. Talvez o esforço em dividir essa história em etapas não dê conta de explicar a complexidade dos feminismos, cuja história não é marcada por uma temporalidade conectada a uma linha evolucionista e diacrônica.

²⁰ PINTO, Celi. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 15.

A perspectiva da linearidade talvez aumente o risco de respostas fáceis: rotular de excepcionais casos que fogem às características atribuídas às fases.²¹

Claire Hemmings também critica a narrativa dominante que estabelece essa divisão em ondas rigidamente estabelecidas que insinuam o constante progresso de forma homogeneizante, o que simplifica a história dos feminismos. Segundo a autora:

Essa dominação não apenas reprime as particularidades de trajetórias diferentes, mas também escamoteia, no processo, as múltiplas diferenças dentro do pensamento feminista continental e anglo-americano. Perspectivas não ocidentais não estão ausentes da estória dominante que a teoria feminista conta a respeito do seu passado recente.²²

A divisão do movimento em ondas apresenta um caráter homogêneo e de falsa universalidade. Essas narrativas adotam um viés eurocêntrico que toma como base os movimentos estadunidenses e europeus (majoritariamente brancos) que não se mostram capazes de explicar as múltiplas formas de desenvolvimento dos movimentos feministas em outras partes do globo.

No Brasil, ao analisar as organizações feministas que aqui se formaram, a historiografia tradicional aponta como local de partida as influências das obras do Norte Global²³ na tomada de consciência, como afirma Heloísa Buarque de Hollanda: “Os estudos de gênero na universidade são marcados fortemente por bibliografia anglo-americana e eurocêntricas, Não é de praxe que nossas pesquisas adotem o eixo teórico do pensamento feminista brasileiro”.²⁴

²¹ CRUZ, Iracélli Alves. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. (Tese) Doutorado. UFF, Niterói, 2020. p. 17.

²² HEMMINGS, Claire. Contando Estórias Feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009. p. 217.

²³ O conceito de Norte Global é um conceito geopolítico que se refere a uma divisão socioeconômica e política que abrange os países mais desenvolvidos e economicamente avançados, que se encontram em posição de vantagem aos países do Sul Global. Este, por sua vez, remete aos países menos desenvolvidos. Os conceitos não se referem a posições geográficas, tendo em vista que países localizados no hemisfério sul (tais como a Austrália) se encontram no Norte Global devido a sua posição de vantagem com relação ao Sul Global. Boaventura de Sousa Santos aborda o conceito de "Norte Global" em termos de desigualdade e dominação epistemológica, econômica, política e cultural, argumentando que existe um predomínio da produção de conhecimento e reprodução de modelos do Norte Global sobre o Sul Global. Já Milton Santos, aborda o conceito de "Norte Global" no contexto das desigualdades e injustiças produzidas pela globalização. Segundo Santos, o modelo de desenvolvimento hegemônico gera a concentração de riquezas nas nações do Norte Global e marginalização dos países do Sul Global, resultando também, em uma dependência econômica. Ver: SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008. e SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

²⁴ HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 10.

Entretanto, nos últimos anos, novas perspectivas vem tomando espaço e dando oportunidade para novas interpretações. As concepções decoloniais e aquelas advindas do movimento negro destacam novas origens e influências na constituição dos movimentos feministas. Segundo Daniela Chain,

A segunda onda é reconhecida por ter trazido inúmeras inovações para o debate em torno da opressão das mulheres. Porém, não obstante as feministas russas tenham, desde os anos que precederam a Revolução de 1917, antecipado algumas destas questões e travado discussões – e obtidas conquistas – importantes sobre divórcio, aborto e até mesmo amor livre – pautas que ganhariam folego na maior arte do mundo ocidental somente a partir dos anos 1960 – elas são quase ignoradas pela historiografia tradicional sobre o tema²⁵

No Brasil e na América Latina em geral, algumas dessas temáticas citadas por Chain já eram debatidas por mulheres na primeira metade do século. Dentro do movimento anarquista, Maria Lacerda de Moura já publicava seus artigos acerca da monogamia e do amor plural, e refletia sobre a emancipação econômica e sexual da mulher. No México do século XVII, Juana Inés de la Cruz abordava o amor entre mulheres em seus poemas. Lélia Gonzalez, já nos anos 1970, abordava a realidade das mulheres negras e indígenas, a partir do conceito de “Amefricanidade” que incorpora culturas de resistência de diferentes partes da América, antecipando o que, futuramente, viria a se chamar “interseccionalidade”, propondo um feminismo transnacional que destacava as contribuições culturais das mulheres de negras e indígenas no pensamento feminista ocidental. Da mesma forma, Carolina Maria de Jesus²⁶ trazia sua identidade enquanto mulher negra e pobre, retratando a dura realidade que era também, parte da experiência de muitas brasileiras de cor.

Seriam então, o feminismo dos anos 1960 e 1970 um marco de grandes transformações que dariam origem a uma nova fase do feminismo? Deveríamos falar de um retorno do feminismo nos anos 1960/1970? Não houve nenhum movimento expressivo entre as supostas ondas que merece ser destacado e considerado como influência? Apesar dos movimentos feministas ganharem um impulso (de forma organizada) nos anos 1970, não se pode defini-los como únicas bases indenitárias e organizacionais.

²⁵ CHAIN, Daniela. **Tribunas democráticas para as mulheres: o feminismo marxista dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* (1975 – 1980)**. (Dissertação) Mestrado. UFF, Niterói, 2021. p. 52.

²⁶ Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento-MG, em 14 de março de 1914. Foi uma escritora e poetisa brasileira conhecida por seu primeiro livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicado em 1960. Em seu livro, a autora retrata o cotidiano de violência, fome e marginalização presentes em sua vida e, por meio da literatura de testemunho, seu texto adquire também, um tom de denúncia. Sua escrita transformou-se em uma bandeira contra a fome e a miséria, retratando sua identidade de mulher negra e marginalizada.

É importante, portanto, tomarmos outro caminho, a fim de pluralizar o debate e pensar em uma “abordagem que enfatiza as relações ao invés das descontinuidades”²⁷ valorizando assim, os sujeitos que atuaram nos demais períodos desconsiderados pelas “ondas”. Além disso, os demais movimentos que se encontram fora do círculo ocidental e estadunidense também seguem um ciclo próprio, fora dos marcos e da cronologia essencialista do Norte Global que impõem uma superioridade do conhecimento. Por isso, é importante adotarmos uma postura crítica ao feminismo universalista, entendendo “que a intersecção de raça, classe, sexualidade e gênero extrapola as categorias da modernidade”²⁸

Quando deslocamos nosso olhar para a América Latina, por exemplo, percebemos como as cronologias normalmente estabelecidas destoam da realidade social e histórica ali presente, o que reforça a ausência de sentido da divisão em ondas. Essa forma de organização descredibiliza e reduz a importância de um feminismo latino. O mesmo serve para os feminismos dos países africanos. De acordo com Maria Luísa Femenías, as “ondas” feministas latinas possuem ciclos próprios que não se encaixam nas periodizações internacionais²⁹.

Apesar das diferenças geográficas, econômicas e culturais, os feminismos na América Latina se depararam com algumas experiências compartilhadas, a exemplo da violência política, marca das ditaduras que foram instituídas nos países da região. Tendo em vista a juventude e instabilidade das democracias nesses países, é importante destacar como a política e o desenvolvimento teórico trouxeram a experiência de enfrentamento para as formas de violência física, simbólica, territorial, moral. Novas práticas e ressignificações de conceitos podem ser vistas em momentos de interrupções democráticas, quando parte das lutas são canalizadas não somente para a reivindicação de seus direitos, mas para os cidadãos em geral. No território latino-americano, todas essas formas foram transformadas, enriquecidas, ressignificadas, gerando um campo heterogêneo.

Ainda de acordo com Femenías, “a movimentação/tradução/apropriação das teorias permite marcar coincidências, dissidências e autoctonias. O fato do feminismo ter se instalado na América latina como uma contracultura que permeia as estruturas sociais, sobretudo as de resistência, é de grande relevância.”³⁰ Os centros hegemônicos costumam reivindicar a origem

²⁷ HEMMINGGS, op. cit. p. 235.

²⁸ LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org). **Pensamento Feminista, conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019. p. 369.

²⁹ FEMENÍAS, Maria Luísa. O feminismo latino americano, cartografia preliminar. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 224-238, 2021. p. 229.

³⁰ *Ibidem*.

do feminismo como um princípio legitimador, entretanto, existe uma renovação constante que se alimenta da própria experiência de um “movimento/translação/tradução” e apropriação enriquecida de teorias que faz com que o feminismo presente na América Latina não se apresente como uma simples importação das teorias estadunidenses e europeias, mas trouxe por si só, contribuições importantes. Segundo a autora, “o feminismo latino surge a partir de múltiplas narrativas e tradições diversas que incluem transversalidades de classe, etnia e religião alheias a outros contextos. Nos colocamos como sujeitos-agentes e temos algo para dizer com nossa própria voz”³¹. Por isso, é importante destacarmos a presença das conexões, interações e entrelaçamentos nos processos históricos, da circulação de ideias presentes dos grupos e organizações de mulheres em âmbito internacionais.

Nesse sentido, mostra-se fundamental traçarmos essas diferenças nos movimentos, pois é possível compreender também que as formas de opressão recaem de formas diferentes sobre os diversos grupos de mulheres de distintas culturas. Segundo Sueli Carneiro, “a violência sexual colonial é, também, o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades...”³². A autora destaca, por exemplo, a ideia muito difundida da mulher como rainha do lar, e demonstra como as reivindicações das feministas referentes à ocupação dos lugares públicos, das ruas, do trabalho fora de casa, de que elas deviam se alçar ao mercado de trabalho, não fazia sentido para as mulheres negras, tendo em vista que elas sempre estiveram nas ruas e sempre trabalharam fora de casa também.

Os textos de Betty Friedan, por exemplo, se tornaram mundialmente difundidos no final da década de 1960 e se tornariam referência nas décadas seguintes, em especial “A Mística Feminina”, no qual a autora identificou “o problema que não tem nome”, que trazia a inquietação quanto à situação das mulheres serem relegadas ao lar, ao papel de donas de casa. A autora defendia a inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que elas se viam impossibilitadas de desenvolver suas carreiras, além de defender a divisão do trabalho doméstico. Entretanto, como citado anteriormente, suas críticas não atendiam a todas as mulheres. De acordo com bell hooks, essas insatisfações estavam presentes somente entre as mulheres brancas, que possuíam que possuíam educação avançada.

Enquanto elas reclamavam dos perigos do confinamento no lar, a maioria das mulheres da nação era da classe trabalhadora. E muitas dessas trabalhadoras, que se

³¹ Ibidem. p. 229.

³² CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org). **Pensamento Feminista, conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019. p. 325.

dedicavam a longas horas de trabalho, com baixos salários, e ainda faziam todo o trabalho doméstico, teriam enxergado o direito de ficar em casa como “liberdade”³³

Friedan incentivava as mulheres a buscar suas carreiras fora dos lares, mas desconsiderava que grande parte das mulheres já exercia trabalhos nas ruas. No Brasil, um país altamente racializado, não se pode desconsiderar que as mulheres negras e pobres sempre ocuparam o espaço público. A ideia de que o trabalho fora de casa seria a solução para a subordinação das mulheres e a garantia de autossuficiência seria então privilégio das mulheres das classes mais altas, enquanto as mulheres pertencentes às classes trabalhadoras sabiam que o salário recebido fora de casa não era suficiente para libertá-las.

Ela [Friedan] não discute quem seria chamado a tomar conta das crianças e manter a casa, no caso de mais mulheres como ela serem liberadas de seu trabalho doméstico e conseguirem ingressar no mundo profissional em condições equivalentes às dos homens brancos. Ela não fala das necessidades das mulheres sem homens, sem filhos, sem um lar. Ela simplesmente ignora a existência de todas as mulheres que não são brancas ou que são brancas, porém pobres³⁴.

Maria Lugones chama atenção para a “colonialidade de gênero”, ao demonstrar que as mulheres negras, por exemplo, não receberam as mesmas atribuições de gênero, de feminilidade conferidas pelos colonizadores, mas promovem uma ressignificação a partir de suas próprias experiências compartilhadas culturalmente³⁵. Por isso, a autora destaca a importância da não generalização de experiências, pois elas são distintas em diferentes grupos e mulheres.

Sojourner Truth³⁶, em discurso proferido no ano de 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, já dava indícios acerca da insuficiência da universalização do conceito de mulher para tratar das opressões. Ao ouvir dos homens que participavam da convenção, que as mulheres não deviam possuir o direito de votar devido a sua “fragilidade”, questiona:

Ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama, e nunca me ofereceram lugar melhor algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arrei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum

³³ HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 51 e 52.

³⁴ HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 28.

³⁵ LUGONES, María. Colonialidade de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). **Pensamento Feminista, perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.

³⁶ Sojourner Truth, nascida Isabella Van Wagenen em 1797, foi ex escravizada, tornada livre, em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos. Tornou-se ativista abolicionista e defensora dos direitos das mulheres.

poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? [...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida pra escravidão³⁷

Nesse sentido, acreditando não ser possível a universalização das experiências, entendemos que o conceito de “interseccionalidade”, cunhado por Kimberle Crenshaw³⁸, em 1989, e apresentado como ferramenta analítica por Patricia Hill Collins e Silma Birge, nos permite analisar as relações de poder existentes na sociedade buscando os entrecruzamentos e sobreposições das formas de opressão que afetam as mulheres de formas distintas³⁹. Ao perceber a existência de uma interseção entre diferentes identidades sociais, que fazia com que a discriminação assumisse formas singulares, Collins e Birge sugeriram a utilização do conceito para analisar como as categorias sociais e biológicas, como sexo, raça, gênero, sexualidade, religião e classe, se intersectam e interagem, gerando um sistema de opressão que revela a interseção de múltiplas formas de discriminação. Dessa forma, a interseccionalidade abordaria as diferenças dentro das diferenças. A autora também define como subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça.

Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos feministas defendiam os direitos das classes trabalhadoras, mas não se empenharam na defesa do antirracismo. Os movimentos privilegiaram,

uma categoria de análise e ação em detrimento de outras, por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis, gênero no movimento feminista, classe no movimento sindical. Considerando que as afroamericanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam.⁴⁰

No Brasil, a situação citada pelas autoras, não foi diferente. O feminismo da década de 1970 privilegiava a questão de classe como se somente ela abarcasse o problema de todas as mulheres, sendo esse um reflexo da influência marxista que marcava os movimentos de esquerda no período. Isso fazia com que as reivindicações das mulheres negras fossem deixadas

³⁷ Versão registrada por Frances Gage, em 1963. Existem duas versões do discurso proferido por Sojourner Truth, uma transcrita por Marius Robinson, secretário da Convenção, em 1851, outro, mais popularmente conhecido, foi registrado em 1853, por Frances Dana Barker Gage, presidente da Convenção e ativista dos direitos femininos.

³⁸ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, nº1, 2002.

³⁹ COLLINS, Patricia Hill; BIRGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

⁴⁰ Ibidem. p. 18.

em segundo plano. De acordo com Collins e Birge, as mulheres de classe média e alta representavam um papel importante no movimento feminista, isso fez com que as demandas e o caráter político do movimento fossem delineados pela categoria de classe, mas sem a inclusão da categoria de raça. Como explicam as autoras, “o feminismo levantou questões de gênero e sexualidade, mas de maneira que não envolvia a questão do racismo antinegro, tão importante para as afro-brasileiras”⁴¹.

Nesse sentido, reforçamos a importância da interseccionalidade para a análise dos feminismos. Como explica Carla Akotirene,

a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico metodológica a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais⁴².

Por meio da interseccionalidade, é possível analisar a interação simultânea das avenidas indenitárias. Como explica a autora, “é preciso conceber a existência de uma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbrincadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política”⁴³

Lélia Gonzalez, na década de 1970, antecipou a perspectiva interseccional ao trazer abordagens que associavam o racismo, o sexismo e a exploração capitalista⁴⁴. A autora traria também, a articulação entre gênero (naquele período, ainda denominado como sexo) classe e raça. Sua atuação nos movimentos feministas e no movimento negro permitiu que ela desenvolvesse essa compreensão, que resultaria em sua ampla produção intelectual e atuação naquele período.

Quando trata do feminismo da segunda metade do século XX, Lugones acrescenta que da década de 1970 em diante, iniciou-se uma luta contra as posições, os papéis e os estereótipos socialmente impostos “na subordinação das mulheres burguesas brancas”⁴⁵ e estas teriam deixado de lado as opressões de gênero que não as afetavam.

⁴¹ Ibidem. p. 42.

⁴² AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. (Col. Feminismos plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 14.

⁴³ Ibidem. p. 14.

⁴⁴ GONZALES. op. cit.

⁴⁵ LUGONES. op. cit. p. 73.

Conceberam “a mulher” como um ser corpóreo, e evidentemente branco, mas sem explicitar essa qualificação racial. Ou seja, não entenderam a si mesmas em termos interseccionais, na intersecção de raça, gênero e outras potentes marcas de sujeição ou dominação. Como não perceberam essas diferenças profundas, não viram nenhuma necessidade de criar coalizões. Assumiram que existia uma irmandade, uma sororidade, um vínculo já existente forjado pela sujeição do gênero⁴⁶.

Lugones lembra ainda que,

Oyèwùmí e Allen deixaram claro que os status das mulheres brancas não foram estendidos as mulheres colonizadas, nem quando estas últimas foram convertidas em versões alternativas de mulheres brancas burguesas. Quando “atribuídas de gênero” através da transformação nessas versões, as fêmeas colonizadas receberam o status de inferioridade que acompanha o gênero mulher, mas não receberam nenhum dos privilégios que esse status significa a para as mulheres burguesas brancas⁴⁷

Nesse sentido, podemos perceber que uma única análise de gênero, com base em categorias universais, não abarca todas as formas de opressão de gênero sofridas pelas mulheres. É preciso, portanto, considerar outros eixos de opressão especialmente em sociedades multirraciais e pluralizadas como o Brasil. Dessa forma, é importante não reduzir a análise dos feminismos à universalidade ocidental hegemônica responsável por anular a diversidade existente dentro do movimento.

Tendo em vista o debate proposto acima, procuramos refletir sobre o como se desenvolveu o feminismo nos anos 1970, no Brasil, a partir de suas demandas e o contexto em que ele foi difundido. Como destaca Chain,

A profunda desigualdade social e racial na sociedade brasileira, a diversidade cultural e étnica de um país que fora colonizado, o capitalismo duplamente articulado e a realidade de uma ditadura militar que se fundava em um conjunto ideológico, patriarcal e conservador foram fatores que implicaram demandas próprias.⁴⁸

No caso brasileiro, o feminismo se pautava também, na luta contra a ditadura, a crítica contra o autoritarismo do Estado compreendendo que a repressão afetava as mulheres de formas específicas e de que o regime intensificava as desigualdades de gênero. A política ideológica da ditadura que defendia papéis sociais tradicionais de gênero pautados na ideia de feminilidade reforçava a subordinação da mulher, reforçado ainda pelo aspecto moral que caracterizava as mulheres que fugiam desse padrão imposto, como subversivas.

⁴⁶ Ibidem. p. 73.

⁴⁷ Ibidem. Apud. Oyèrónké Oyèwùmí, *The Invention of Women. Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997 e Paula Gunn Allen, *The Sacred Hoop. Recovering the Feminine in American Indian Traditions*. Boston: Beacon Press, 1986.

⁴⁸ CHAIN. op. cit. p. 66.

Apesar disso, durante o período citado, foi possível a construção e interação de diversos movimentos de mulheres e organizações feministas responsáveis pela formulação de pautas importantes ao feminismo. Para entender melhor como se deu a elaboração dessa “rede”, é importante compreendermos um pouco mais acerca do contexto político e social dos anos 1960 e 1970.

1.2 A ditadura, a luta pelas liberdades democráticas e a resistência feminista

Em 1964, o Brasil foi abalado por um golpe civil-militar, que iniciou uma ditadura que transformaria as estruturas sociais e mudaria a História do país. A ditadura responsável por destituir o então presidente João Goulart do poder se estendeu por 21 anos, de 1964 a 1985, e foi marcada por uma sucessão de mudanças políticas, econômicas e sociais, além de uma intensa perseguição política aos seus opositores. A ditadura foi também responsável por gerar o crescimento da desigualdade e da violência de Estado. Por meio dela, foi instituída a censura à imprensa, à música, aos filmes e demais meios de manifestações culturais e os direitos individuais foram suspensos. A prisão, o sequestro, a tortura, os assassinatos foram institucionalizados e o regime deixou um legado de mortos e desaparecidos políticos, além de um número enorme de militantes opositores ao regime, que foram presos, torturados ou exilados e tiveram suas vidas marcadas pelo período de exceção. Os movimentos sociais foram vigiados, perseguidos e reprimidos com base na ideologia de “segurança nacional”, mas nem por isso, desapareceram do cenário político, mas tornaram-se diversos, rejeitando uma postura passiva diante do regime, mas descobrindo novas formas de resistir a violência. Nesse contexto, qualquer grupo que se colocasse contra o regime ditatorial estava sujeito a violências, torturas e violações de direitos humanos. Movimentos estudantis, sindicais e até mesmo grupos indígenas tornaram-se vítimas, estes, por sua vez, tornavam-se um empecilho para o projeto de modernização do Brasil, que tinha como base a industrialização e desenvolvimento econômico nacional. A construção de indústrias e hidrelétricas, e demais projetos agroindustriais resultou no esbulho de terras indígenas, tendo em vista que elas passaram a ser de interesse do governo. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade⁴⁹ descrevem diversos casos de violência e remoções forçadas, tendo o governo adotado uma política indigenista que teve como resultado

⁴⁹ Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

das políticas de estado, a morte de pelo menos, 8.350 indígenas durante o período de investigação da CNV, em razão da ação direta de agentes governamentais ou de sua omissão.

50

Pode-se dizer que o golpe foi o resultado de uma ampla coalizão entre setores civis, empresariais e militares, contando ainda com o apoio dos Estados Unidos que “vão além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango”⁵¹, mas que tomam como base a bandeira do anticomunismo internacionalmente difundida e adotada pelos setores conservadores e que foram fundamentais para delinear as bases da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola de Segurança Nacional. Nessa perspectiva, “qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, ainda que a partir de reivindicações justas, poderia ser uma porta de entrada para a ‘subversão’ comunista”⁵².

Apesar dessa conjuntura, o Brasil teve contato com movimentos externos que já vinham acontecendo desde o período pós Segunda Guerra Mundial, como a contracultura, a luta pelos direitos civis e o movimento feminista que marcaram a década de 1960. A influência desses movimentos assim como as pautas levantadas por eles, se somaram as lutas internas dando ainda mais força para seu crescimento nos anos de 1970. Surgiram então, movimentos estudantis em várias partes do país, movimentos de mulheres e distintas formas de resistência à ditadura.

Segundo Marcelo Ridenti, os anos 1960 seriam marcados por uma confluência “revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada”⁵³ em que os debates políticos eram marcados por propostas de mudanças sociais. Nesse período, ocorria uma grande agitação cultural e política em âmbito internacional que traziam características como a

busca do alargamento dos sistemas de participação política, cada vez mais desacreditados; simpatia pelas propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético; recusa de guerras coloniais ou imperialistas; negação da sociedade de consumo; aproximação entre arte e política; ânsia de libertação pessoal das estruturas do sistema (capitalista ou comunista) ...”⁵⁴.

⁵⁰ O relatório da CNV destaca também que esse número é apenas uma estimativa considerando os casos estudados. O número de indígenas mortos pela violência do Estado seria exponencialmente maior, tendo em vista que a parcela analisada foi restrita.

⁵¹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: **A História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 12

⁵² *Ibidem*. p. 13.

⁵³ RIDENTI, Marcello. Cultura e Política: os anos 1960 - 1970 e sua herança. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano – vol. 4) p. 135.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 153.

Essas características apresentadas pelo autor possibilitariam, também, transformações no comportamento social. Além disso, essas condições fomentavam as ações políticas e culturais diversificadas, aproximando a política e a cultura da vida cotidiana.

Para Frederic Jameson, a década de 1960 foi um período de transição, marcado por um forte sentimento de liberdade histórica, mas que ainda não se encontrava definido em uma rigidez de um estilo de vida de época ou uma definição ligeiramente concreta do que viria a seguir⁵⁵. A libertação do corpo e dos desejos conquistados na década de 1960, como um retrato da “autoconsciência de uma geração forte, como a experimentada pelo pessoal dos anos 1960”⁵⁶ deve aos movimentos de descolonização e as influências e trocas entre os movimentos negros estadunidenses assim como os da África e do Caribe, que se mostram incalculáveis. Segundo o autor:

Na verdade, politicamente, os anos 60 no Primeiro Mundo devem muito ao terceiro-mundismo no que diz respeito a modelos político-culturais, tal como num simbólico maoísmo, e, o que é mais importante, encontraram sua missão na resistência a guerras cujo objetivo era justamente reprimir as novas forças revolucionárias atuantes no Terceiro Mundo.⁵⁷

Desse modo, a década de 1960 assiste ao surgimento de

novas identidades culturais, que se impunham para a criação de uma resistência frente à cultura dominante. Com a possibilidade da quebra de padrões assiste-se a uma abertura para a construção de novas ideologias, formas de sociabilidade, e de novos planos para fugir das opressões antes tão bem construídas, que de tão duras se impregnaram na vida humana.⁵⁸

O surgimento da chamada New Left⁵⁹ (Nova Esquerda) tomava rumos distintos da esquerda tradicional, vinculando-se a expansão das lutas por direitos civis, o movimento de contracultura e de outros grupos fragmentados, tais como estudantis, negros, feministas,

⁵⁵ JAMESON, Fredric. **Periodizando os anos 60**. In: Pós Modernismo e Política. Organização: Hollanda, H. B. Rio de Janeiro. Ed. Rocco LTDA. 1991.

⁵⁶ JAMESON, F. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

⁵⁷ JAMESON, 1991, op. cit. p. 84.

⁵⁸ ELIAS. op. cit. p. 27.

⁵⁹ O termo “Nova Esquerda” é utilizado em referência aos movimentos políticos que surgiram ao redor do mundo a partir da década de 1960 e que tomavam como base, uma forma de ativismo político mais ampla, se afastando do marxismo “tradicional” e adotando reivindicações heterogêneas acerca distintas questões sociais, tais como o feminismo, a sexualidade, raça, entre outros. Esteve também, atrelado ao movimento hippie e aos protestos contra a Guerra do Vietnã nos EUA, assim como aluta por direitos civis.

representando a multiplicidade de vozes e identidades marcados pela heterogeneidade. Esses grupos trariam novas formas de atuação e ideias pautadas na existente desigualdade de gênero, raça e sexualidade, colocando-se contra os valores morais e os bons costumes, tomando como base, as ideias da contracultura.

Além disso, o maio de 1968, ocorrido em Paris tomou grandes dimensões e diversos jovens e estudantes, feministas, negros, operários, aderiram a manifestações e protestos em diversos países, ampliando o horizonte de lutas políticas. No Brasil não foi diferente, e muitos buscaram aderir à revolução cultural e sexual em curso. Houve passeatas de estudantes e artistas e ações expressivas do movimento operário e dos sindicatos. Muitas mulheres dos bairros operários contribuíram para a divulgação e fortalecimento da greve de trabalhadores. O ano de 1968, na verdade, seria marcado por acontecimentos importantes ao redor do mundo, o que transformaria as formas de luta política e ação militante. Os protestos contra a Guerra do Vietnã nos EUA, o assassinato de Martin Luther King, a passeata dos 100 mil no Brasil e a morte do estudante Edson Luís seriam marcos para o impulso revolucionário nos próximos anos.

A promulgação do AI-5, também ocorrida em 1968, marcaria o endurecimento do regime militar no Brasil, impossibilitando as lutas de rua com participação de massas e os militantes foram forçados à clandestinidade ou levados às prisões, sendo torturados ou mesmo assassinados. Nesse contexto de mudanças, as mulheres “talvez sejam o segmento que mais teve mudanças nas suas relações com o trabalho, a família, os homens e a questão política, o que trouxe modificações no seu comportamento e na maneira subjetiva e objetiva de enfrentar a vida, logo após os primeiros anos de ditadura”⁶⁰.

O final da década de 1960 e, mais acentuadamente, a década de 1970 no Brasil assistiriam também, a efervescência da luta armada como um modo de oposição à ditadura. Naquele período, a influência das revoluções Chinesa e Cubana trouxe a construção de um novo pensamento de esquerda, que surgia desde o final dos anos 1950. Em meio a um constante processo de articulação política, foram estabelecendo-se novas formas de luta.

Muitas mulheres fizeram parte de organizações de esquerda, da luta armada, de partidos políticos. Segundo Sarti,

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado a época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a

⁶⁰ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Da guerrilha a imprensa: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 29.

virgindade e instituição do casamento, “comportando-se como homens”, pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento⁶¹

Apesar da grande participação das mulheres na luta armada, o comando das organizações ficava, majoritariamente, a cargo dos homens, sobrando a elas, atividades de logísticas ou secundárias. Muitas das mulheres presentes nesses movimentos acabaram assassinadas ou foram presas e torturadas, outras forçadas a viver no exílio ou de forma clandestina. As mulheres eram submetidas à violência sexual, estupros, opressão de gênero. É importante destacar que os corpos masculinos também eram submetidos à violência sexual, mas ainda há um silenciamento acerca dessa repressão.⁶²

Se por um lado os movimentos de guerrilha atuavam nas áreas urbanas e rurais por meio do conflito direto, outros movimentos também buscavam formas distintas de atuação. O movimento hippie, por exemplo, tinha caráter contestador e visavam transformações no âmbito cultural brasileiro. Dotados de outra estética, muito refletida nas suas vestimentas, defendiam a ideia do amor igualitário, o pacifismo e uma revolução sexual e cultural, que abalava as estruturas conservadoras das direitas e das esquerdas. Para as esquerdas tradicionais, os hippies “desbundaram”, como se dizia na época.

Além do movimento hippie, outros grupos tomavam forma no início da década de 1970, junto às regiões periféricas e às paróquias, contando com a participação de integrantes da Igreja Católica. Nesse contexto, as mulheres passaram cada vez mais a ser absorvidas de maneira expressiva pelo mercado de trabalho. A dupla jornada se destaca então como outra dificuldade, já que a inexistência de creches e postos de saúde próximos aos bairros, dificultava o exercício do trabalho. Inicia-se então, um crescimento de redes de apoio e sociabilidade construídas entre aquelas mulheres que se organizariam em associações buscando soluções para os problemas enfrentados nos bairros.

Eram os chamados clubes de mães ou grupos de mulheres (...) falavam do seu cotidiano, permeado pelo custo de vida, pelos baixos salários e pela falta de creches. Viviam perseguidas pelos policiais infiltrados que queriam saber de sua ligação com as esquerdas. Falar de creche, custo de vida era considerado subversão. A classe operária tentava mais uma vez se reorganizar debaixo de toda a repressão. Palavras como greve, tortura, revolução, movimento de massas, não podiam ser mencionadas.

⁶¹ SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, maio-junho 2004. p. 35-50.

⁶² JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969 – 1975). Tese de doutorado, USP. São Paulo, 2008.

Mas a oposição operaria buscava formas de se articular e resistir as investidas da ditadura. As mulheres, quase todas anônimas, estavam ali presentes.⁶³

A presença das mulheres nas lutas de oposição à ditadura, em contexto tão repressivo e marcado pela violência de gênero, levava os embates para além da disputa por um governo democrático, mas, configurava também, uma mudança nas relações de poder. Elas tiveram participação importante em diversas organizações políticas, como os movimentos de guerrilha e luta armada e também, na imprensa, nos órgãos de proteção aos direitos humanos. Elas reivindicavam seu espaço na luta contra a desigualdade de gênero, raça e classe, tornando-se vozes ativas na busca pelo retorno da democracia. A questão das mulheres começou a ser debatida de forma mais ampla com o crescimento dos movimentos populares. O significativo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, combinado a outros fatores, como o surgimento da pílula anticoncepcional, anunciava a reivindicação de um espaço e um olhar político na esfera privada.

Os discursos feministas, porém, ao levantarem as pautas da emancipação da mulher, foram alvo de censura ao contestar o imaginário coletivo imposto pelo papel da mulher “de bem”, como fundamental na defesa da “família, moral e bons costumes”. Essa visão era reforçada também, pelos setores da sociedade que compartilhavam esses valores, incluindo mulheres de classes conservadoras, que foram às ruas defendendo a moral e os bons costumes. Como na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que contou com a participação de grande número de mulheres que defendiam os valores morais da família e os princípios cristãos.

Existiu um grande esforço de monitoramento das possíveis “ameaças” ao governo e à sociedade, assim como aos valores cristãos, aos bons costumes, aos valores morais, que contava com o apoio de parte da população. A ditadura promoveu a censura, a “limitação das liberdades, a sujeição de corpos, de controle de sexualidades dissidentes, de domesticação de desejos, e mesmo da restrição de subjetividades em sentido mais amplo”⁶⁴.

Qualquer atitude ou comportamento diferente do tradicionalmente aceito era considerado “subversão”, o que não era aceito pelo governo militar e nem pelos seus companheiros de militância. Para estes, a luta feminista deveria ficar em segundo plano, pois era um desvio do foco principal, isto é, a luta pela democracia e pelo fim da ditadura. Com relação às mulheres militantes, elas não eram encaradas como sujeitos históricos. Diante do

⁶³ TELES; LEITE. op. cit. p. 41.

⁶⁴ QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964 – 1988)**. (Tese). USP: São Paulo, 2017. p. 38.

olhar da repressão, elas cometiam dois pecados, o de insurgir contra a política golpista ao fazer-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos socialmente. A esquerda também desvalorizava o debate sobre as relações de gênero, pois consideravam um desvio pequeno burguês, além de considerar haver uma questão maior a ser debatida, a oposição entre burguesia e proletariado. Isso só acabava por reforçar o poder masculino nas organizações e excluía as mulheres das decisões.

As mulheres que resistem a esses dogmas impostos como naturais foram acusadas de perversão, subversão e de promover o dismantelamento dos lares e das famílias. Fora do lar, elas se tornam perigosas para a ordem pública. Esses limites de feminilidade, de determinadas pelos homens, são uma maneira clara de marcar sua identidade.⁶⁵

As discussões de gênero e sexualidade ainda ficariam relegadas por um tempo, seja por parte da sociedade conservadora, das parcelas da Igreja que se recusavam a tratar do tema, pelas esquerdas ou até pelas próprias militantes que, muitas vezes, optavam por não tratar do tema. Apesar disso, houve uma movimentação cada vez maior de mulheres que buscavam debater e reivindicar seus direitos na década de 1970.

A partir da intensificação da ocupação do espaço público, nos anos 1970, resultantes da maior ocupação de mulheres no mercado de trabalho e das lutas e manifestações de rua que ocorriam na ditadura, começam a se formar grupos de mulheres reivindicando direitos. Tem início também, a formação dos chamados grupos de consciência ou grupos de reflexão⁶⁶ que, constituídos apenas por mulheres, ofereciam liberdade para suas participantes discutirem questões relativas ao corpo e a sexualidade. Muitos desses grupos eram formados por mulheres que tiveram algum contato com grupos de consciência na Europa ou nos Estados Unidos. Devido à ditadura militar, muitas mulheres que se opunham às diretrizes do regime viram-se obrigadas a sair do país, pois haviam sido banidas ou fugiram para não serem torturadas, presas ou assassinadas. No exílio, participaram de grupos de consciência feministas, como o Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris ou o Círculo de Mulheres de Paris. Essas mulheres, ao

⁶⁵ COLLING, Ana Maria. Gênero e História: Um diálogo possível? **Contexto e Educação** – Editora UNIJUI – Ano 19 n° 71/72 – Jan/dez. 2004 - p. 29 – 43. p. 32.

⁶⁶ Os grupos de consciência (ou reflexão) eram reuniões realizadas, geralmente na casa de militantes feministas, ou em lugares reservados, visando promover um debate acerca das questões de gênero. A entrada de homens não era permitida nas reuniões, para que as mulheres pudessem ficar a vontade sem serem limitadas, ou se sentirem impedidas de falar suas histórias. Durante as reuniões, as mulheres costumavam narrar suas vidas e as diferenças na criação quando comparadas aos homens. Falavam do corpo, da violência que sofriam, e debatiam a especificidade da mulher enquanto sujeito e do sistema de dominação masculino ao qual estavam submetidas.

retornarem ao Brasil, “trouxeram na bagagem livros que discutiam o feminismo e propunham mudanças culturais que começariam por meio da formação desses grupos”⁶⁷.

A França foi um dos países que mais recebeu exilados políticos e lá as mulheres encontraram uma grande agitação social e cultural, influenciada pelo Maio de 1968, movimento que ficou conhecido devido a uma série de protestos estudantis que lutavam contra políticas conservadoras nas universidades francesas, mas que ganharia contornos mais amplos com a adesão dos trabalhadores. Em Paris, o período era de intensas mobilizações contra a subordinação das mulheres, questionando a hierarquia de poder. No contexto francês elas conseguiram um refúgio no movimento feminista local e assimilaram novas ideias sobre o movimento, que marcariam sua trajetória e seriam levadas, posteriormente, aos movimentos de mulheres no Brasil. Quando as exiladas que aderiram ao feminismo na França retornaram ao Brasil, se juntaram com as mulheres que permaneceram no país, na clandestinidade, ou que passaram pelas prisões, e juntas, começaram a discutir novos temas associados às necessidades das mulheres e que se integrariam à agenda do feminismo brasileiro, suscitando novos questionamentos. Segundo Gonçalves, “essa nova onda do feminismo francês, nascida da revolta de maio de 1968, contribuiu para uma mudança radical das estruturas mentais”⁶⁸

A tomada de consciência a partir da troca de experiências promovida por esses grupos resultava na valorização das mulheres e na identificação coletiva, que criava um sentimento de irmandade. A atuação desses grupos foi responsável por uma série de conquistas relacionadas à participação das mulheres no âmbito social e pelas causas feministas.

Na Europa e nos EUA se desenrolava um cenário de agitação política, transformações culturais, revolução de costumes, enquanto o Brasil enfrentava uma ditadura militar. Apesar disso, ao longo da década de 1970, o movimento feminista se desenvolveu no país, possuindo, porém, diferenças que caracterizavam o movimento brasileiro. Ainda antes da década de 1970, existiam movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Segundo Pinto, esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação, tendo em vista que não eram organizados para contestar a opressão da mulher. Nas últimas décadas, porém, houve uma aproximação dos movimentos de mulheres com o movimento feminista, o que faria com que suas integrantes passassem a problematizar sua condição de mulher. Como explica a autora:

⁶⁷ PEDRO, Joana. Corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana e PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres**. Editora Contexto. p. 242.

⁶⁸ GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. **Lutas sociais**, n 21/22, São Paulo, 2009. p. 99.

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público, como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil, uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central.⁶⁹

Os movimentos feministas europeu e estadunidense propunham certa autonomia em relação aos partidos políticos, acreditando que a luta feminista devia ser tratada a partir de uma especificidade. No Brasil, as mulheres que compunham os grupos feministas estiveram ligadas também ao movimento político das esquerdas, entrelaçando a luta política com a luta feminista. Cynthia A. Sarti⁷⁰ destaca que o feminismo brasileiro teve base na militância dos movimentos de esquerda, articulando gênero e classe e explicando a relação entre os grupos de mulheres que compunham o movimento feminista com as organizações marxistas.

A autora destaca que apesar da unidade de gênero que marca a condição da mulher, ela é recortada por outros fatores fundamentais para a construção de sua identidade, tais como a raça e a classe social. No Brasil, os movimentos de mulheres se mostrava heterogêneo, o que se justifica pela especificidade da sociedade brasileira e sua pluralidade interna, se afastando da ideia de uma universalidade capaz de atender a todas. Essas realidades distintas serão a base para a reivindicação de demandas diversas. Segundo Sarti, “as mudanças nos padrões de comportamento, impulsionadas pelos setores mais modernos e privilegiados repercutem nos diferentes grupos urbanos, pobres e ricos, periféricos e centrais, adaptando-se as especificidades de cada um”.⁷¹

Ainda segundo Sarti, família, trabalho doméstico, trabalho remunerado, os cuidados com as crianças, entre outros temas, possuem significados distintos entre mulheres marcado também pela questão de classe. Nas camadas populares, os papéis familiares desempenham um peso maior na formação de sua identidade social, tendo em vista que sua vida cotidiana é demarcada por atividades domésticas. A modernização da mulher brasileira, que teria se

⁶⁹ PINTO. op. cit. p. 45.

⁷⁰ SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu** (16) 2001: p 31 – 48.

⁷¹ SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cad. Pesq.**, São Paulo (64): 38 – 47. Fev. 1899. p. 39.

iniciado em na década de 1960, deu-se em uma sociedade “altamente hierarquizada em termos de classe, raça e gênero, reproduzindo essas diferenciações”⁷²

O feminismo iniciado (enquanto movimento organizado) nas camadas médias viu uma ampliação entre as camadas populares através de uma influência múltipla. As feministas, que em sua maioria tiveram associadas a partidos e organizações de esquerda, absorveram influências das demandas dos demais movimentos de mulheres ao mesmo tempo que buscaram levar o debate acerca dos problemas de gênero para outras esferas. A vinculação do feminismo com as classes populares implicou também em uma relação, muitas vezes conflituosa, com a Igreja Católica. O catolicismo possuía grande presença no cenário nacional e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) tinham forte atuação nas comunidades periféricas, eram um forte ponto de resistência ao autoritarismo. Nesse sentido, questões acerca da sexualidade, do aborto, e dos anticoncepcionais, nem sempre eram bem recebidas tornando-se ponto de conflito, assim como a defesa de uma moral sexual por parte dos setores católicos que contrariavam as reivindicações de liberdade defendidas pelas feministas.

Entretanto, houve um esforço para a construção de uma política de alianças entre feministas e setores da Igreja e esquerda, visando a resistência ao regime autoritário. Debates acerca das discriminações no trabalho, a violência doméstica, a maternidade e sexualidade foram complementando as pautas dos movimentos de mulheres, gerando uma união das lutas dos dois grupos. Buscando uma transformação mais ampla, os grupos feministas “atuaram articulados às demandas femininas de organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres”.⁷³

Como afirma Sarti,

os movimentos sociais que surgem na história política europeia, a partir de fins da década de 1960 tem uma forte conotação cultural, questionando os valores da sociedade industrial [...] no Brasil, os movimentos sociais urbanos são organizadas com base local, enraizando-se na experiência cotidiana de seus protagonistas, os moradores da periferia.⁷⁴

As questões feministas só ganhariam mais espaço a partir do processo de “abertura” política do governo Geisel, quando se ampliam os espaços para as reivindicações e reflexões sobre as condições específicas das mulheres. Na segunda metade da década de 1970, novas

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem. Pág. 102. Apud. SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, n 12, 2004. p. 40.

⁷⁴ SARTI, op cit. p. 41.

mudanças ocorrem para impulsionar a publicização dos debates feministas impulsionados também pelo surgimento do Centro da Mulher Brasileira (CBM), fundado em 1975, no Rio de Janeiro, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira em São Paulo, e do Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano, começariam as comemorações do 8 de março, Dia da Mulher. O CBM surgiu pela influência dos “grupos de reflexão”, como uma via institucional para mediar os debates das questões das mulheres.

Assim, a temática predominante no grupo foi aquela dedicada à mulher no mundo do trabalho: a luta por creches, por igualdade de remuneração em relação aos homens e proteção à maternidade. Muitas das mulheres que compunham o CMB participavam de outros movimentos de esquerda, organizações ou partidos e tinham um perfil mais ativista que os grupos de reflexão.⁷⁵

O fato de algumas de suas integrantes fazerem parte de partidos políticos colocava o CBM em meio a um cenário de disputa dentro das esquerdas. Muitas das mulheres se alinhavam às correntes de seus partidos ou organizações e, dessa forma, elas acabavam levando, para dentro das redações dos jornais, os debates que eram travados dentro de seus partidos, compartilhando suas visões e interpretações acerca dos movimentos sociais e do contexto de redemocratização. Isso também possibilitou que o CBM se aproximasse de um feminismo voltado às classes populares, fazendo com que os temas de esquerda e a luta pelas liberdades democráticas predominasse. Essa vertente, porém, não era homogênea. Outras integrantes do grupo “tendiam a estar mais alinhadas ao feminismo mais amplo, atribuindo igual importância a diversas questões relacionadas ao universo feminino”.⁷⁶ Dessa forma, junto às discussões sobre o mercado de trabalho, apareciam temas como a sexualidade ou aborto.

Em 1975, a instituição do Dia Internacional da Mulher pela ONU abriu portas para a organização de mulheres, com isso as lutas se intensificaram e se espalharam pelo país. As mulheres passaram a reivindicar lutas mais específicas, além de promoverem discussões sobre condições de trabalho, salários baixos e violência doméstica. São formados os clubes de mães que lutam por creches para seus filhos, são realizados congressos, marchas, entre outros tipos de mobilizações organizadas. É nesse contexto que surgem os jornais feministas, sendo mais uma forma de resistência e de luta das mulheres.

É a partir desse marco que o movimento feminista brasileiro começa a compor suas próprias características, como movimento social organizado, com pautas e bandeiras

⁷⁵ MARQUES, Ana Maria. Feminismo e resistência: 1975 – o centro da mulher brasileira e a revista veja. **Hist. R.**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2014.

⁷⁶ *Ibidem*

específicas relacionadas ao corpo, a liberdade sexual, a divisão de tarefas, colocando as discussões feministas em um patamar mais avançado no Brasil, discutindo o direito ao orgasmo e ao prazer, o aborto como saúde pública e a liberdade de encolha visando a mulher como sujeito autônomo e capacitado, tentando identificar e denunciar as discriminações e as desigualdades que afetavam as mulheres brasileiras. Aqui é importante ressaltar que, como no resto do mundo, o feminismo na segunda metade do século XX é marcado pela presença de mulheres de classe média, com acesso à educação superior.⁷⁷

Na mesma medida, movimentos que se desenvolviam no início dos anos 1970 de forma velada e clandestina, nas regiões periféricas, muitas vezes ligados às paróquias locais, tendo como foco os problemas cotidianos, como o custo de vida, a falta de creches, o baixo salário, possuíam grande presença de mulheres em sua atuação. Esses movimentos teriam também, posteriormente, ao longo da década de 1970, uma aproximação com os movimentos feministas e das mulheres que atuavam na imprensa alternativa.

“Organizadas nos bairros operários, com apoio de algumas paróquias de cunho progressista, em clubes de mães e associações de dona de casa, as mulheres da periferia lançaram um abaixo assinado contra a alta do custo de vida. Assim deram início ao movimento do custo de vida”⁷⁸. O Movimento do custo de vida, também conhecido como movimento contra a carestia, foi o primeiro movimento de massas que ocupou as ruas após a instauração do AI-5.

A declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU também possibilitou que as mulheres intensificassem as discussões e publicizassem suas reivindicações em meio ao regime de exceção. Segundo Joanna Pedro, o ano de 1975 foi um marco que as feministas usaram para ampliar e retomar sua trajetória pública e ampliar seu espaço de atuação. Ao longo da década de 1970 veremos, cada vez mais, a expansão do feminismo por meio de mobilizações diversificadas e organizadas. A organização de grupos de reflexão, periódicos, e grandes eventos como o 1º e o 2º Congresso da Mulher Paulista, que reuniu mais de 500 e 1000 mulheres, respectivamente, fizeram parte do movimento de ampliação do feminismo impulsionado pela definição da década da mulher, instituída pela ONU.

No mesmo ano, ocorreu a reunião da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, onde foram levantadas pautas acerca da opressão da mulher. A partir dali, surgiria um movimento mais organizado, o Centro da Mulher Brasileira, assim como foram se originando outros movimentos organizados, como demonstra Natalia Elias:

⁷⁷ ELIAS, Natalia Silva. op. cit. p. 39.

⁷⁸ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. op. cit. p. 50.

momento de brecha no sistema político, dos limites das liberdades individuais dentro das novas políticas de atuação do regime autoritário, que os movimentos sociais vão retomar as ruas, como é o caso do movimento estudantil, associações de bairro, movimento operário, eclesiásticos, dentre outros, assim como o surgimento de novas movimentações que passaram a ocupar o espaço público como movimentos sociais de mulheres, negros, homossexuais, ambientais e etc. O movimento feminista brasileiro começa a se compor de diversas formas, como associações e coletivos com diversas características e identidades, utilizando muitas vezes como identificação e denominação “movimento feminino” ou “movimento de mulheres”⁷⁹

Com a derrota dos movimentos de luta armada, forma necessárias novas forma de atuação dentro cenário repressivo que seguia gerando assassinatos e perseguições. A resistência ao regime permaneceu por meio de novas ações, na luta cotidiana de mulheres periféricas, no movimento feminista, na imprensa, no Movimento pela Anistia.

A Campanha pela Anistia ampla, geral e irrestrita foi um dos primeiros movimentos nacionais unificados e articulados contra a ditadura no fim dos 1970.⁸⁰ O Movimento Feminino pela Anistia foi o primeiro a articular-se de forma pública, construindo seu espaço de atuação por meio de reuniões, criação de núcleos e edição e distribuição de boletins que buscavam a soltura de presos políticos. Segundo Ana Rita Fonteles Duarte:

O MFPA juntou-se a outros movimentos criados ou liderados, entre as décadas de 60 e 80, do século XX, na América Latina, especialmente, na região do Cone Sul, por mulheres mobilizadas, sob motivos semelhantes. Discutir as razões históricas do protagonismo feminino e as formas escolhidas para a ação, em cenário de autoritarismo⁸¹

O Movimento Feminino pela Anistia, iniciado por Terezinha Zerbine, buscava a coleta de assinaturas na defesa da anistia aos presos políticos e perseguidos políticos. Foi o primeiro movimento a levantar a bandeira da anistia aos que sofreram na ditadura. Para isso, eram promovidas reuniões nas casas das dirigentes para a organização. Foi também, por meio do MPFA, que se encontraria espaço para o desenvolvimento do jornal *Brasil Mulher*, que abriria um novo espaço de atuação do movimento feminista, o da imprensa alternativa.

⁷⁹ ELIAS. op. cit. p. 39.

⁸⁰ Embora o movimento pela anistia já tenha mostrado sinais de suas reivindicações desde o fim dos anos 1960, o seu fortalecimento de maneira articulada deu-se apenas no fim dos anos 1970, momento de abertura política.

⁸¹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em Disputa e Jogos de Gênero: o Movimento Feminino PELA Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese de doutorado. Florianópolis, 2009. p. 22.

1.3 Imprensa alternativa: a construção de um espaço de resistência

A imprensa alternativa foi um importante espaço de resistência e oposição à ditadura. Por meio dela, militantes, organizações políticas das esquerdas, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros grupos que se colocavam contra o regime, exigiram o retorno da democracia, o respeito aos direitos humanos e questionaram a violência. Essa imprensa se caracterizava pelo formato distinto da imprensa hegemônica, adotando o formato tabloide, possuía muitas vezes, uma tiragem irregular, assim como uma distribuição restrita, mas eram sempre de caráter de oposição. Se por um lado os meios de comunicação tradicionais se constituíram como importantes recursos para difusão de ideologias e reprodução de uma concepção de mundo que mantém a estrutura social de acordo com os interesses das classes dominantes, a imprensa alternativa dava lugar para os movimentos sociais buscarem mudanças políticas. Em um momento em que os meios de comunicação serviram como forma de legitimação do poder repressivo por meio da adoção de uma postura consensual de defesa dos militares, a imprensa independente buscava combater o discurso ideológico propagado pela ditadura e, ao mesmo tempo, dar espaço para que grupos sociais marginalizados tivessem voz para reivindicar suas pautas.

Experimentando um crescimento na década de 1970, essa imprensa “pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletaria dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra hegemônico”⁸². Maria Paula Araújo afirma que essa imprensa pode ser considerada um fenômeno político, representando uma das mais importantes possibilidades de luta política na época⁸³.

Segundo Bernardo Kucinski, entre 1964 e 1980, existiram cerca de 150 jornais como *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Versus* (1975) e *Lampião da Esquina* (1978), que pertenciam a imprensa alternativa.⁸⁴ Andréa Queiroz classifica os jornais alternativos em duas classes, uma de caráter predominantemente político, que buscavam denunciar as tensões sociais, os excessos do governo militar, tornando-se também, os únicos a

⁸² KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários – Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 10.

⁸³ ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁸⁴ KUCISNKI, op. Cit.

denunciar “os problemas do crescente endividamento externo do Brasil, ainda em 1973”⁸⁵. Esses jornais possuíam uma forte influência marxista. Enquanto a segunda classe, alinhada ao movimento de contracultura, buscava uma ruptura cultural, rejeitando a “primazia do discurso ideológico”⁸⁶ e direcionando suas críticas aos costumes e ao moralismo. Araújo também destaca a existência de diferentes vertentes dentro da imprensa alternativa, como os jornais de contracultura que, produzidos fora do âmbito comercial, reuniam artistas alternativos e intelectuais, os impressos dos movimentos de esquerda, tais como o *Em Tempo* e *O Pasquim*, marcados pela influência de partidos de esquerda clandestinos. O *Pasquim* talvez seja o mais conhecido dentre esses jornais da oposição e foi, também, um dos principais periódicos da imprensa alternativa. Sendo lançado ainda, no fim dos anos 1960, marcou uma transformação na forma da imprensa alternativa com sua abordagem focada no humor. Misturava política, crítica social e uma linguagem satírica para questionar a moral da sociedade e, muitas vezes, driblar a censura, rompendo com paradigmas sociais. Entretanto, como destaca Andréa Queiroz, “ainda mantinha um discurso conservador, principalmente, no que diz respeito ao papel da mulher e dos homossexuais na sociedade”⁸⁷. Esse teor machista adotado pelo periódico, ao longo do tempo, passou a ter seu conteúdo questionado por outros por novas publicações de esquerda que foram surgindo.

Havia também os periódicos de movimentos sociais, que se tornaram um importante espaço de organização da militância e formulação de sua política e de sua visão de mundo, buscando um espaço próprio de representação. Dentro desse grupo, estavam englobados a imprensa feminista, a exemplo dos jornais *Brasil Mulher* (Londrina, 1975) e *Liberta* (Porto Alegre, 1980), os jornais da chamada “imprensa negra”, como o *Tiçã* (Rio Grande do Sul, 1978) e *Nzinga* (Rio de Janeiro, 1985), os pertencentes ao movimento homossexual (precursor do movimento LGBTQIA+), como *Gente Gay* (Rio de Janeiro, 1977), *Lampião da Esquina* (1978) e *ChanacomChana* (São Paulo, 1981). Segundo Maria Paula Araújo, as publicações apresentavam “uma diversidade interna muito grande – de conteúdo, de propostas e de posições. A riqueza da imprensa alternativa durante os anos 1970 vinculava-se a própria multiplicidade

⁸⁵ QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O *Pasquim*: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969 – 1991). *História & Perspectivas*, Uberlândia, (31) :229-252, Jul./Dez. 2004.

⁸⁶ *Ibidem*. p. 231.

⁸⁷ *Ibidem*. p. 234.

do movimento social e político da época”⁸⁸, refletindo as ideias e a visão de mundo dos grupos que representa. De acordo com a autora:

A imprensa alternativa, notadamente aquele tipo de imprensa porta-voz de grupos e movimentos específicos e/ou de minorias (numéricas ou políticas), caracteriza-se como uma fonte diferente da grande imprensa. Não tem a mesma sistematicidade, a mesma tiragem, tampouco o mesmo público. Não tem o mesmo padrão de notícias, nem a mesma forma de apresentação. Não se preocupa em cobrir os acontecimentos diários, nem dispõe da mesma estrutura financeira. (...) ela nos dá a visão desses movimentos sobre eles próprios, a sociedade e a época em que vivem. Ela nos mostra suas ideias, suas propostas, suas concepções políticas originais; ela nos ajuda a definir os contornos dessa cena política alternativa e, sobretudo, ela nos dá a dimensão do processo de formulação dessas concepções políticas. Esse tipo de imprensa nos permite, mais do que qualquer outra, perceber a tentativa de construção das identidades políticas fragmentadas – marca, como vimos, dos anos 1970 no Brasil e no mundo.⁸⁹

A partir da imprensa ligada a movimentos específicos e de minorias, a imprensa feminista se torna um exemplo no que tange a construção de uma visão política própria, apresentando novas reivindicações, propostas e abordagens. Com relação a imprensa feminista brasileira da década de 1970, é possível perceber uma articulação entre a especificidade da luta feminista com a luta mais geral, contra a ditadura militar.

Nesse sentido, a imprensa alternativa feminista teve um papel decisivo ao trazer a público as pautas do movimento feminista em meio as transformações políticas, conjugando a luta pela democracia, com pautas específicas relacionadas aos direitos das mulheres. Essa imprensa teve o papel fundamental de instituir no âmbito da esfera pública as demandas das mulheres em um momento em que elas eram negligenciadas e tratadas como preocupações de segundo plano, até mesmo pelos movimentos de esquerda. Essas publicações começam a abordar temas como liberdade sexual, aborto, igualdade de direitos e de salários para as mulheres.

Jornais como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, possibilitaram a ampliação da discussão de gênero, voltando-se para a conscientização das mulheres quanto a sua condição, e tratando também, questões como a equidade salarial, a luta por creches, liberdade sexual, aborto, melhores condições de trabalho, violência doméstica, entre outros. Estes dois jornais, tão significativos dentro do universo da imprensa alternativa, serão debatidos no próximo capítulo.

⁸⁸ ARAÚJO. op. cit. p. 22.

⁸⁹ Ibidem. p. 32.

2 “NOSSO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO E LUTA”⁹⁰: OS JORNAIS ALTERNATIVOS FEMINISTAS COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA

Podemos dizer que o espaço da imprensa é perpassado por disputas. Em períodos históricos, como a ditadura, o controle da informação pela imprensa tradicional foi crucial para o fortalecimento do governo e das esferas de poder, ao construir um discurso hegemônico que buscava legitimar sua ideologia. Ao mesmo tempo, grupos de oposição também utilizaram a imprensa como arma contra o cerceamento da liberdade de expressão e como meio de mobilização de suas pautas. Como afirmam Woitowicz, Schmitt e Popadiuk:

Não se pode dizer que houve um discurso único e consensual de defesa dos militares que reverberou em todos os espaços de mídia, formando uma opinião pública favorável ao governo. Houve resistência em todas as partes do país: nas brechas do discurso oficial, por iniciativa de jornalistas que atuavam nos meios censurados, e na vigorosa imprensa alternativa que surge como espaço de oposição política.⁹¹

Nesse sentido, os discursos utilizados nos jornais podem adquirir significados distintos de acordo com o público ao qual se direciona. Tania De Luca ressalta que os periódicos e revistas são projetos coletivos que reúnem pessoas em torno de ideias e valores aos quais se pretende difundir. A escolha dos jornais como objeto de estudo permite muitas possibilidades de análise de aspectos sociais e políticos. A maior adesão ao uso de impressos como fonte de pesquisa foi um resultado da diversificação de temáticas historiográficas como os estudos de gênero e dos movimentos sociais. Compreender as funções sociais desses impressos e a reverberação de seus discursos possibilita desvendar suas ligações com as distintas esferas de poder e grupos sociais, assim como seus aspectos político-sociais.⁹²

Nesse contexto, entendemos que a imprensa alternativa, se mostram fundamentais no processo de organização de grupos e setores que se mobilizam em prol da defesa da democracia. Esses jornais de pequena circulação que, mesmo sem uma estrutura financeira sólida, foram responsáveis por promover discursos críticos à ditadura e denunciar os abusos de poder,

⁹⁰ Editorial. Nós Mulheres. São Paulo, Ed. 1, 1976.

⁹¹ POPADIUK, Barbara; SCHIMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. **Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80.** In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

⁹² LUCA, Tania de. op. cit. p. 141.

violências e opressões promovidas pelos militares, sendo porta vozes dos interesses de diversos movimentos sociais.

As décadas de 1960 e 1970 observaram um crescimento dos movimentos sociais, oriundos das transformações culturais e políticas do período. Como salienta Marina Martins e Márcia Nunes, a imprensa alternativa atuou em benefício desses movimentos e nas reivindicações de seus direitos, uma vez que conseguiu “um contraponto ideológico com a mídia tradicional que, censurada, acabava por atuar em prol do regime”.⁹³

Outro ponto, também destacado pelas autoras, é a importância das construções identitárias que, por meio desses jornais, puderam trazer a público suas lutas, incorporando-as ao cenário político brasileiro. Os jornais feministas surgidos na década de 1970 se inserem nesse contexto. Segundo Debértolis, “os jornais feministas foram um dos instrumentos de organização do feminismo, como processo e movimento, e de uma reflexão para a produção de uma teoria que se contrapõem ao patriarcado”⁹⁴.

Os jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, lançados em 1975 e 1976, respectivamente, se propunham a trazer uma nova linguagem e abordagem, preocupando-se em difundir as reivindicações e propostas relacionadas às condições das mulheres ao mesmo tempo que se colocavam como oposição ao governo ditatorial. Os jornais feministas levantavam a politização do privado e um questionamento acerca do sistema patriarcal.

Segundo Bernardo Kucinski, o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*,

surgiram inspirados nos textos de Simone de Beauvoir e nos movimentos feministas na França, vivido por exiladas políticas brasileiras, e ganham, paulatinamente, identidade própria, sempre se debatendo entre os imperativos da luta política contra a ditadura, definida em termos marxistas e a busca das categorias de gênero para explicar a relação milenar de dominação homem-mulher.⁹⁵

Acreditamos, entretanto, que os jornais possuíam uma identidade própria e particular desde seu surgimento. Diante de um contexto específico, de ditadura e de características enfrentadas com particularidades por mulheres brasileiras, latinas, os jornais apresentavam suas particularidades, não sendo apenas uma reprodução das revistas francesas. Apesar disso, não se

⁹³ MARTINS, Mariana Solon Fernandes Torres; Nunes, Márcia Vidal. **A Imprensa Alternativa e o Movimento Feminista Durante a Ditadura Militar no Brasil: A Relevância do Jornal Nós Mulheres**. 12º Encontro Nacional de História da Mídia. Natal/RN: 2019. p. 4.

⁹⁴ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. Dissertação (Mestrado), UFRGS: 2002. p. 25.

⁹⁵ KUCINSKI, Bernardo. op. cit. p. 181 e 182.

deve negar a influência dos movimentos feministas, que acreditamos, se dar de forma mais confluyente do que como importação.

O *Brasil Mulher* teve um total de 17 edições, mais três edições extras, em um período de circulação que durou de 1975 a 1980. “Possuía uma tiragem regular de 5 mil exemplares, mas houve edições com 10 mil”⁹⁶. Conseguiu alcançar circulação nacional, e seu número zero foi publicado em 9 de outubro de 1975. Dirigido e editado por mulheres, era distribuído de maneira voluntária pelas participantes do jornal e também por militantes apoiadores em diversos estados brasileiros e nas periferias, onde as mulheres buscavam promover um debate acerca dos conteúdos de suas publicações. Sem patrocínio, o financiamento do jornal dependia do apoio daquelas que faziam parte da equipe ou da contribuição dos próprios leitores.

O *Nós Mulheres* totalizou 8 edições, durando até 1981. Seu primeiro número foi lançado em junho de 1976, mas o jornal não divulgava sua tiragem. Sua circulação se dava, em grande parte, dentro de grupos feministas e militantes, mas também era levado às periferias, na intenção de expandir os debates.

Rosalina Leite destaca que os dois jornais eram vinculados a associações (Sociedade Brasil Mulher, no caso do Brasil Mulher e Associação de Mulheres no caso de Nós Mulheres) e demonstra que eles são instrumentos de divulgação de pautas e lutas de mulheres organizadas, destoando da imprensa hegemônica e “refletindo o pensamento político da militância feminista”.⁹⁷

Muitas das integrantes dos jornais eram oriundas de grupos da esquerda, estiveram ligadas a partidos políticos, algumas tendo até experienciado a militância clandestina, a tortura ou prisão. Outras vivenciaram o exílio.

O Brasil Mulher já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do Círculo de Mulheres de Paris. A correspondência e o diálogo eram frequentes entre a direção do jornal e o coletivo de mulheres exiladas, de onde se origina grande parte das militantes do *Nós Mulheres*. E, mais, o *Brasil Mulher* já era sabidamente, nessa época, constituído por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Quanto ao Círculo de Mulheres de Paris, cabe dizer que era formado por feministas de esquerda integrantes, em sua maioria, do Debate, dissidência política que surge no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido

⁹⁶ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Da guerrilha a imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975 - 1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 59.

⁹⁷ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1):234-241, jan-jun/2003. p. 235.

Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas. Ao voltar ao Brasil, esse segmento lança o *Nós Mulheres*.⁹⁸

Outro ponto importante destacado por Rosalina Leite, é o período em que os jornais começaram a circular, marcado pela derrota da luta armada e o início do processo de abertura política. Nesse período, as questões ligadas ao subjetivo e ao cotidiano das mulheres ganharam mais destaque, assumindo novas formas de mobilização entre as mulheres de esquerda. Além disso, a instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975, motiva o surgimento de novos debates e orienta aos países a formulação de políticas voltadas à mulher.

Por meio da publicação dos jornais, é possível perceber essas mudanças no pensamento feminista que se formava naquele período e, de que forma, elas reproduziam na prática, buscando promover uma consciência crítica das mulheres e incentivar a prosseguirem na luta e resistência à ditadura ao mesmo tempo em que entendessem e somassem à sua luta as questões específicas que as afetavam.

Mas principalmente, fazê-las entender que a revolução social tem que dar conta das necessidades das mulheres. Daí porque ambos os jornais tratavam de anistia, custo de vida, creche, pois as mulheres entravam, massivamente, em um mercado de trabalho que não oferecia equipamentos sociais para que se houvesse uma redução do impacto da dupla jornada, na qual o trabalho doméstico recai quase que única e exclusivamente sobre as mulheres.⁹⁹

Ambos os jornais buscaram denunciar a situação das mulheres, expor a desigualdade de gênero presente na sociedade, e difundir o movimento feminista, assim como suas pautas. Para entender as ações por elas elaboradas, é importante compreendermos um pouco mais acerca da trajetória dos jornais.

2.1 A construção de um novo espaço de luta: as origens do *Brasil Mulher*

O *Brasil Mulher* foi fundado em Londrina, no ano de 1975, por Joana Lopes e editado pela Sociedade Brasil Mulher¹⁰⁰.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 65.

¹⁰⁰ Desde o 1975, ano internacional da mulher, muitos grupos foram se reunindo na intenção de denunciar as dificuldades enfrentadas pela mulher na sociedade. São grupos distintos em sua concepção feminina e na sua

A ideia inicial era criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia que estava sendo estruturado a partir de São Paulo por Terezinha Zerbini e tinha por objetivos angariar assinaturas para pressionar o governo a conceder a anistia aos presos políticos e exilados pelo regime militar¹⁰¹.

Como explica Ana Rita Fonteles, foi em 1975, durante o governo de Geisel, que o MFPA foi criado, em São Paulo, por Terezinha Zerbini. Foi o primeiro movimento organizado visando a luta pela anistia aos presos e perseguidos políticos. Sua fundadora, Terezinha Godoy Zerbini era casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, cassado durante a ditadura, Zerbini foi, também, presa política. Considerada uma das figuras mais importantes na luta pela anistia devido ao seu trabalho no MPFA, defendia que a bandeira da anistia fosse levantada junto a bandeira da paz, através da “proposição de reintegração do pacto social por meio de sujeitos políticos naturalizados como promotores de sentimento de solidariedade, justiça e paz”.¹⁰² De acordo com Fonteles, as mulheres que faziam parte do Movimento se colocaram em cena “com ação política nova, não transgressora em termos discursivos”.¹⁰³ O movimento fundado por Zerbini, entretanto, não tinha o feminismo como pauta. Como explica Ana Rita Fonteles,

Se para Therezinha Zerbini é perfeitamente concebível aliança com feministas para divulgação de luta de mulheres em prol da anistia de perseguidos políticos, não significava que estivesse disposta a se engajar em lutas específicas das mulheres, encapadas pelo feminismo no período, como questionamento da dupla moral sexual, direito ao corpo, questionamento da maternidade e heterossexualidade compulsória¹⁰⁴

A luta do MFPA, como destacava a própria Zerbini, era voltada para cidadania, não para a busca por avanços no campo das mulheres. Apesar de evidenciar a “promoção e elevação cultural da mulher”, o MFPA a secundarizava com relação a luta pela anistia.¹⁰⁵ Fonteles destaca ainda que fatores como a depreciação sofrida pelo movimento feminista, tanto pela grande mídia, como nos periódicos alternativos e no interior dos grupos de esquerda, “que ora

organização. A Sociedade Brasil Mulher surgiu em 75 vinculado ao movimento feminino pela anistia em londrina, o qual se desligou quando, a partir da publicação do segundo número do BM, as suas participantes se declararam feministas. O grupo procurava trazer pesquisas, reportagens, entrevistas, entre outros, para denunciar a opressão da mulher assim, como destacar o protagonismo de suas lutas por meio da publicação do jornal.

¹⁰¹ DEBÉRTOLIS, Karen Silva op. cit. p. 57.

¹⁰² FONTELES, Ana Rita. op. cit. p. 41.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 54.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 56.

ignora o debate, por achá-lo sem importância, ora utiliza-se de ironia e da galhofa para tratar as novas ideias”¹⁰⁶, torna compreensível o fato de Zerbini recusar o título de feminista.

A participação de Zerbini na Conferência Internacional da Mulher, no México, em 1975, seria marcante para a trajetória do movimento, permitindo a divulgação do MFPA em diversos estados brasileiros, entre eles, o Paraná, mais especificamente, na cidade de Londrina, onde conheceu Joana Lopes.

Joana D’arc Bizzotto Lopes, nasceu em 14 de abril de 1938, em Belo Horizonte (MG). Era filha de um pai militar e de uma mãe que recebeu educação tradicional católica. Casou aos 18 anos, relacionamento que gerou 2 filhos. O casamento de Joana foi marcado por seus percalços que definiria sua trajetória no movimento feminista. Segundo Debértolis, a ruptura do casamento de Joana ocorre após a primeira vez que seu marido a espanca: “a experiência amarga foi paradoxalmente importante para lhe apontar os caminhos que deviam ser trilhados quando elaborava o jornal *Brasil Mulher* e também para compreender o grupo de mulheres que se organizava em torno da ideia”.¹⁰⁷

Joana construiu uma trajetória nas Artes, onde desde cedo, ingressou na dança. Sua atuação como jornalista também se daria no campo artístico, na página Arte e Comunicação da *Folha de Londrina*, onde permaneceu até 1978, mesmo depois da fundação do *Brasil Mulher*. Quando fundou o BM, tinha a vontade de criar um jornal para as mulheres, que tratasse do cotidiano, das lutas por elas empreendidas. O futuro rompimento com Zerbini, durante as primeiras edições do *Brasil Mulher*, também seria fundamental no seu engajamento com o movimento feminista.

Joana Lopes, ao tomar conhecimento do movimento que Zerbini estava fazendo, naquela época, em São Paulo, decidiu auxiliar na coleta de assinaturas. Após alcançar um número significativo de assinaturas, se dirigiu ao estado para a entregá-las a Zerbini. Ainda em SP, Joana teve contato com alguns dos movimentos de mulheres, já atuantes e conheceu também, Lila Figueiredo, que viria a ser ilustradora do *Brasil Mulher*. Quando do seu retorno a Londrina, começou a reunir mulheres que possuíam interesse na luta pela anistia, decidiu

¹⁰⁶ Ibidem. p. 56.

¹⁰⁷ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. op. cit. p. 37.

organizar um boletim que, posteriormente, se tornaria um jornal. Esse grupo inicial era constituído por Rose Serra¹⁰⁸, Rosane Silva e Edelize Leal¹⁰⁹.

Dessa forma, junto a outras mulheres militantes, foi criado o *Brasil Mulher*. Um dos primeiros problemas enfrentados, era a falta de dinheiro para a produção de um periódico. Foi nesse momento que Joana decidiu colocar o próprio salário para a elaboração da primeira edição. Assim surge a edição número do zero do jornal, que foi editado em “tamanho tablóide com 16 páginas e fotos em preto e branco”¹¹⁰ e as vendas da sua primeira edição, ocorridas durante o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, em outubro de 1975, garantiu o pagamento da impressão.

Assim, nascia o *Brasil Mulher* representando, no que afirma Kucinski¹¹¹, o surgimento da imprensa feminista no Brasil, na década de 1970. O jornal mesclava temas de interesse geral com reivindicações específicas das mulheres, mas seu foco era nas questões de classe. No conteúdo de sua primeira edição, identificamos temas como a anistia, a reivindicação de um salário mínimo para as mulheres, violência doméstica, entre outros. Por eles percebemos as demandas gerais das lutas contra a ditadura somadas às reivindicações das mulheres. Quando foi lançado, não se colocava como um jornal feminista, afirmando, em sua edição nº 0, que “não é um jornal da mulher”. A frase que aparecia na apresentação da edição se tornou motivo de polêmica, e gerou críticas ao BM por parte de feministas. Joana Lopes, entretanto, em entrevista concedida a Debértolis em 2001¹¹², afirma que a frase foi direcionada às revistas femininas, responsáveis por perpetuar o papel da mulher associada à ideia de feminilidade, como um ser naturalmente pertencente ao lar.

A ausência de um posicionamento claro e bem definido, por parte do BM, com relação a uma identidade feminista também causou estranhamento entre os grupos feministas. A

¹⁰⁸ Rose Mary Sousa Serra nasceu na cidade de Grajaú, no Maranhão. Sua relação com a política foi se delineando desde cedo. Quando estudante secundarista do curso normal se aproximou do movimento estudantil e da UNE. Mas foi durante sua vida universitária, que ela conheceu o Padre Enzo Gusso, expurgado da diocese paulista por ser considerado figura subversiva, o responsável por proporcionar a Rose uma “base sólida de estudos políticos, éticos, cristãos e marxistas, exercendo uma influência fundamental na sua formação humana e profissional” CESAR, M. J. Rose Serra: uma vida de paixões e subversões. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 253-262, set./dez. 2023. p. 254. Rose juntou-se a Ação Universitária Cristã (AUC), criada pelo padre Enzo, na qual ela se tornaria dirigente em 1969. Rose foi perseguida, demitida injustamente, mas manteve sua militância e, em Londrina, criou uma seção do Movimento Feminino pela Anistia. Por meio deste, Rose delinearía também, sua trajetória ao Brasil Mulher.

¹⁰⁹ Não foram encontradas informações acerca de Rosane Silva e Edelize Leal.

¹¹⁰ Ibidem. p. 56.

¹¹¹ KUCINSKI, Bernardo. op. cit. p. 71.

¹¹² DEBÉRTOLIS, Karen Silva. op. cit. p. 60.

preocupação em evitar o uso do termo “feminismo” para sua autodesignação reflete a forma como o mesmo era mal recebido por parte das mulheres naquele momento, já que ainda predominava um estigma em torno da palavra. Existia ainda, uma certa incompreensão, uma desinformação, acerca de seu significado, ou até mesmo, indicava o momento de transição para a aceitabilidade e adoção do termo. Pode-se dizer até, que indica um reflexo da discussão presente naquele momento em que existia um certo preconceito entre muitas mulheres de esquerda quanto a se auto designarem feministas.

Mesmo sem utilizar a palavra feminismo, o editorial traz à luz questões pertinentes ao movimento, como a rejeição ao paradigma das diferenças biológicas, a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, a dupla jornada de trabalho e a igualdade, reivindicando a equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude.¹¹³

Algo que se mostrava relevante quanto ao posicionamento do BM, era o interesse na produção de um jornal que retratasse a especificidade brasileira e latino-americana, que tinha destaque para a luta política em um regime de exceção, uma realidade antidemocrática, com uma presente desigualdade, fome, miséria e violência. Nesse contexto, as integrantes do jornal adotavam, muitas vezes, uma dupla militância, isto é, possuíam também, uma filiação partidária ou sindical. De acordo com Teles e Leite, as mulheres naquele período, acreditavam que “o feminismo não deveria se isolar das propostas políticas societárias amplas, evitando o risco de uma prática pontual, isolada e, conseqüentemente, inócua”¹¹⁴

A adoção e incorporação de temas mais voltados para as mulheres vai ocorrendo com o tempo. “O amadurecimento do grupo, a inserção das mulheres das mais variadas vertentes ideológicas da esquerda certamente significou a força necessária para abordar questões complicadas, como o controle de natalidade ou a pílula, por exemplo...”¹¹⁵.

As pautas do jornal, eram decididas em reuniões com o coletivo, onde definiam as temáticas das matérias. Dentre esses temas, o jornal aborda assuntos de interesse das mulheres, ao mesmo tempo que tratam de questões políticas, sejam elas internacionais, ou relativas à conjuntura nacional. O mercado de trabalho, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, contracepção, sexualidade, violência doméstica, se alternavam com a luta pela anistia, a reivindicação da democracia e a censura.

¹¹³ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. op. cit. p. 61.

¹¹⁴ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 61.

¹¹⁵ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. op. cit. p. 65.

Outra coisa que merece destaque quando falamos do *Brasil Mulher*, são as capas das edições. O jornal buscava sempre trazer fotos de mulheres em seu cotidiano, mas dotadas de uma sensibilidade¹¹⁶. “A capa do número zero do Brasil Mulher retrata, no cenário de um bairro pobre de Londrina, uma adolescente negra e grávida, brincando com uma criança”, afirmam Leite e Teles¹¹⁷.

Figura 1 - Jornal Brasil Mulher - Edição nº 0 – 1975



Fonte: Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/brasil-mulher-luta-feminista-por-liberdade-e-anistia/>.

A foto tirada por Chico Rezende no bairro da Vila Fraternidade, um dos mais pobres de Londrina, é um retrato da maternidade na adolescência e da realidade na qual se encontrava a

¹¹⁶ As fotos das capas do Brasil Mulher são de Chico Rezende, um fotógrafo de Londrina.

¹¹⁷ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 64.

mulher brasileira. Mulheres com filhos nos braços voltaram a aparecer em outras capas do jornal, que trazia a luta por creches e igualdade para as mulheres como uma das suas principais pautas. A utilização de foto reportagem nas capas, tornaram-se marca do periódico.

Já a edição número 1 do mesmo periódico traz na capa, a imagem de uma mulher idosa, dona Gumercinda, que possuía mais de 100 anos de idade.

Figura 2 - Jornal Brasil Mulher - Edição nº 1 – 1975



Fonte: Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-2>.

A foto “é um retrato da exclusão a que são submetidas as mulheres pobres de terceira idade, no Brasil. As duas primeiras capas retratam mulheres em duas situações limite: quando engravidam na adolescência, ou quando envelhecem sem proteção”¹¹⁸ As capas retratavam algumas características do BM, a saber: mostrar as mulheres em seu cotidiano, aproximar os leitores da realidade da mulher brasileira, seus problemas diários, suas dificuldades enfrentadas no dia a dia, dentro de um contexto de uma ditadura.

As capas do Brasil Mulher buscam se direcionar ao público ao qual busca atingir, se afastando dos estereótipos divulgados na grande imprensa ou nas revistas femininas do período, que retratavam a mulher como a senhora do lar, propagando padrões de beleza inatingíveis. Por meio da imagética, o BM se propôs a disputar o imaginário nacional acerca do papel social da mulher, destacando a representação da mulher trabalhadora em suas lutas cotidianas.

Joana Lopes explicou, posteriormente, a Elizabeth Cardoso, que no BM,

Foi uma opção falar de outras coisas, contanto que atingisse a mulher. O jornal nasce em um momento complicadíssimo. Então ele vem de acordo com os ventos. Tem que ver, naquele momento, qual era a situação da mulher, da discussão de gênero no Brasil, e não na Europa. Porque o BM tinha o empenho de se colocar vivo naquele momento no Brasil, com mulheres brasileiras, e de fazer o que desse para fazer. [...] se mais explícito ou menos explícito, o foco era a mulher. E não é a toa que é BM, porque é mulher mesmo, é Brasil mesmo, é a mulher que vive no Brasil daquele momento¹¹⁹

O conteúdo do BM trazia reflexões acerca dos sujeitos e, principalmente, das mulheres em seu cotidiano, retratando sua subordinação em casa, no trabalho ou no âmbito político. Mais do que buscar atingir a mulher brasileira, o jornal buscava ter, como seu público, as mulheres trabalhadoras.

Considerando o panorama do movimento feminista no Brasil, naquele período, e os temas abordados nos jornais, destacamos 4 temas relevantes para uma análise mais minuciosa, sendo eles: o sexo, o aborto, a maternidade e o mercado de trabalho. O sexo e o aborto eram, ainda, temas considerados tabu na sociedade. A liberdade sexual, principal reivindicação dos movimentos feministas europeus, e presente na contracultura, ainda não era pauta muito presente no movimento feminista brasileiro. O aborto enfrentava a dificuldade do debate em um espaço de influência cristã, como era a sociedade brasileira. A maternidade, tradicionalmente associada como natural à mulher, começava a ser questionada e os

¹¹⁸ Ibidem. p. 64.

¹¹⁹ CARDOSO, Elisabeth. **Imprensa feminista brasileiros pós 1974**. Dissertação. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, 2004 p. 73.

movimentos de base, como da luta por creches, acrescia um novo patamar ao debate. Já o mercado de trabalho foi o principal tópico levantado nos periódicos. A denúncia da exploração do trabalho feminino, seja ela no interior do lar – trabalho doméstico – ou ocupando cargos inferiores e mal remunerados, foi uma importante bandeira levantada na imprensa feminista dos anos 1970, não podendo, dessa forma, ficar de fora de nossa análise.

2.1.1 Aborto, sexo, maternidade e mercado de trabalho nas páginas do *Brasil Mulher*

As matérias apresentadas no jornal se caracterizam em dois eixos principais, aquele marcado por temáticas de uma conjuntura mais geral, ligadas à situação política e social da ditadura e outra com recortes mais específicos, relativos às temáticas de interesses das mulheres. O custo de vida¹²⁰ aparece como o tema mais abordado, o que reflete a intenção do jornal em alcançar as mulheres trabalhadoras da periferia. Entretanto, no geral, as matérias relativas à questão da mulher, aparecem mais, em abordagens distintas, falando do cotidiano, da violência doméstica, entre outras. Dentre os temas específicos, o mais recorrente é aquele relacionado à questão do trabalho, aparecendo em 31% do total de temáticas¹²¹. Naquele momento, o trabalho representava um espaço importante e conflitivo na vida das mulheres e a dupla jornada de trabalho por elas enfrentada era um tópico em debate. A influência marxista que fez parte da formação da maioria das integrantes do jornal, também pode ter sido um fator para a quantidade de matérias dedicadas a esse tema. Ao mesmo tempo, as questões relativas à sexualidade, eram, naquela conjuntura, ainda pouco debatidas. Mas não deixam, todavia, de aparecer nos jornais, mesmo que de forma mais tímida. Nesse contexto, analisaremos quatro temáticas relacionadas às questões específicas de interesse das mulheres e de que maneira aparecem nas páginas do *Brasil Mulher*, sendo elas: o sexo, o aborto, o mercado de trabalho e a maternidade. Muitas vezes, esses temas aparecem de forma intrínseca, alguns momentos com um posicionamento mais claro, em outros de forma mais discreta.

A edição número 1, lançada em 1975, abrange os temas propostos para análise, e em uma matéria intitulada “Parem de tomar a pílula”, traz um alerta dos perigos do uso da pílula

¹²⁰ O Movimento Custo de Vida, também conhecido como Movimento contra a Carestia, se colocava contra as políticas econômicas do regime e representou um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto da ditadura, na década de 1970.

¹²¹ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 95.

pelas mulheres, explicitando seus efeitos colaterais. Partindo de uma situação que ocorria no Norte do país, em que o contraceptivo era distribuído em larga escala pela BENFAM, (no Brasil, conhecida também pelo nome “Sociedade Civil de Bem Estar no Brasil”), uma entidade estadunidense que fazia parte do projeto de planejamento familiar, adotado no governo militar, imputando às mulheres a responsabilidade pelo controle da natalidade.

As discussões acerca do controle da natalidade ganhavam espaço nos debates públicos nas décadas de 1960 e 1970. Setores da Igreja Católica, do governo militar, feministas, médicos e grupos políticos passaram a disputar a narrativa em torno da temática. Se por um lado, a ideia da contracepção era apontada como uma afronta à “moral e aos bons costumes”, como destacava a Igreja, por outro, alguns setores da esquerda a apontavam como um desvio de foco da luta principal, contra a ditadura.

Como ressalta Valderiza Menezes, até a década de 1960, no Brasil, “o atendimento médico voltado às mulheres indicava que a saúde destas era pensada apenas em sua dimensão procriativa, deixando clara uma visão de mulher como mãe”¹²². Além disso, existia uma visão pró-natalista por parte de setores médicos, que enxergavam na maternidade uma forma de aumentar a população e o número de braços para trabalhar em prol do progresso. Entretanto, na década de 1960, começam a ganhar espaço na imprensa, especulações acerca de uma possível explosão demográfica e a pauta do controle de natalidade começa a ganhar destaque.

Em 1963, o Brasil registra as primeiras ações em prol do planejamento familiar, promovidas pela Serviço de Orientação à Família (SOF) e pela faculdade de medicina da UFMG, com financiamento da Fundação Ford. No mesmo ano, é fundada a Sociedade Civil de Bem Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), que passaria a ter forte atuação no Nordeste.¹²³ Como destaca Menezes:

Nos países do terceiro mundo - entre eles o Brasil - a divulgação das pílulas contraceptivas estava inserida nas políticas Internacionais voltadas para a diminuição da população. O investimento na redução da população no Brasil e na América Latina estava relacionado com a Revolução Cubana (1959): os políticos norte-americanos teriam, a partir de então, começado a perceber a América Latina, em geral, e em particular o Brasil, como um ambiente propício para uma revolução comunista. O Nordeste brasileiro merecia atenção especial devido às constantes secas e sua população "pobre, doente e sem instrução".¹²⁴

¹²² MENEZES, Valderiza. **Corpo de batalha, corpo de luta: prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970-1990)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020. p. 27.

¹²³ Ibidem. p. 38.

¹²⁴ Ibidem. p. 37.

Os EUA enxergavam nessa região do Brasil, um perigo comunista, em parte pelo surgimento das Ligas Camponesas que ganhava força em alguns estados. Nesse contexto, iniciava-se um esforço para conter o crescimento populacional da região, tendo a BEMFAM como órgão atuante na distribuição de contraceptivos.

As políticas da BENFAM eram criticadas por setores da Igreja, como é possível observar a partir da matéria do próprio jornal, que se inicia com as palavras do arcebispo de Natal, Dom Nivaldo Monte, mas também tinha a desaprovação das feministas e da comunidade médico-científica. É por meio de uma entrevista com um médico docente da Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que a matéria tem continuidade, destacando os problemas causados pelo uso indevido dos anticoncepcionais, consumidos sem orientação, desconsiderando fatores que afetam a saúde da mulher, como aqueles relativos à idade e à constituição física. As críticas à BENFAM estavam muito presentes e voltariam a aparecer no jornal, denunciando o uso indiscriminado da pílula em famílias de baixa renda - especialmente no Nordeste - em meio à política de controle de natalidade.¹²⁵ O BM defenderia que “o planejamento familiar deveria ser centrado na educação e orientação da família, baseado no respeito aos direitos dos casais decidirem o número de filhos que queiram ter”¹²⁶, e não como uma imposição do governo.

É importante destacar que os debates sobre a pílula eram ainda considerados tabus e apresentavam forte resistência até mesmo dentro do grupo do BM, o que, mais uma vez, indica o receio ainda existente em abordar questões do corpo e da sexualidade. O caráter da maioria dessas matérias viria, por isso, na forma de denúncias contra a BENFAM.

No editorial número 3, lançado em 1976, é realizada uma nova abordagem acerca da pílula. Com o título de “Pílulas: Solução ou Problema?”, o jornal traz uma continuação ou complemento daquela publicada na primeira edição, agora com um novo questionamento, “Devemos jogar nossas pílulas fora?”. A matéria ocupa as páginas 6 e 7. Por meio dela, mais uma vez, percebemos o tabu em torno das temáticas da sexualidade feminina. Segundo Buitoni,

Desde os anos 50 até meados de 70, a censura governamental permitia avanços extremamente vagarosos no tratamento da questão sexual. Não se podia, por exemplo, nomear as partes do aparelho genital feminino, mesmo pelos nomes científicos; só era possível descrevê-los. Havia problemas para publicar desenhos, ainda que esquemáticos; fotos eram praticamente proibidas¹²⁷

¹²⁵ Brasil Mulher, “O planejamento familiar da miséria”, São Paulo, ed. 7, junho de 1977. p. 7.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminista brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

A adoção de determinadas palavras, assim como a forma do texto, são reflexos do que é apontado pela autora, tendo em vista evitar uma possível censura. A matéria publicada aprofunda um pouco mais o debate sobre contracepção alertando, novamente, quanto à melhor maneira de usá-la, isto é, com orientação médica, respeitando a liberdade de escolha das mulheres, mas informando acerca dos perigos causados pela pílula (trombose, atrofia dos ovários, câncer, etc). Outros pontos destacados pela publicação, são as outras formas de se prevenir a gravidez. Notava-se um aumento da utilização de preservativos, mais conhecidos no Brasil como camisinhas, e do DIU, entretanto, eles ainda estavam mais associados a classes médias e altas, e ligados à falta de informação e de poder aquisitivo das mulheres e das famílias, em geral, para a adoção de seu uso. Segundo a matéria, as vendas de camisinha cresceram e se popularizaram entre as classes A e B, enquanto o DIU, que era um método caro, custando 2000 cruzeiros à época para a sua colocação, passava longe da realidade de mulheres pobres, que tinham maior número de filhos. A adoção de métodos alternativos, como coito interrompido, e os abortos caseiros, também estavam presentes na vida das mulheres das classes mais baixas, um reflexo da desinformação quanto a outras formas de evitar a gravidez.

Entretanto, devemos destacar que o uso da pílula ainda se encontrava, também, muito associado à libertinagem e à traição (dentro dos padrões monogâmicos), o que fazia com que muitos homens não deixassem suas esposas fazerem uso da pílula por medo da infidelidade das mulheres. Segundo a publicação do BM a questão de evitar a gravidez se entrecruza com fatores socioeconômicos, mas também nos preconceitos, na ausência de informação, no acesso distributivo dos contraceptivos e nas questões de ordem moral e religiosa, como demonstrado por um dos entrevistados:

Eu não deixo minha mulher nem minhas filhas tomarem “comprimido”, considero uma invenção do diabo. Onde já se viu tomar remédio prá não ter filho? Tudo invenção dos médicos e das farmácias. Filho é benção de Deus, é bem vindo. Agora, às vezes, a gente é tão pobre que até tem dó dos pobrezinhos que nascem assim desprotegidos. Mas se vêm, não vai ser minha mulher que vai tirar¹²⁸.

Como nota-se, para o entrevistado Antônio, mineiro e operário de 50 anos, a religião ganha mais peso do que os critérios socioeconômicos na hora de decidir pela gravidez. Apesar da pouca estrutura, não permite que sua esposa e filhas exerçam a escolha pela gravidez. Já Francisco, operário especializado, de 21 anos, diz que tem um pensamento distinto da maioria de seus amigos, segundo ele:

¹²⁸ Brasil Mulher, “Pílula: solução ou problema? Devemos jogar nossas pílulas fora?”, São Paulo, ed. 3, 1976. p. 7.

Eu e minha mulher não somos contra a pílula, acho que ainda é o melhor meio de não engravidar. [...] Ganhando meu salário (que não chega a dois mínimos) e com o neném (1 ano) ainda pequeno, não dá pra ter logo outro, mas nós vamos ter mais, só que bem espaçado prá dar tempo de arrumar melhor a vida. Sei que todos os meus amigos são contra a pílula, porque acham que tomando o comprimido, a mulher tem mais oportunidade de trair o marido [...] ¹²⁹

Apesar da vontade de ter mais filhos, Francisco pesa a impossibilidade econômica de criar mais de uma criança no momento e destaca a visão de seus companheiros quanto ao receio de que o uso da pílula seja um incentivo para o aumento da infidelidade de suas respectivas esposas. É um retrato da visão machista que ainda estava muito presente na década de 1970. Roberto, estudante de física da USP, de 20 anos, reforça o ponto de vista de Francisco. Para ele, evitar filhos não se resume apenas aos desejos do casal, “...porque no fundo, quem decide o número de filhos é sempre o sistema econômico vigente, que não dá as mesmas oportunidades a todos. Então o que acontece é o pessoal dizer que pobre não devia ter tantos filhos, mas o pobre não é pobre porque tem muitos filhos.”¹³⁰. Simone, secretária de 22 anos e solteira, reforça essa associação destacada por Francisco e Roberto, quanto às possibilidades econômicas de se sustentar uma criança. Para ela, não adianta só o desejo de ter filhos, mas é preciso pensar em “...dar comida, escola, roupa, remédio, divertimento para eles, dar uma vida decente. Não adianta eu querer ter sete filhos se eu sei que não vou ter condições de sustentá-los”¹³¹.

O aborto, assim como a maternidade, se encontrava muito ligada aos fatores socioeconômicos, que no período da ditadura, se mostravam por meio de uma forte desigualdade social, como vimos refletidos nas falas dos entrevistados.

Já na edição número 12, de 1978, a questão da distribuição de anticoncepcionais volta a aparecer em matéria intitulada “Mulher, Patrimônio social do Estado”. Nela, é defendida o direito de escolha da mulher em relação aos métodos contraceptivos, e também a busca pelo prazer sexual. O plano nacional de controle de natalidade do governo Figueiredo é amplamente criticado, reforçando a ideia que vem sendo defendida ao longo dos editoriais de que as muitas caixas de anticoncepcionais, compradas e distribuídas gratuitamente, sem informação aos riscos de saúde às mulheres das classes mais pobres, traz inúmeros prejuízos. Enquanto o governo investe na compra de anticoncepcionais, as mulheres seguem sem assistência médica. A matéria destaca, por meio de falas de entrevistados, que as mulheres não são contra a pílula, ao contrário, possuem interesse em transformar a maternidade em um ato consciente e não no

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

produto de um acidente. O jornal defendia que a mulher tem direito a utilizar livremente sua sexualidade, desfrutando do prazer ou optar por ter quantos filhos quiser, postura oposta ao proposto pelo governo, que não se destinava a libertar a sexualidade feminina, mas a controlar as mulheres, especialmente as mais pobres, impedindo-as de ter filhos.

Num planejamento familiar que atendesse aos interesses femininos, a função dos órgãos públicos deveria ser de fornecer, por um lado, os meios anticoncepcionais, os esclarecimentos e a assistência médica necessária e, por outro lado, criar condições materiais para que as famílias possam ter o número de filhos que desejarem.¹³²

Segundo Janine Petersen, no Brasil, a chegada das pílulas anticoncepcionais esteve ligada a argumentos que “prometiam: a) redução da pobreza e da ameaça do comunismo; b) redução das práticas de aborto clandestino; c) autonomia para as mulheres”¹³³. A disseminação de contraceptivos no país se deu como parte das políticas internacionais de redução da taxa de natalidade no mundo¹³⁴ e não por meio de reivindicações de lutas coletivas das mulheres, “Nesse sentido, não aparece na memória das mulheres como um acontecimento significativo na luta pela sua autonomia”¹³⁵. Dessa maneira, as políticas de distribuição de pílulas aparecem diretamente ligadas às relações de poder representadas pelo governo ditatorial junto a organizações internacionais, mais como uma forma de controle dos corpos, do que associadas à liberdade sexual de mulheres.

Na edição número 13, lançada em 1978, o jornal traz um tema considerado polêmico: o aborto. A matéria tem como foco o aborto clandestino e a ausência de autonomia sobre o próprio corpo, controlado pela sociedade. O periódico destaca como a proibição do aborto alimentou uma indústria bastante lucrativa de clínicas clandestinas. A ausência de informação e formação

¹³² Brasil Mulher, “Mulher, patrimônio social do Estado”, São Paulo, ed. 12, 1978. p.14.

¹³³ PETERSEN, Janine. **Os feminismos e a polêmica da contracepção no Brasil (1970-1980)**. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 11(11), pp. 135–144. Apud. PEDRO, Joana Maria. Nouvelles Methodes contraceptives et nouveaux rapports de couple au Bresil e ten France. Texto apresentado na UNIVERSITE PARIS 7-DENISDIDEROT no SÉMINAIRE PLURIDISCIPLINAIRE DUDEA "SOCIÉTÉS OCCIDENTALES, TEMPS, ESPACES, CIVILISATIONS "OPTION "SEXES ETSOCIÉTÉS": "Hommes-femmes: identités et échanges" sob a direção de Régine Dhoquois e Gabrielle Houbre, nodia 30 de janeiro de 2002 em Paris/França.

¹³⁴ De acordo com Joana Pedro, “o investimento realizado no controle da natalidade no Brasil e em outros países latino-americanos teve relação direta com a Revolução Cubana de 1959. Foi a partir desta data que os Estados Unidos passaram a considerar a América Latina como um “continente explosivo”, um fértil campo de agitação comunista. Foram então criadas organizações de ajuda aos países latino-americanos, que exigiam em troca a adoção de programas e estratégias para reduzir o crescimento populacional. Assim, o perigo representado por uma questão política foi disfarçado como o de uma “bomba demográfica”. Pedro, Joana Maria. « Contraception et changement dans les rapports de genre au Brésil et en France (1960-1970) ». *Le genre face aux mutations*, édité par Luc Capdevila et al., Presses universitaires de Rennes, 2003.

¹³⁵ Ibidem.

sexual das mulheres ou a falta de condições e acesso ao ginecologista para uma devida orientação sobre os métodos contraceptivos são apontados no texto como motivos do maior número de tentativas de abortos. A matéria indica também a mortalidade muito mais incidente nos abortos que nos partos, mas o julgamento moral em cima do ato prevalece sobre os riscos à saúde da mulher. Além do fator da proibição legal do aborto¹³⁶, pode-se atribuir o peso associado às questões morais, religiosas, as subjetividades do indivíduo e também as intersecções de raça/classe/gênero diretamente interligadas a prática do aborto. Segundo Scavone, “há igualmente que considerar o significado simbólico da interrupção de uma gravidez indesejada, o qual coloca em questão a realização da maternidade, tradicionalmente considerada como marca relevante da identidade histórico-cultural feminina brasileira”¹³⁷. Olivia Joffily já dizia que o corpo é um substrato material da identidade¹³⁸. Ele é um agente de cultura, mas também, um lugar prático e direto de exercer várias formas de controle social. Os discursos proferidos pelos meios de comunicação e pelas instituições religiosas, na maioria das vezes, evitam ou reprimem as tentativas de descriminalização, mantendo a inacessibilidade da autonomia do corpo feminino. “No embate concreto com o poder instituído, as militantes defrontaram com as representações dominantes mais arraigadas das desigualdades entre as categorias de sexo, reproduzidas na grande maioria das vezes, pelo discurso e pela prática masculina”¹³⁹, e as feministas precisam enfrentar com grande empenho, as lutas para redimensionar o papel social da mulher.

Na página seguinte do mesmo editorial, é apresentada uma matéria sobre a legalização do aborto na Itália, alcançado em 1978, após anos de lutas e reivindicações vinda de uma organização que se iniciou em 1971. Após muita luta, as italianas conseguiram que o Senado aprovasse o aborto que viria a ser executado em hospitais públicos, por conta do estado. O movimento feminista da década de 1970, apesar de nem sempre demonstrar claramente, já defendia uma posição a favor do aborto. Entretanto, para driblar a censura e maiores problemas que poderiam ser enfrentados ao se colocar abertamente, costumavam defender a ideia de que a mulher tinha direito de escolha ou de decidir pelo próprio corpo, pelo número de filhos que

¹³⁶ No Brasil, a proibição do aborto foi estabelecida na década de 1940. A Constituição Federal garante o direito à vida e a lei considera a existência de uma pessoa a partir de sua concepção. O aborto só não é considerado crime em casos de risco de vida para a mulher causado pela gravidez, quando a gestação é resultante de estupro, ou quando ocorre por razões naturais.

¹³⁷ SCAVONE, Lucila. **Políticas feministas do aborto**. Dossiê Aborto, Rev. Estud. Fem. 16 (2), Ago 2008.

¹³⁸ JOFILLY, Olivia Rangel. **O corpo como campo de batalha**. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Sheibe. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

¹³⁹ Ibidem. p. 229.

deseja ter. Além da censura, o conservadorismo presente na sociedade e a influência da Igreja Católica e sua ligação com os movimentos de esquerda, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), impedia que questões como a sexualidade e os direitos reprodutivos fossem debatidos com mais ênfase. Tentar levantar debates em torno do aborto, da pílula e do sexo ia contra os valores católicos e contra a concepção de mulher ou de família propagado pela religião, o que poderia resultar em uma ruptura entre a Igreja e as feministas, fazendo com que as mesmas ficassem fora da proteção do “guarda-chuva” da Igreja, espaço onde estavam inseridos diversos grupos de oposição à ditadura, tendo em vista que a Igreja Católica se tornou uma das principais vozes de denúncia contra a tortura e as demais violações dos direitos humanos no fim dos anos 1970 e início de 1980. As CEBs tiveram uma atuação importante durante a ditadura, emergindo “como espaços de resistência mobilização popular, defendendo o direito de justiça social para todos e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência política e crítica sobre a realidade”¹⁴⁰. Dessa forma, as CEBs tiveram um papel significativo junto às organizações populares e movimentos sociais, principalmente, no período de redemocratização. Nesse sentido, para as feministas que atuavam nos periódicos, era relevante manter uma proximidade e um bom relacionamento com tais grupos.

Matérias como a acima citada, eram também, uma forma de se colocar em defesa da descriminalização do aborto ao enaltecer os avanços promovidos em outros países, no caso, a Itália. Como destacam Teles e Leite,

Era essa a linha do jornal, uma posição de denúncia, sem posicionamentos claros em relação à liberdade de escolha. [...] Naquele momento da conjuntura brasileira, não se cogitava que o jornal defendesse ou reivindicasse claramente a luta pela legalização do aborto, livre e gratuito, como opção para a mulher. Entretanto, era de se esperar que o direito sobre o próprio corpo, acrescido do acesso a informações e da exigência de uma democratização maior dos direitos reprodutivos, fosse mais bem defendido.

¹⁴¹

Como vimos na fala de Amelinha Teles e Rosalina Leite, naquele momento de repressão, alguns assuntos acabavam não sendo expostos de forma clara. Podemos dizer que os jornais faziam o que Kucinski chama de autocensura.¹⁴² Para o autor, a autocensura não era

¹⁴⁰ JUNIOR, Luis Marcos Gomes de Souza. **As Comunidades Eclesiais de Base em Campinas nas décadas de 1970 e 1980: Catolicismo, Ditadura, Militância e Memórias**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social, UERJ. São Gonçalo, 2023. p. 119.

¹⁴¹ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 239.

¹⁴² KUCINSKI, Bernardo. **A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar**. In: carneiro, Maria Luíza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; imprensa oficial do estado, 2002. p. 533-551.

apenas uma escolha individual, mas resultado de um processo de adaptação forçada às condições de repressão social e política enfrentadas no país. Era um mecanismo adotado pelos grupos que limitava sua liberdade de expressão diante da censura, mesmo que esta não fosse exercida de forma direta. A autocensura estava relacionada ao receio das possíveis consequências que tais grupos poderiam sofrer ao expressar-se livremente e, por isso, o faziam para evitar punições. Segundo Kucinski, a autocensura foi um mecanismo resultante da atmosfera de medo e repressão que fazia com que os jornalistas, escritores, entre outros, se autolimitassem para não sofrer repressão.¹⁴³

A edição nº 13 do *Brasil Mulher*, lançada em 1978, inicia uma série de matérias, intitulada “Nosso corpo”, na qual o periódico se propõe a trazer artigos explicativos acerca da reprodução feminina, métodos contraceptivos e sexualidade. Alegando o desconhecimento das mulheres acerca do próprio corpo, o BM reforça a importância da informação. São textos curtos, de caráter informativo, não chegando a aprofundar em um debate crítico.

A edição de número 10, lançada no ano de 1977, traz uma matéria em destaque com o tema da sexualidade. É a primeira matéria trazida pelo BM de maneira aprofundada sobre o tema. Por meio de uma entrevista, o jornal mostra como a ideia do homem enquanto “ser” representante da liberdade sexual e da mulher como um instrumento de prazer é interiorizada pelas mulheres, após anos de imposição social, refletindo o

pensamento comum que atribui à mulher características biológicas e psíquicas tidas como naturais e que na realidade, tem origem econômica e social. A mulher dependente, maternal, frágil, sensível, bela, dócil, passiva, sedutora, fiel, recatada, pura, emocional, é o tipo socialmente aceito¹⁴⁴.

As mulheres foram educadas desde crianças a assumir tarefas domésticas, proporcionar prazer ao marido, servir e não questionar. Seu comportamento é moldado à submissão, apresentando-as um papel a ser cumprido, somando-se a existência de uma moralidade ligada à sexualidade, influi na condenação da mulher. Essa interiorização do pensamento social pode ser compreendida pelo que Pierre Bourdieu¹⁴⁵ chama de violência simbólica. A violência simbólica é baseada no capital simbólico que reproduz relações de dominação por meio de ações e discursos, gerando a dominação de um grupo sobre outro. O poder simbólico é um

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Brasil Mulher, “Mulher: um mito, até quando?”, São Paulo, ed.10, 1977. p. 8 e 9.

¹⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1989.

poder invisível, que não está aparente ou não é identificado, mas é naturalizado e reproduzido. Segundo a matéria, a existência dessa moral sexual permite ao homem a busca por prazer fora do casamento, mas condena a mulher à função de procriação, sendo o prazer, um pecado. Nesse contexto, a virgindade também é valorizada, considerada um importante atributo que definia o caráter da mulher.

Em entrevista ao *Brasil Mulher*, Terezinha, doméstica de 30 anos, ao ser perguntada se havia casado virgem, responde: “Graças a Deus, eu me casei moça, virgem no religioso e no civil. Sou a filha que meu pai mais estima, meu marido é que não presta, joga muito e gasta todo o dinheiro com as mulheres da rua”.¹⁴⁶ A resposta de Terezinha mostra como esse pensamento era fortemente arraigado no cotidiano das mulheres, a repressão sexual por qual elas passavam, tornando-as um simples objeto de prazer masculino. A fala de Terezinha também permite percebermos como a deturpação da visão de mundo que o poder simbólico, conceituado por Bourdieu, exerce faz com que as mulheres passem a aceitar naturalizar e reproduzir os esquemas de dominação e subordinação.

Essa ideia da mulher enquanto objeto de prazer sexual nos faz retomar a uma matéria da edição número 1, de 1975. O editorial nos apresenta Domitila de Chungara, presidenta da Associação das Donas de Casa dos Mineiros de Catavi, localizada na Bolívia. A Associação ficou conhecida pelas reivindicações por melhores salários e por denunciar as condições de trabalho aos quais seus maridos sofriam nas minas. Domitila se apresenta como uma líder, lutadora que inspira muitos movimentos na luta por melhores condições trabalhistas. Entretanto, quando o assunto é a vida pessoal de Domitila, a situação é oposta, marcada pela submissão ao marido em uma vivência de extrema violência. Domitila sofreu violência sexual por parte do marido antes mesmo do casamento e seguia sofrendo agressões. Quando perguntada sobre a violência contra as mulheres, Domitila responde ser algo normal e recorrente:

Brasil Mulher - É frequente que os maridos batam em suas esposas, na Bolívia?

Domitila - Sim, é a norma.

BM - Isso ocorre com todas as classes sociais?

D. - Sim, em todas. Eu própria já observei casais da alta sociedade brigando na rua. Claro que era a mulher que apanhava.

BM - Qual deve ser a estratégia para a libertação da mulher?

D. - Deve ser como a que utilizamos na Bolívia. Não pode haver libertação da mulher sem que haja libertação do homem. O problema da libertação da mulher deve ser

¹⁴⁶ Brasil Mulher, “Mulher: um mito, até quando?”, São Paulo, ed.10, 1977. p. 8 e 9.

atacado simultaneamente como da libertação de todo um povo. É, pois, dentro da luta de libertação nacional que se coloca o problema da libertação da mulher.¹⁴⁷

Domitila também afirma que ainda não se sente totalmente liberta enquanto mulher e que seu marido não ajuda nas tarefas domésticas e que costuma se levantar entre as 3h ou 4h para conseguir dar conta de todas as tarefas domésticas e preparar os quitutes que faz para vender nas ruas. Ela fala também, do relacionamento que tem com seu marido no âmbito sexual:

BM - Domitila, com sua liberação, suas relações com seu marido no plano sexual, se alteraram?

D. - Sim, antes eu aceitava todas as suas imposições. Ao longo do tempo, fui me dando conta de que também era um ser humano e que, portanto, também tinha minha própria vontade. Antes, ele me batia, se eu me negasse a ter uma relação sexual. Hoje, discutimos o problema.

BM - Você chega a tomar a iniciativa no ato sexual?

D. - Não, porque não gosto do ato sexual. Submeto-me a ele como uma necessidade por estar casada, mas não me agrada.

BM - Porque não lhe agrada o ato sexual, Domitila?

D.- Creio que pelo fato de ter sido "violada" por meu marido antes de casar-me. Nem sequer eu sabia quem estava me "violando", pois foi no escuro.

Porém, ele contou para a sua mãe e ela falou com minha família no sentido de se fazer o casamento. Mas, inicialmente, o nosso casamento não passou de uma união consentida. Só três anos depois, quando eu já estava para dar à luz ao meu primeiro filho, foi que meu marido tomou a iniciativa de legalizar nossa união.¹⁴⁸

Para Domitila, uma libertação nacional, em termos sociais, políticos e econômicos resolveria os problemas de homens e mulheres, não considerando assim a existência de especificidades na emancipação da mulher. É fato que uma libertação de classe é um passo importante na luta dos trabalhadores, mas não se pode desconsiderar os fatores culturais e as tradições enraizadas responsáveis por reproduzir as desigualdades de gênero. As normas sociais impostas pelo patriarcado cercearam a liberdades e ditaram os papéis de gênero. Além disso, a violência de gênero e autonomia das mulheres sobre seus corpos, são questões específicas relativas às mulheres que sofreram – e ainda sofrem – às múltiplas camadas de opressão vivenciadas pelas mesmas na sociedade.

Os papéis sociais que impõem a submissão da mulher ao homem estão tão introjetados, que Domitila não questiona o estupro sofrido por acreditar que o sexo é uma obrigação da esposa, ao mesmo tempo que aceita que uma agressão física do marido contra a esposa, “é a norma”. A crença do sexo enquanto um dever da mulher para com o marido é resultante de séculos de imposições culturais e sociais, profundamente enraizadas. Logo, por mais que uma

¹⁴⁷ Brasil Mulher, “Domitila de Chungara”, São Paulo, ed. 1, 1975. p. 10.

¹⁴⁸ Ibidem.

libertação nacional ocorra, são necessárias ainda, muitas mudanças no âmbito político e sociocultural, para acabar com a opressão de gênero.

Outros temas estiveram mais presentes no jornal, como a temática do trabalho feminino, que vai figurar como a mais abordada nas edições. Um dos principais fatores apontados é a diferença salarial entre homens e mulheres. Na edição número 1 do BM, lançada em 1975, com uma matéria de título “Maria Salário Mínimo”, o periódico denuncia os salários inferiores ofertados para as mulheres.

A mulher acaba entrando pela porta dos fundos na divisão social do trabalho, movida pela necessidade. [...] sempre que uma atividade se torna ‘feminina’ a remuneração cai. É o caso das varredoras (sutilmente chamadas de margaridas do asfalto): as empresas não conseguiam empregar homens por salários tão baixos passando a recorrer às mulheres. isto porque o trabalho feminino é encarado como complementar ao trabalho masculino¹⁴⁹

Quando havia carência de mão de obra masculina, ou quando a intenção era pagar menos aos funcionários, recorria-se às mulheres, que passam a ocupar os postos de trabalho que antes eram exclusivamente masculinos.

Outro ponto destacado pelo BM era a pequena participação das mulheres nos sindicatos. Em grande parte, isso acontecia pela não aceitação dos homens quanto à presença das mulheres nesses espaços. Além disso, os homens se mostraram dominados, também, pelo medo de que as mulheres ocupem seus lugares no mercado de trabalho.

O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva, também atribuiu como fatores para a ausência das mulheres na vida sindical a docilidade no trabalho. Segundo Lula, as mulheres não faziam reivindicações ou queixas e aceitavam as ordens sem questionar¹⁵⁰. Percebe-se que a entrada das mulheres no mercado e nos sindicatos, ainda era vista com desconfiança pelos homens. De acordo com Joffily, a propagação da ideia de uma fragilidade física e emocional inerente a mulher pautava muitas ações de opressão - inclusive de policiais e militares - e reforçava a discriminação¹⁵¹.

A presença pouco expressiva das mulheres nos sindicatos ou a sua suposta docilidade são explicadas pelas ameaças sofridas e pelo medo que toma conta do ambiente de trabalho, somados, muitas vezes, pela desinformação quanto aos direitos possuídos. Uma das entrevistadas para a matéria revela o funcionamento do ambiente da fábrica: “se a gente faltar

¹⁴⁹ Brasil Mulher, “Precisa-se: Maria Salário Mínimo”, São Paulo, ed. 1, 1975. p. 8.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ JOFFILY, Olivia. op. cit.

sem justificativa, fica três dias sem receber nada. Se reclamar, vai para a rua sem direito (acreditam que só tem direito a ganhar os dias trabalhados, quando são despedidas).¹⁵²”

Na edição de número 2, lançada em 1976, o BM publica em suas páginas, fotos que, originalmente, compunham uma matéria que sairia no jornal *Movimento* (também um jornal da imprensa alternativa), em seu número 45, que dedicava toda a sua edição ao tema “O trabalho da mulher no Brasil”. O editorial nº 45, entretanto, foi censurado. No BM, a chamada de capa traz a frase “O movimento de mulheres foi proibido”. Nas páginas internas, com o título de “Você Mulher”, o BM traz algumas das fotos, antes censuradas, junto a uma denúncia sobre a censura ocorrida no Movimento. O material publicado conta, também, com uma entrevista de Raimundo Pereira, editor do Movimento, que apresenta os dados levantados pelo jornal sobre a reportagem que trazia a relação de mulheres e trabalho.

A publicação do material censurado fez com que Joana Lopes, editora do BM, fosse chamada pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos, e a edição número dois do BM foi recolhida das bancas, sendo a primeira vez que o jornal sofreu uma censura de forma explícita. Em entrevista a Debértolis, Joana Lopes explica que “os militares subestimavam o movimento feminista e o movimento de mulheres, por isto a censura era mais amena”¹⁵³. Para ela, esta inferiorização estaria ligada a uma visão cultural masculina própria da sociedade patriarcal. Se de um lado refletia este olhar enviesado pela tradição cultural, de outro era conveniente para o movimento, dando possibilidade às mulheres seguirem adiante podendo ousar. Outro fator importante, na opinião de Joana, era que 1975 tinha sido instituído como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas e isto conferia uma certa dose de “proteção”¹⁵⁴. Para ela, existia uma diferença quando era compreendido apenas como “movimento de mulheres” e quando começaram a entender a existência de uma ligação das mulheres com os partidos políticos e talvez com o feminismo também.

A publicação do jornal, indicava o que continha no material censurado:

A matéria final - que resultou em 305 laudas mostrava alguns pontos essenciais: a dupla jornada de trabalho da mulher (dentro e fora de casa); a função econômica de seu trabalho doméstico, sua condição de força industrial de reserva, chamada para o trabalho remunerado em épocas de crise; as diversas discriminações subalternas abandonadas pelos homens em função do baixo salário; a remuneração inferior à do homem pelo mesmo trabalho; a falta de infra-estrutura social que lhe possibilite

¹⁵² Brasil Mulher, “Precisa-se: Maria Salário Mínimo”, São Paulo, ed. 1, 1975. p. 9.

¹⁵³ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. op. cit. p. 76.

¹⁵⁴ Ibidem.

melhores condições para o exercício de sua função (creches, restaurantes populares, etc), e sua mobilização incipiente visando modificar sua situação concreta.¹⁵⁵

Figura 3 - Jornal Brasil Mulher - Ed nº 2 – 1976



Essa pode...disse a censura

Fonte: Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-4>.

¹⁵⁵ Brasil Mulher, “Você Mulher”, São Paulo, ed. 2, 1976. p. 9.

Figura 4 - Jornal Brasil Mulher - Ed. nº 2 – 1976



Fonte: Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-4>.

Figura 5 - *Jornal Brasil Mulher* - Ed. n° 2 – 1976



Fonte: Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-4>.

A matéria traz três imagens, a primeira retratando uma mulher em pé em uma loja comercial, que teve sua publicação permitida pela censura. As outras duas fotografias, ambas censuradas, traziam na primeira, uma mulher com um bebê no colo e a segunda, duas mulheres recostadas, no que parece ser uma janela. O semblante sério, talvez retratando uma certa exaustão, resultante da rotina de trabalho. Nas legendas originais, indicam as frases: “Essa pode...disse a censura”, “Essa não pode” e “Essa também não pode”.

As imagens que denunciavam a precariedade do trabalho feminino, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a desvalorização e dupla jornada de trabalho, retratava a vida sindical das mulheres, além da necessidade de creches. Além disso, o material censurado trazia o debate acerca do valor do trabalho feminino e da necessidade de independência e participação das mulheres na vida política e social. A censura de materiais que tratavam do tema das mulheres, vinha ocorrendo em alguns setores, como a literatura ou peças teatrais. O tema “mulher”, principalmente associado a questão política, acabava por se enquadrar em uma temática considerada “perigoso” por ferir a “moral” e os “bons costumes”, sendo considerados

“subversivos” e, dessa forma, proibidos de circular. Falar da libertação da mulher feria ao que o governo propagava como o papel social a ela correspondente¹⁵⁶.

Por conta dessa publicação, a segunda edição do BM foi recolhida das bancas. Apesar da censura se mostrar mais “amena”, como relata Joana Lopes, o periódico já estava sob os olhares dos militares desde suas edições anteriores. A primeira edição do jornal, comercializada no encontro do “Movimento Brasil Mulher”, foi protocolada pelo SNI. A matéria sobre Domitila de Chungara, que originalmente sairia no O Movimento, mas que foi censurada, e publicada no Editorial número 1, consta no documento, que detalha as demais matérias que aparecem no impresso. Ao descrever o conteúdo do BM, o relatório, produzido pelo Departamento da Polícia Federal de SP, destaca que:

Este tablóide, à semelhança de outrossim que circulam no momento (Opinião, Ex, Movimento) dedica-se a ação contestatória. Aparentando ser uma publicação destinada especificamente a um público feminino, constitui-se no entanto, numa tribuna de pregação de ideias políticas nem sempre originais. Segundo expressa declaração de sua editora, Joana Lopes, a finalidade real desta publicação é conscientizar a mulher brasileira de sua função na sociedade, ambicionando a chamada “libertação da mulher”. O editorial, todo vazado segundo o jargão marxista, não deixa dúvidas quanto à função doutrinária do jornal. O conjunto de matérias apresentado, de cunho político, resulta numa mensagem global decalcada em princípios ideológicos bastante nítidos pelo seu notório engajamento.¹⁵⁷

Além disso, o documento do SNI destaca as temáticas trabalhadas no jornal, enfatizando a existência de um caráter contestatório, tendencioso, com viés marxista e de sua aproximação com o jornal Movimento, que era mantido sob censura, a partir da publicação de conteúdo do mesmo. Por fim, o documento conclui que, “em decorrência do que foi exposto, sugiro que este jornal seja mantido sob observação, resultando daí as providências cabíveis”¹⁵⁸. Dessa forma, podemos observar que existia uma atenção por parte do governo no monitoramento das possíveis ameaças contra os “valores” ou “ideologias” que pudessem ameaçar a hegemonia do regime. Percebe-se que a ditadura não se utilizou apenas do uso da força física para legitimar-se. A existência de uma rede repressiva com base no Serviço Nacional de Informações foi também, um aparato não só de inteligência, vigilância, censura ou repressão, mas também para

¹⁵⁶ Em 1970 foi criado o decreto de lei nº 1077, que em seu Artigo nº 1, afirmava que “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias a moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação. Os temas que abrangiam a sexualidade, a política, ou outros que iam em oposição aos valores disseminados na ditadura, eram os principais alvos dessa lei, correndo o risco de ter o material censurado.

¹⁵⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo: Serviço Nacional de Informações (BR DFANBSB V8). Seção de Documentos Micrográficos. Série: Agência Central. Título: Movimento Brasil Mulher. Cód. De Ref.: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76091834. p. 20.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 21.

construção de legitimidade, que buscava a padronização de comportamentos que visassem a eliminação de antagonismos, oposições e dos “inimigos internos”¹⁵⁹ por meio da formação da sociedade que compartilhasse dos valores tidos como aceitáveis, verdadeiros.

O jornal não chegou a sofrer censura prévia, mas foi possível encontrar, em vários dossiês da SNI, algumas observações acerca do conteúdo de seus editoriais, acompanhada de uma descrição dos temas relacionados ao governo, como o Movimento Feminino pela Anistia, as críticas ao governo e ao milagre econômico e reuniões ou eventos que reuniam mulheres, trabalhadores, ou qualquer grupo que fossem considerados ameaça ao governo. Nesses casos, o feminismo também era visto, pela ditadura, como um braço do comunismo. Apesar de não ter sido previamente cesurado, podemos concluir que o periódico seguiu sendo observado, como sugerido no documento da SNI acima citado. Ana Rita Fonteles já havia destacado a vigilância realizada pelos órgãos da repressão aos principais grupos feministas do país. Segundo a autora, 38 grupos foram listados em um informe da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, trazendo o “mapeamento das vinculações dos grupos aos partidos de oposição e organizações de esquerda, além de jornais e sindicatos”.¹⁶⁰

Desde o crescimento dos grupos feministas, impulsionados pelo Ano Internacional da Mulher, os agentes da vigilância passaram a vigiar mais de perto os eventos organizados por essas mulheres, assim como, se empenharam em investigar suas relações com os demais grupos das esquerdas. Havia uma preocupação com os possíveis interesses de tais grupos feministas, além de serem acusados de “doutrinação” e de promover a “organização de massas populares”.¹⁶¹ Nesses documentos, são citados grupos como a Sociedade Brasil Mulher, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), o Centro da Mulher Brasileira (CBM), Associação de Mulheres, entre outros. Da mesma forma, nomes como o de Terezinha Zerbini, Joana Lopes, Lila Figueiredo, Rose Mary Sousa Serra, entre outros ligados ao *Brasil Mulher*, também foram citados.

¹⁵⁹ O Serviço Nacional de Informações tomava como base a “segurança nacional” e para que esta fosse garantida, era preciso a incorporação de valores por ela perpetrados por parte da sociedade. Por isso, é importante observar a intervenção dos militares na sociedade brasileira em busca de adesão ao seu projeto político/social e da construção de sua legitimidade. Isso atravessa as vigilâncias, censuras, exercidas pelos meios de comunicação que não compartilhavam com os ideais do governo, tais como aquele pertencentes a imprensa alternativa. Grupos, organizações das esquerdas e movimentos sociais, como partidos políticos, movimento feminista, movimento homossexual, entre outros classificados como subversivos ou que desviassem dos valores projetados pelo regime, permaneciam sempre sob o olhar do governo.

¹⁶⁰ FONTELES, Ana Rita. Feminismos brasileiros, vigilância e relações com as esquerdas. In: VERAS, Elas Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMDT, Benito Bisso. **(Re)existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Edufal, 2023. p 89.

¹⁶¹ Ibidem.

Outras dimensões relevantes a respeito dessa conexão entre a imprensa feminista brasileira e a vigilância da ditadura não puderam ser observadas com maior afinco, mas merecem maior atenção em trabalhos futuros. A principal delas, que poderia ter contribuído para o enriquecimento da pesquisa, foi com relação à censura imposta pelo regime autoritário aos jornais feministas. Apesar de não terem sofrido uma censura direta, sabemos que os jornais eram constantemente observados pelos órgãos do governo, tendo suas edições, reuniões e eventos detalhados em relatórios da SNI. A limitação de tempo referente a uma pesquisa de mestrado, entretanto, não possibilitou dedicar um olhar mais aprofundado a tal documentação. Uma análise a respeito deste tema, todavia, se encontrará em projetos futuros.

Em sua edição número 4, lançada em 1976, o BM retoma a discussão sobre as mulheres e o mercado de trabalho, ampliando o debate acerca da participação da mulher nas relações sociais e no mercado trabalhista. A matéria toma como base o trabalho da socióloga Mônica S. Leite de Barros, no qual ela afirma que “os debates mais lúcidos a respeito da situação da mulher não separam a emancipação feminina da conquista de uma nova ordem social. A luta da mulher por uma participação mais ampla parte de um processo global de reordenação das relações sócio políticas”¹⁶². Outro problema apontado no texto, é o machismo enfrentado pelas mulheres no mercado de trabalho, entendido como normas culturais impostas aos homens, como um dos fatores essenciais para determinar-se o lugar da mulher na sociedade, por meio de uma ideologia da feminilidade. Mary Drummond, pesquisadora da Faculdade de Araraquara, declara na matéria do jornal que “a ideologia dominante arca a mulher com certos atributos que anulam sua identidade e que levam a ser excluída das principais oportunidades sociais, embora ela esteja fixada ao aparelho de produção através de formas institucionais.”¹⁶³ Quando começa-se a recusa a esses papéis, às instituições tradicionalmente disciplinadoras, como o casamento, e aos empregos exclusivamente femininos, as mulheres passam a levantar a bandeira de libertação.

Na edição número 7, lançada em 1977, a questão do trabalho feminino e do lugar social da mulher voltam a aparecer. Neste editorial, percebemos a utilização do recurso das imagens da capa como um símbolo do que vem a ser debatido no conteúdo do jornal.

¹⁶² Brasil Mulher, “Um lugar para a mulher”, São Paulo, ed. 4, 1976. p. 12.

¹⁶³ Ibidem.

Figura 6 - Jornal Brasil Mulher - Edição n° 7 – 1977



Fonte: Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-10>.

Em sua capa, vemos a foto de uma mulher lavando pratos, fazendo alusão ao papel destinado à mulher na sociedade patriarcal. É o indício da discussão que será trazida na reportagem interna, que irá discutir a dupla jornada de trabalho feminina. Com uma reportagem acerca da instituição do trabalho noturno para as mulheres, levanta-se o debate da dupla jornada de trabalho feminina. Além de trabalhar nas fábricas, as mulheres ainda precisam dar conta do trabalho doméstico e dos filhos. Na reportagem um comentário de uma das entrevistadas ganha

destaque: “eu trabalho das 7 às 5 e meia da tarde. E depois trabalho em casa. Lavo a roupa, a louça, faço a janta...”. Outra entrevistada completa: “Eu já trabalho a noite. Sete horas da manhã, estou fazendo trabalho doméstico. Eu moro sozinha e estudo também. E isso me traz muitos inconvenientes”¹⁶⁴. A dupla jornada de trabalho segue afetando a vida das trabalhadoras, sendo uma temática constante no BM.

O tema da dupla jornada também aparecia de forma constante nos editoriais do *Nós Mulheres*. Ambos os jornais levantaram diversos debates sobre o trabalho feminino, a precariedade dos cargos, a desigualdade salarial e do não reconhecimento do trabalho doméstico. Os dois impressos, possuíam algumas semelhanças, apesar de terem se originado por meios distintos, como veremos a seguir.

2.2 “Decidimos fazer esse jornal feminista”¹⁶⁵: o surgimento do *Nós Mulheres*

O jornal *Nós Mulheres* foi fundado em São Paulo, no ano de 1976, e publicado pela Associação de Mulheres¹⁶⁶, tendo Anamarcia Veinsecher, como jornalista responsável. É uma iniciativa de algumas mulheres que já haviam vivenciado experiências com o movimento feminista no exterior, por meio de reuniões, da participação de revistas como a *Debate* ou do Círculo de Mulheres de Paris. Algumas das integrantes, ex-exiladas, que antes haviam participado de grupos de esquerda, tiveram oportunidade de retornar ao país antes da Lei de Anistia (1979) e outra parte que também compunha a revista, tinha em sua formação, estudantes universitárias. Segundo Rosalina Leite, essas mulheres “vinham decididas a editar um jornal feminista, de oposição, e que veiculasse as lutas sociais das mulheres”¹⁶⁷. A ideia de fundar um jornal próprio, ao invés de se juntarem ao BM, refletia a heterogeneidade das organizações de esquerda e suas distintas correntes. A diferença de gerações das integrantes do BM e do NM também era uma característica que refletia as mudanças no pensamento, já que segundo Teles e Leite, “a presença de Terezinha Zerbine no BM caracterizava o seu coletivo como um grupo

¹⁶⁴ Brasil Mulher, “Trabalhar a noite, quem ganha com isso?”, São Paulo, ed. 7, 1977. p. 11.

¹⁶⁵ *Nós Mulheres*, “Editorial”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 2.

¹⁶⁶ A Associação de Mulheres é um dos grupos que, na década de 1970, se definiam pela urgência de lutar pela democracia e pela emancipação feminina. Localizado em São Paulo, as mulheres que compunham a Associação se juntariam para publicar o NM em 1976.

¹⁶⁷ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 82.

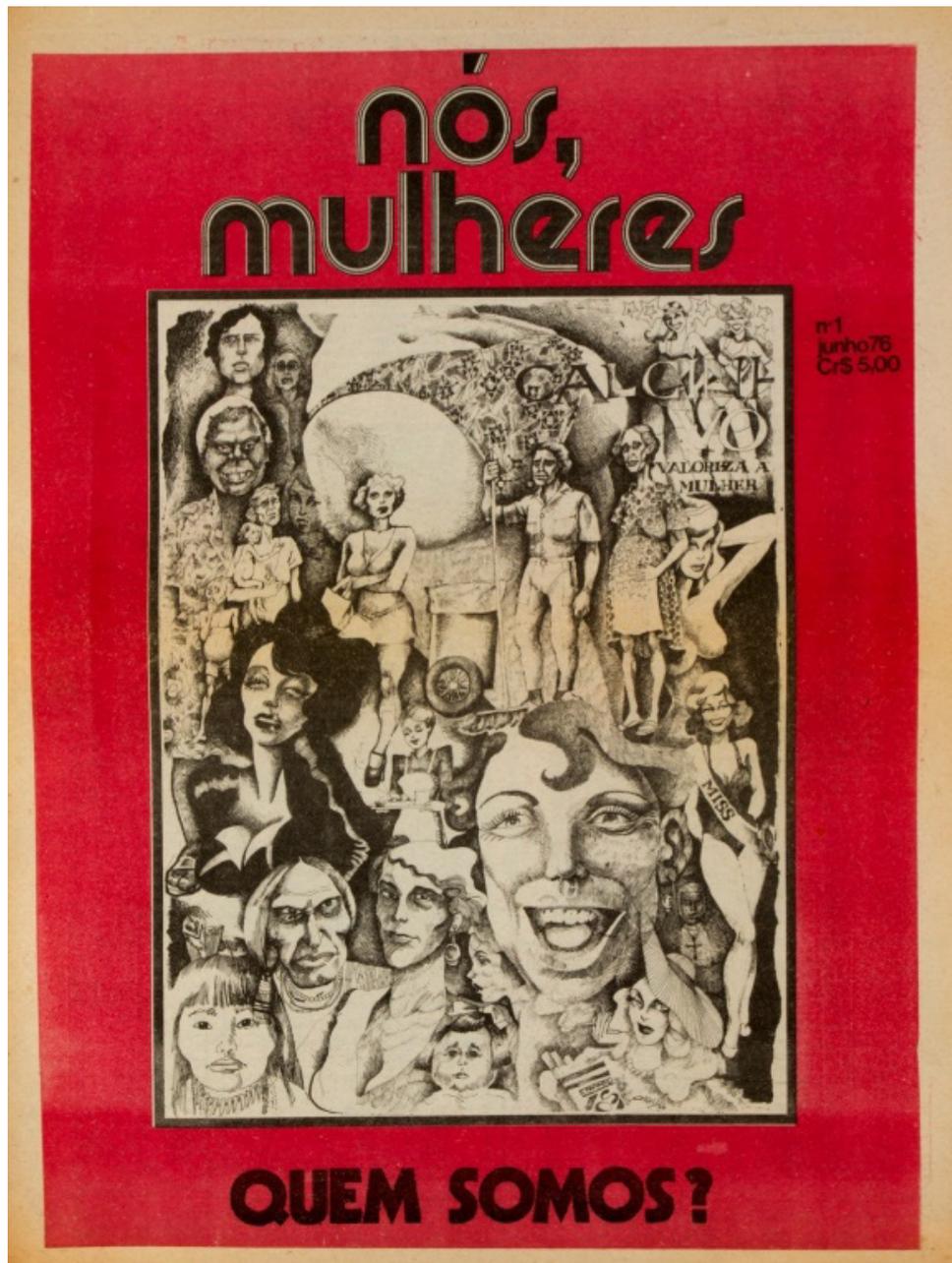
com um perfil de uma geração mais velha e associada a temática da anistia, exclusivamente”.¹⁶⁸ A intenção de criar o jornal vinha desde 1975, quando iniciaram reuniões com outras mulheres para pôr em prática o projeto desejado. O fato do BM também não assumir um posicionamento claro quanto a ser um jornal feminista também foi motivação para que as integrantes do NM decidissem se assumir como feministas na primeira edição. As decisões quanto ao direcionamento do jornal também foram motivos de discussão nas reuniões. Para Inês Castilho, Jornalista e editora nos primeiros anos do *Nós Mulheres*, o feminismo só se justificava a partir do momento que se voltasse para as mulheres trabalhadoras¹⁶⁹. Dessa forma, prevaleceu no NM (e também no BM), “o projeto de um jornal voltado para as trabalhadoras, em defesa das liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar, com notícias sobre o movimento de mulheres e que buscava contribuir para sua formação política e feminista”¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 83.

¹⁶⁹ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit, p. 83. Apud. BASTOS, Maria Bueno. Outras palavras, outras imagens: movimento feminista na cidade de São Paulo nos anos 70/80. Dissertação (Mestrado) em História – Pontifícia Universidade Católica, São Pulo, 1992.

¹⁷⁰ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 83.

Figura 7 - *Jornal Nós Mulheres - Ed. n° 1 – 1976*



Fonte: Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>.

O NM se assume enquanto um jornal feminista desde a sua primeira edição, na qual ele afirma que:

Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES, não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa para homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir essa função que dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. [...] Nós, mulheres, decidimos

fazer esse jornal feminista, para poder ter um espaço nosso, para discutir nossos problemas¹⁷¹

Desde seu início, o NM buscou estabelecer, de alguma forma, um diálogo com as mulheres da periferia e das que lutavam por creches. Os temas relativos ao trabalho doméstico e a necessidade de sindicalização e luta por melhores condições de trabalho estão sempre presentes. Diferentemente do BM, o NM não trazia fotos em suas capas. O projeto gráfico era caracterizado por montagens, e não seguia um padrão específico. Em seu interior, porém, trazia fotos de mulheres, na coluna foto criação, fotos de mulheres em seu cotidiano. Pelos traços de Ciça (Cecilia Whitaker Vicente de Azevedo Alves Pinto), responsável pelas tirinhas do periódico, eram denunciadas a sobrecarga de trabalho pelo qual sofrem as mulheres, entre outras questões, traduzidas nas histórias em quadrinhos que tinham como protagonista, Bia Sabiá. As temáticas das matérias, entretanto, não se diferiam muito do BM.

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes,

A maior parte dos artigos de *Nós Mulheres* versavam sobre política e condições de vida. Reflexões sobre as relações afetivas e sexualidade não eram habituais. Nesta direção, não se distingue muito de outros órgãos de imprensa de oposição voltados para a mulher, como o *Brasil Mulher*, surgido um pouco antes como órgão porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia.¹⁷²

2.2.1 Aborto, sexo, maternidade e mercado de trabalho nas páginas do *Nós Mulheres*

As matérias presentes no *Nós Mulheres* possuem um caráter semelhante àquelas do *Brasil Mulher*. O espaço dedicado às distintas temáticas se mostram proporcionais às do BM. Assim como o BM, o NM também possui maior incidência de matérias relacionadas à questão do trabalho, aparecendo em 22% do total de matérias, o que pode ser explicado pelo contexto do período, como já citado anteriormente. Também podemos observar uma divisão entre temas específicos, relativos aos interesses diretos das mulheres, e outro de conjuntura mais geral, referente ao contexto político e social e a experiência do governo ditatorial. O custo de vida, a luta por creches, as reivindicações por salários iguais e por melhores condições de trabalho também aparecem com destaque e recorrência no NM. Os temas relativos a sexo e ao aborto

¹⁷¹ *Nós Mulheres*. “Editorial”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 2.

¹⁷² MORAES, Maria Lygia Quartim de. **O feminismo e a vitória do neoliberalismo**. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 144.

ainda possuem uma menor incidência, mas não deixam de aparecer, e muitas vezes, assim como no BM, aparecem de maneira conexas, sempre dialogando entre si. O mesmo acontece para o caso do trabalho e da maternidade, onde é destacada a dupla jornada de trabalho feminina e o trabalho doméstico não remunerado, assim como sua desvalorização.

Uma diferença inovadora e importante apontada por Teles e Leite, no *Nós Mulheres*, é com relação à linguagem adotada, optando por utilizarem-se a primeira pessoa do plural. Essa seria uma forma de aproximar-se das leitoras e incluí-las no grupo. Segundo a autora, o “Nós” do título,

rompe com o tratamento dado as mulheres pela imprensa feminina tradicional, em que um editor, impessoal e assexuado, dita regras e aconselha uma leitora afetiva e revela intimidade. Além disso, a leitura desse editorial permite vislumbrar que ele é feito por um coletivo de mulheres com vivências comuns, ou melhor, feministas comprometidas com o que escrevem.¹⁷³

Essa mudança também é comentada por Chain:

O primeiro editorial de NM foi um verdadeiro manifesto feminista. Com uma linguagem simples, mas não simplista, a redação do texto falava com as mulheres sobre os problemas que podiam ser identificados na vida de quase qualquer mulher do mundo naquela época, e ainda hoje. Praticamente a cada frase repetia-se em letras garrafais a expressão “NÓS MULHERES”, seguida pela constatação de alguma forma de opressão ou subordinação a que era submetido o sexo feminino desde o nascimento. O tom era de denúncia e, ao mesmo tempo, provocava a identificação das leitoras com aquelas situações do cotidiano que eram compartilhadas por muitas.¹⁷⁴

Em sua edição número 1, de 1976, o NM traz uma matéria sobre o controle de natalidade, um pouco semelhante às aquelas levantadas pelo BM, porém, um pouco mais aprofundada. O jornal deixa mais claro sua posição quanto à defesa do direito à escolha da maternidade pela mulher. O título da matéria aparece na forma de um questionamento: “ser ou não ser mãe”. Em negrito, uma frase em destaque que diz, “não tenham mais de dois filhos, dizem-nos na Índia. Tenham muitos filhos, diziam-nos na Alemanha nazista. Nos dois casos, máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós, mulheres.”¹⁷⁵ Outra questão levantada no texto, é a relação da maternidade e das condições socioeconômicas das mulheres, fator que teria influência direta nas escolhas de muitas mulheres em ter ou não filhos. Segundo o NM, a maternidade não se limita a uma escolha pessoal, mas às garantias que são

¹⁷³ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 106.

¹⁷⁴ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 115.

¹⁷⁵ Nós Mulheres, “Controle de natalidade: ser ou não ser mãe”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 16.

oferecidas para as mulheres para que possam cuidar de seus filhos. A necessidade do acesso a um atendimento médico de qualidade, a boas condições de vida, a creches que oferecem assistência às crianças enquanto a mãe estiver trabalhando, e a garantia de ensino, todos gratuitos, são reivindicados como fatores indispensáveis. Reforça ainda, que é preciso poder “optar por ter ou não ter filhos, já que sexo e procriação não andam necessariamente juntos.”¹⁷⁶ Aqui também, assim como já fazia o BM, as ações da BENFAM de distribuição massiva de anticoncepcionais é criticada, enfatizando que as mulheres devem ter acesso a informações sobre os métodos contraceptivos, assim como os riscos que eles podem acarretar à sua saúde. Como mencionado anteriormente, a BENFAM recebia críticas de distintos setores, tais como a comunidade médica e os grupos feministas. As feministas entendiam as ações da entidade como uma forma de controle de corpos com base em setores socioeconômicos, disfarçados como políticas de planejamento familiar, na qual as mulheres eram privadas do direito à escolha, já que não tinham acesso à correta informação acerca das pílulas e seus efeitos colaterais tendo, assim, seus corpos sob o controle do Estado.

Se por muito tempo a saúde da mulher esteve ligada somente ao âmbito da maternidade, do parto e da gravidez, agora, as políticas de planejamento familiar se preocupavam com a possibilidade de superpopulação e do avanço do comunismo, deixando mais uma vez, a importância da saúde da mulher, em segundo plano. O acesso a informação e o cuidado, seguiam deixados de lado e as mulheres permaneciam consumindo contraceptivos sem compreender os riscos que eles traziam, tornando-se este, o principal foco de críticas do periódico no que se refere aos anticoncepcionais.

O assunto sobre sexo e as pílulas contraceptivas apareceria novamente no editorial de número 8, lançada em 1978, com o título de “Pílulas: quem pediu”.¹⁷⁷ A edição 8 seria a última do NM, que após passar por problemas internos e financeiros, se mostraria diferente, com um número de páginas reduzido e uma capa diferente das outras edições, apenas com algumas pequenas matérias na primeira folha, refletindo o pouco orçamento que o jornal dispunha. Entre as matérias que constam na primeira página, a questão da pílula é discutida, novamente, assinalando sua distribuição massiva. É feita então, uma denúncia, pelos bispos do Rio de Janeiro, da grande quantidade de abortos realizados no país. O plano de gravidez de alto risco que será implementado no Brasil, prevendo a distribuição em larga escala de anticoncepcionais, sem preocupação com os riscos à saúde da mulher, é duramente criticado. Ao mesmo tempo,

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ Nós Mulheres, “Pílulas, quem pediu?”, São Paulo, ed. 8, 197.

destaca-se a falta de acesso a métodos contraceptivos alternativos e ao aborto que, apesar de proibido no país, é realizado de forma clandestina e em péssimas condições, causando a morte de muitas mulheres, principalmente as mais pobres.

Retomando a edição número 1, nos chama atenção uma matéria intitulada “Lindonéia ou o peso da vida”. Na chamada do artigo, o texto destaca “a violência de todos os dias, essa que aos pouquinhos vai acabando com as pessoas. Uma violência que não é feita só de pancada, mas às vezes até é feita de amor e boa intenção”¹⁷⁸. Na matéria, é apresentado o depoimento de Lindonéia, que conta um pouco da história de sua vida. Com 28 anos, dona de casa e mãe, Lindonéia foi internada pela terceira vez em um hospital psiquiátrico do Estado de São Paulo. Seu diagnóstico consta como “psicótico-maníaco-depressiva crônica”, após apresentar sintomas de angústia e depressão. Desde que foi internada, há 4 meses, vem recebendo eletrochoques a cada dois dias junto à indução de coma insulínico. Com as poucas mudanças no comportamento, existe ainda a possibilidade de Lindonéia ser submetida a uma operação para retirada de parte de seu cérebro, considerada afetada pela “doença”. De acordo com Lindonéia:

Eu acho que fiquei doente assim foi de remorso, porque quando eu estava grávida da Amparo, eu desprezava muito o meu marido na cama, rejeitava ele toda noite, ele que é tão bom pra mim [...] Agora eu não rejeito mais ele não, que eu sou esposa e cumpro o que se deve fazer, toda vez que ele quer. Mas gostar, não gosto não.¹⁷⁹

Lindonéia diz ainda que tem medo de engravidar novamente, e que só encara o sexo com o esposo por dever. Ela chega a falar que se sente atraída por outros homens que vê na rua, mas que não tem coragem de traí-lo, pois considera-o um homem bom e que ele não tem culpa por ela não sentir atração por ele. Segundo Lindonéia, “mulher que casa e não atrai o marido é que tem toda a culpa”. Além disso, ela demonstra preocupação em ganhar fama de “mulher que não presta”, caso optasse por largar o marido. Ao contar como vieram para SP, ela relata que ficava muito sozinha, pois “trabalhar fora o Dito não queria, que ia me dar vida de moça direita e moça direita não tem que trabalhar”. Lindonéia também tem como referência, sua mãe, por ela muito admirada. Sua mãe é descrita como um exemplo de força, uma mulher que sustentava os filhos, mas que, ao mesmo tempo, sofria pela violência do marido (pai de Lindonéia). Apesar de adotar uma postura passiva diante das agressões do marido, a mãe de Lindonéia é lembrada como uma lutadora, o que mostra a idealização existente em torno da mulher como mãe, esposa,

¹⁷⁸ Nós Mulheres, “Lindonéia ou O Peso da Vida”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 15.

¹⁷⁹ Ibidem.

que sofre, mas que resiste. “A idealização da figura materna é parte integrante da ideologia de dominação masculina, fundamenta o mito da maternidade como destino natural das mulheres e , sem dúvida, alimenta diretamente alguns dos valores propalados pelo amor romântico”¹⁸⁰. Ainda de acordo com Lindonéia, “a mulher tem que se conformar com a eleição que o homem faz e com a vontade de Deus”¹⁸¹ e que apesar de não sentir atração pelo marido, o qual ela define como gordo e feio, e 10 anos mais velho que ela, casou com Dito, pois ele era bom, e também para fugir da braveza do seu pai, além da pressão feita pela família e vizinhos, que definiam Dito como um ótimo partido, um trabalhador que daria sustento a ela e seus filhos.¹⁸²

A história contada por Lindonéia nos permite observar como ela era obrigada a viver com um homem ao qual não desejava, em imposição realizada não apenas pela sociedade ou pela família, mas por ela mesma, internalizada, originada de uma educação e cultura sexistas que faziam parte de sua vivência. A história de Lindonéia era marcada pela culpa de não conseguir corresponder aos desejos do marido e a ideia introjetada de se manter como uma mulher “direita” e casada, mas também, pela existência de uma culpa cristã, acreditando que sua doença foi resultante de um castigo, uma punição por ter rejeitado seu marido e não cumprido com o seu “papel de mulher”. A matéria, escrita por Maria Rita Kehl, originalmente, para o jornal *O Movimento*, e que foi proibida pela censura, foi publicada nesta edição do NM, na intenção de retratar a opressão sexual em sua violência cotidiana, ressaltando a negação da mulher enquanto um ser social constituído de desejos. A proibição desses desejos resulta na culpabilização pessoal, passando a aceitar o papel de dominação que é socialmente imposto. Quando uma mulher foge a esse padrão, adquire o estigma de “louca”, como é atribuído à Lindonéia.

Além disso, a matéria abre espaço para pensarmos outro tipo de violência perpetrado na ditadura: a violência médica e psiquiátrica que Lindonéia também sofreu. Ao contrário dos demais países da Europa e América do Norte, que viam as internações manicomiais serem reduzidas após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil, esse movimento cresceu durante a ditadura. A prática dos eletrochoques se tornou também, um meio de tortura, e os hospitais psiquiátricos receberam também, muitos presos políticos ou demais pessoas consideradas fora

¹⁸⁰ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina. op. cit. p. 213.

¹⁸¹ Nós Mulheres, “Lindonéia ou O Peso da Vida”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 15.

¹⁸² Ibidem.

do padrão social¹⁸³. A agenda moral do regime, que considerava tópicos como aborto, sexo, homossexualidade, ou outros tipos de comportamentos “mais transgressores” eram, muitas vezes, tidos como loucos. Mulheres que abortavam, pessoas que não seguiam os preceitos cristãos, que se relacionavam como pessoas do mesmo sexo, ou, como no caso de Lindonéia, não sentia atração sexual pelo marido, adquiriam potencial para uma internação compulsória, sendo submetidos a métodos violentos e tortuosos, tais como a utilização dos eletrochoques, aplicando cargas excessivas, além da medicação que mantinham o paciente em estado de torpor. Esses espaços suprimiam a individualidade de forma desumana, causando o sofrimento do paciente.

O tema do sexo volta a aparecer na edição número 6, lançada em 1977, questionando justamente, a imposição moral resultante na repressão dos desejos. Intitulada “Sexo: pecado para as mulheres”, a matéria defende a liberdade sexual como forma de independência e libertação para as mulheres. Nesse contexto, o uso dos contraceptivos, atuaria na contribuição dessa liberdade, desconstruindo a ideia de que a vida sexual das mulheres, teria como única função a procriação. Segundo a matéria:

Quando a mulher pode dominar seu corpo, pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina. É preciso destruir os preconceitos; é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento de prazer do outro, mas como fonte de prazer para ambos os sexos; é preciso ver que o sexo bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres.¹⁸⁴

Aqui, um pouco diferente de como víamos no BM, as pílulas eram vistas também como uma forma de liberdade sexual. Vale destacar que as integrantes do NM, muitas delas vindas do exílio na França e participantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, já possuíam outra perspectiva acerca dos anticoncepcionais. Para as francesas, as pílulas foram vistas como um elemento importante na luta por sua autonomia. Ela significava uma independência do controle masculino acerca da procriação, uma forma de controlar sua sexualidade, sendo considerada também, uma conquista das mulheres. Esse fator nos mostra, como é importante

¹⁸³ Muitos médicos psiquiatras estiveram envolvidos no desaparecimento e na tortura de presos políticos durante a ditadura. Vários profissionais da saúde eram utilizados na reanimação para prosseguimento de torturas em presos políticos, na emissão de falsos atestados de óbito, de diagnósticos falsos de doenças mentais, além da internação forçada em hospitais psiquiátricos junto a administração de medicamentos fortes, na intenção de silenciar as vozes contrárias a ditadura. Ver: Gumes, G. C. F. (2024). A medicina e a tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). *Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências*, 13(01), 39-57. <https://doi.org/10.22481/rbba.v13i01.14722>.

¹⁸⁴ Nós Mulheres, “Sexo: pecado para as mulheres”, São Paulo, ed. 6, 1977. p. 13.

observarmos as nuances existentes nas relações de poder em diferentes contextos, locais e como elas são capazes de moldar distintas realidades. A dimensão universal de interpretação dos possíveis símbolos de autonomia feministas é sempre perpassada por distinções locais e contextos sociais e políticos particulares.

De volta à primeira edição, de 1976, podemos perceber que o tema sobre trabalho prevalece, aparecendo em mais da metade das matérias do jornal. O jornal traz um texto sobre o trabalho feminino, de título “Na casa dos outros”, no qual explica que as cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, diaristas, representam 32% da força de trabalho feminina. São mulheres que trabalham sem limite de horário, dormem em quartos de despejo, e se encontram excluídas do meio social, e que recebem um salário que mal as sustentam. Para a composição da matéria, o jornal entrevista uma trabalhadora, que não tem seu nome divulgado, para contar sua história de quando veio a SP para trabalhar na casa de uma família.

Com 34 anos, a mulher conta que veio de uma família pobre, do interior, onde seu pai era colono. Elas e sua irmã não frequentaram a escola, pois por serem mulheres, seu pai não permitiu. Em São Paulo, se deparou com problemas na casa onde trabalhava: “Eu não queria continuar com a dona Maria. Ela não era fácil, nenhuma empregada parava na casa dela. A gente não podia ir nem no portão. [...] Eu era uma prisioneira”¹⁸⁵. Ela conta ainda que sofria com o irmão de sua patroa, segundo ela, “A dona Maria tinha um filho de doze anos, que era aleijado, e um irmão, desses que querem agarrar a gente. [...] Não tinha folga, nem domingo, feriado, nada, era direto.”¹⁸⁶ Quando conseguiu sair dessa casa, chegou a trabalhar em outros lugares, que pagavam pouco, até ter seu primeiro filho e começar a pegar roupas para lavar em casa. O dinheiro era curto e ela não tinha com quem deixar o filho, que sofria com problemas de saúde, para que possa trabalhar fora. A história da trabalhadora revela a situação precária e perpassada por abusos e violências que caracteriza a situação de muitas mulheres ao longo dos séculos. Trabalhos mal remunerados, análogos à escravidão, violências, assédios e abusos sexuais, e a falta de acesso a serviços básicos para as mulheres/mães. A inexistência ou o pouco acesso a creches, é uma reclamação constante e muito presente nos movimentos de mulheres dos anos 1970, que também foi absorvido no movimento feminista ao buscar a inclusão dessas mães e demais mulheres periféricas, negligenciadas. A luta por creches, a denúncia das péssimas condições de trabalho, o baixo salário e as violências sofridas, irão figurar como temas frequentes nas páginas do NM.

¹⁸⁵ Nós Mulheres, “Na casa dos outros”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 7.

¹⁸⁶ Ibidem.

Ainda no mesmo editorial, uma parte do jornal é dedicada às mulheres operárias. Intitulada “Nós Mulheres: operárias”, a coluna se propõe a ser fixa e, a cada edição, trazer a abordagem acerca de mulheres diversas: “hoje somos nós mulheres, operárias, mais adiante seremos nós mulheres boias frias, nós mulheres empregadas, nós mulheres bancárias, e por aí afora”. A intenção era apresentar a situação das diferentes mulheres, em distintos postos de trabalho, suas dificuldades e seus problemas. Na edição número 1, é apresentada a história de Olga, que trabalhou como tecelã, por 22 anos, em uma fábrica e que, naquele momento, se encontrava afastada pelas más condições enfrentadas em seu próprio trabalho. Olga relata sua experiência enquanto uma mulher casada, trabalhadora e dona de casa,

Puxa vida! Vou te dizer! O trabalho mais desgraçado que existe - eu sempre trabalhei em fábrica e trabalhei na enxada - mas eu acho que o pior de tudo é ser dona de casa. É o pior serviço que tem. Você trabalha na enxada, você vai carpir um pedaço de terra, quando você chegou no fim, você carpiu. [...] Agora em casa, você não termina nunca. Serviço de casa não termina nunca. [...] trabalha o dia inteiro [...] se já não bastasse você receber um tostão por esse serviço, ninguém reconhece. Então não é questão de nós querermos nos igualar a eles. Eu gostaria de igualar ao ordenado deles, e as regalias deles.¹⁸⁷

A dupla jornada de trabalho das mulheres domésticas é retomada na edição número 2, de 1976, na mesma “coluna”, agora intitulada: “Nós Mulheres: donas de casa”. O jornal procurou algumas mulheres donas de casa em São Paulo (nas localidades de Mauá, São Caetano e Osasco) para conversar sobre os problemas enfrentados na vida das domésticas. A ideia era apontar as reais dificuldades enfrentadas e desconstruir a naturalização da mulher enquanto rainha do lar, colocando em questão as obrigações consideradas naturais para elas. Nesse contexto, é posto em discussão o problema da sobrecarga e a não remuneração do trabalho doméstico. Cida, dona de casa de 30 anos que possui 3 filhos, afirma que “Dona de casa, de manhã se levanta e vai até a noite [...] Nunca acaba, é um serviço interminável. [...] Você trabalha numa firma acabou, dei minha produção hoje e vai embora. Em casa não”.¹⁸⁸ Nas falas das entrevistadas, vemos respostas parecidas àquelas da primeira edição, expressadas por Olga (operária), e a infinidade do trabalho doméstico se mostra uma reclamação constante entre as trabalhadoras. Laura, com 25 anos e dois filhos, afirma:

E você trabalha para a sociedade, porque esses serviços não são fornecidos pelo Estado, ou pela Empresa. Agora, você está prestando esses serviços como se fosse pro

¹⁸⁷ Nós Mulheres, “Nós Mulheres: operárias – Quando o apito da fábrica de tecido”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 9.

¹⁸⁸ Nós Mulheres, “Nós Mulheres: donas de casa – A rainha do lar não tem cetro nem coroa”, São Paulo, ed. 2, 1976. p. 8 e 9.

seu marido, porque é uma pessoa de quem você gosta. Todo dia, tem que se repor as energias gastas no trabalho. E para isso não basta chegar em casa. Ela tem que estar arrumada, a comida feita, o lugar tranquilo, e os filhos cuidados, já aprendendo as coisas necessárias para serem bons trabalhadores amanhã. Tudo isso é um trabalho que interessa a sociedade, e que a dona de casa faz, como se fosse só por amor.¹⁸⁹

De acordo com Silvia Federicci as mulheres não recebem pelo trabalho doméstico, pois capital usufrui da prática ao economizar com a infraestrutura do trabalhador, uma vez que a figura feminina assume a responsabilidade de satisfazer as necessidades do marido e, ao transformá-lo em ato de amor, normaliza e perpetua essa a ideia do trabalho doméstico como algo inato à mulher¹⁹⁰.

A fala de Laura leva o debate mais a fundo e outra questão aparece: a obrigatoriedade do sexo no casamento. O NM então questiona se o sexo seria um prazer ou uma obrigação. De acordo com Cida, o sexo é obrigação da mulher para com seu marido.

Obrigação, é que a mulher é obrigada a lavar, passar, fazer comida e ainda quando o marido vem, a dormir com o marido. [...] Realmente, faz parte da obrigação. Porque casou, a mulher tem que aceitar o marido. [...] E agora, do jeito que a gente foi educada e tudo, você tem que satisfazer o seu marido, e não o teu marido te satisfazer.¹⁹¹

O NM aponta duas possíveis razões para que essas mulheres entendam o sexo como obrigação. Para os homens, o sexo sempre foi entendido como prazer, e ao chegar cansado em casa, vai a procura do relaxamento promovido, pois “ ele aprendeu desde pequeno que esta é uma das vantagens quando ele casa: terá uma mulher amante e sempre disposta a esperá-lo em casa”¹⁹². A mulher, por outro lado, aprendeu desde pequena, que deve satisfazer o marido, que essa era sua função como esposa. Quando feito antes do casamento, o sexo é um pecado, e depois de casadas, ele serve apenas para atender as necessidades do marido, ou para procriação, “o relacionamento sexual é rápido, utilitário, visando o prazer dele. Isto explica porque um número tão grande de mulheres não encontra satisfação no ato sexual”¹⁹³

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ FEDERICCI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

¹⁹¹ Nós Mulheres, “Nós Mulheres: donas de casa – A rainha do lar não tem cetro nem coroa”, São Paulo, ed. 2, 1976. p. 8 e 9.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem.

De volta à edição número 1 do NM, em uma matéria de título: “Procura-se uma esposa”¹⁹⁴, aparecia ao lado do título, uma imagem de mulheres com instrumentos associados ao trabalho doméstico nas mãos - ferro, vassoura, rolo de massa, espanador - portando também aventais e lenços na cabeça. No pescoço, trazem correntes, indicando a ausência de liberdade e também, remetendo a escravidão que seria representado pelo trabalho doméstico.

Figura 8 - Jornal Nós Mulheres - Ed. nº 7 – 1978

procura-se uma esposa

Pertencio ao grupo de pessoas conhecidas como esposas. Sou ESPOSA. E não por acaso: também sou MÃE. Não faz muito tempo, um amigo meu apareceu lá em casa. Tinha acabado de se desquitar. Tem um filho que *naturalmente* está com a mãe, e ele está procurando outra esposa. Eu estava pensando nele no outro dia, enquanto passava roupa, quando de repente, eu pensei que eu também gostaria de ter uma esposa. Por que eu quero uma esposa? Eu gostaria de estudar mais para poder ser economicamente independente, poder me sustentar e se for necessário, poder sustentar os que dependem de mim. Quero uma esposa que trabalhe e me ajude a pagar os estudos e a sustentar a casa. Enquanto eu estudo, quero uma esposa que cuide de meus filhos. Quero uma esposa que lembre quando as crianças tem que ir ao médico ou ao dentista. E que também se lembre quando eu tenho que ir. Quero uma esposa que participe da educação dos meus filhos, que se preocupe com os estudos deles, que faça as lições com eles. Quero uma esposa que se encarregue de que eles tenham uma vida social adequada para sua idade, que leve as crianças ao parque, ao zoológico, etc. Quero uma esposa que cuide das crianças quando elas estiverem doentes, uma esposa que consiga estar sempre presente quando precisarem de atenção especial, porque, é claro, eu não posso faltar ao trabalho, nem às aulas. Ela precisa dar um jeito de poder faltar ao trabalho e não perder o emprego. Talvez isso acabe fazendo com que ela ganhe menos, mas acho que posso aguentar isso. É claro que cabe à minha esposa procurar alguém que cuide das crianças enquanto ela está no trabalho. Quero uma esposa que se preocupe com minhas necessidades físicas. Quero uma esposa que mantenha a casa sempre limpa. Uma esposa que cante as coisas que as crianças deixam espalhadas pela casa, e as que eu deixo também. Quero uma esposa que lave, passe e costure minha roupa, que compre roupa nova para mim quando eu precisar, e que se preocupe que meus objetos pessoais estejam no devido lugar, para que eu os encontre quando precisar, no momento em que preciso. Quero uma esposa que seja boa cozinheira. Quero uma esposa que planeje o menu, que faça as compras, que sirva a comida sempre com uma aparência agradável e depois limpe tudo enquanto eu estudo, ou assisto jogo. Quero uma esposa que me cuide quando eu não estou bem e que simpatize com os meus maus momentos. Quero uma esposa que viaje nas férias com a família, para que alguém continue se preocupando com meus filhos quando eu precisar descansar e mudar de ambiente. Quero uma esposa que não me incomode com as queixas sobre os deveres de uma esposa. Mas quero uma esposa que me escute quando eu tiver meus problemas. E quero uma esposa que bata à máquina os meus trabalhos para o curso. Quero uma esposa que se preocupe com os detalhes de minha vida social. Quando meus amigos nos convidarem para sair à noite, quero uma esposa que se encarregue de arranjar alguém para ficar com as crianças. E quando eu quiser trazer meus amigos para a casa, quero uma esposa que veja que a casa esteja limpa, que prepare alguma comida mais especial, que nos sirva e não interrompa quando eu falar de coisas que interessam a mim e a meus amigos. Quero uma esposa que se preocupe que as crianças já estejam na cama antes que cheguem as visitas, para que elas não nos incomodem. Quero uma esposa que atenda às necessidades de meus convidados para que se sintam à vontade, que eles tenham sempre um cinzeiro à mão, que os sirva sempre que queiram repetir alguma coisa, que encha de novo o copo de cada um quando for necessário, que sirva o cafezinho do jeito que eles gostam. Eu quero uma esposa que saiba que algumas vezes preciso sair sozinho à noite. Quero uma esposa que seja sensível às minhas necessidades sexuais, quero uma esposa que faça amor de forma apaixonada e fogosa quando me der vontade, uma esposa que se preocupe com que as nossas relações me deem o máximo de satisfação. E *naturalmente*, quero uma esposa que não exija atenção sexual quando eu não tiver vontade. Quero uma esposa que assuma ela mesma a responsabilidade de utilizar métodos anticoncepcionais, porque eu não quero mais filhos. Quero uma esposa que me seja fiel, para que nem meus estudos nem meu trabalho fiquem prejudicados pelo ciúme... e quero uma esposa que entenda que minhas necessidades sexuais podem implicar em algo mais que uma estrita monogamia, porque afinal de contas eu devo poder ter tantos casos quanto der. Se por acaso, encontrar outra pessoa mais adequada como esposa, do que a minha atual esposa, quero ter a liberdade de substituí-la. Naturalmente, espero ter uma vida totalmente nova: minha esposa vai ficar com os filhos e ser a única responsável por eles, de forma que eu possa ficar livre. E ir vê-los quando tiver saudades e tempo. Quando eu tiver terminado os meus estudos e conseguido um trabalho melhor, quero que minha esposa deixe seu trabalho e fique em casa para que possa se preocupar melhor dos deveres de uma esposa. **MEUS DEUS, quem não gostaria de ter uma esposa?**

Fonte: Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>.

¹⁹⁴ Nós Mulheres, “Procura-se uma esposa”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 5.

O texto é escrito em tom de sátira, sendo escrito por alguém que se identificava como uma esposa que desejava ter uma “esposa”.

Por que eu quero uma esposa? Eu gostaria de estudar mais para poder ser economicamente independente, poder me sustentar e se for necessário, poder sustentar os que dependem de mim. Quero uma esposa que trabalhe e me ajude a pagar os estudos e sustentar a casa. Enquanto eu estudo, quero uma esposa que cuide dos meus filhos. Quero uma esposa que lembre quando as crianças têm que ir ao dentista. E que também se lembre quando eu tenho que ir. [...] Quero uma esposa que cuide das crianças quando elas estiverem doentes, uma esposa que consiga sempre estar presente quando precisarem de atenção especial, porque, é claro, eu não posso faltar ao trabalho, nem às aulas. Ela precisa dar um jeito de faltar ao trabalho e não perder o emprego. [...] Quero uma esposa que lave, passe e costure minha roupa, que compre roupa nova para mim quando eu precisar, e que se preocupe que meus objetos pessoais estejam no devido lugar [...] quero uma esposa que seja boa cozinheira. Quero uma esposa que planeje o menu, que faça as compras, que sirva a comida de sempre com uma aparência agradável e depois limpe tudo enquanto eu estudo e assisto jogo...¹⁹⁵

O texto segue listando os motivos para se querer ter uma esposa, como atender aos desejos sexuais quando for solicitado, que cuide da educação dos filhos, que seja fiel e que assuma o cuidado de não engravidar. O texto aborda de forma irônica, as relações entre marido e esposa e os papéis que são destinados quando assumem o matrimônio, passando a atuar como donas de casa em tempo integral e dedicando-se aos maridos. Tarefas que haviam sido atribuídas como naturais ao gênero. Dessa forma, a exploração do trabalho das mulheres, se transforma numa dupla exploração, na qual a mulher precisa não só vender sua força de trabalho para o mercado, como também encarregar-se das tarefas domésticas, assumindo uma demanda que sequer é reconhecida ou remunerada. De acordo com Federici,

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um “atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina”¹⁹⁶

A coluna fixa “Nós Mulheres” segue aparecendo em outros editoriais. Na edição número 3, lançada em 1976, trazendo as mulheres bancárias, ao denunciar a discriminação sobre as mulheres casadas, os salários menores e as ilegalidades no pagamento das horas extras, a impossibilidade de escala aos cargos de chefia, a exigência da boa aparência, a dupla jornada de trabalho e falta das creches para as mulheres deixarem seus filhos enquanto vão trabalhar. Já na edição número 8, é abordado o caso das mulheres químicas. Dessa forma, são

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ FEDERICI, Silvia. op. cit. p. 42.

apresentados os problemas enfrentados pelas mulheres da indústria farmacêutica e do setor químico, no qual representam mais da metade dos trabalhadores. O salário inferior, a higiene precária, um alto grau de insalubridade, a falta de creches, são alguns dos problemas citados e que já haviam sido apresentados no I Congresso de Trabalhadoras do setor químico e farmacêutico.

Na edição número 8, lançada em 1978, a posição das mulheres dentro dos sindicatos ganha um espaço para debates. Em matéria intitulada, “Sindicato não é lugar só de homem”, é indicado como as mulheres passam a ocupar cada vez mais o espaço dos sindicatos, vindo neles, uma forma de trazer suas reivindicações. A questão havia sido levantada durante o Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo, ocorrido em janeiro de 1978 e voltou a aparecer durante as eleições do Sindicato. O Congresso das Metalúrgicas foi o primeiro de uma série em que as categorias profissionais que possuíam forte presença feminina passaram a se organizar em torno do debate da questão feminina.¹⁹⁷ Nesse sentido, o editorial lançado em 1978, indica uma mudança na postura sindical quanto à participação das mulheres. Sua presença, assim como suas reivindicações (de salários desiguais, creches, período de gravidez, etc) já não podem ser ignoradas. Nesse contexto, elas são vistas na composição das chapas eleitorais, na articulação de novos partidos, na criação de departamentos femininos dentro dos sindicatos, buscando a incorporação das mulheres na luta dos trabalhadores. Essas mudanças, entretanto, ainda são uma pequena parte da luta empreendida pelas trabalhadoras, um pequeno passo na resolução de problemas que as mulheres sempre enfrentaram e que nunca foram reconhecidos nos sindicatos, problemas que, como afirma o NM, “não se tem notícia de que o conjunto de trabalhadores tenha algum dia assumido estas reivindicações”.¹⁹⁸

Podemos perceber que as temáticas abordadas pelos jornais estavam presentes no cotidiano das mulheres. A questão do trabalho doméstico, a necessidade da criação de órgãos específicos para regularização do trabalho feminino, o trabalho doméstico, a maternidade, eram temas que afetavam as mulheres de forma específica, por isso, mereceram destaque. Todavia, outros temas, não menos relevantes, ocuparam menos espaço nas páginas dos dois editoriais, ou mesmo não estiveram presentes, como veremos a seguir.

¹⁹⁷ MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Breve história do feminismo brasileiro na década da mulher**. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro: tomo II*. Coleção trajetórias. Publicações Unicamp: s.d. p. 87.

¹⁹⁸ Nós Mulheres, “Sindicato não é só lugar de homem”, São Paulo, ed. 8, 1978. p. 9.

2.3 Um espaço também de ausências: a questão racial e a diversidade sexual

Os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* tornaram-se espaços importantes na construção crítica acerca das “funções” femininas dentro das relações familiares e do trabalho doméstico e ao modelo tradicional de feminilidade socialmente imposto. Nesse sentido, foi possível observar a existência de um vínculo, ainda existente, por parte de algumas integrantes dos jornais com as esquerdas partidárias e observar como essa relação influenciava nas temáticas abordadas - assim como na forma em que eram levantadas. A aproximação com os núcleos da Igreja Católica - especialmente as CEBs - também influía no cuidado da abordagem dos jornais quando de temas mais sensíveis a esse segmento, tais como, o aborto.

Também é importante destacar a particularidade do movimento feminista que se constituía no Brasil daquele período. A urgência da preocupação com a ditadura aqui instaurada fez com que a necessidade do retorno das liberdades democráticas e a extrema desigualdade socioeconômica, assim como os demais temas consequentes ao regime ocupassem várias páginas dos jornais, distinguindo-se dessa maneira, das reivindicações feministas presentes nos movimentos europeu e estadunidense. A circulação de ideias, entretanto, não deixou de ocorrer a nível internacional, o que se traduziu na identificação de uma pauta comum a todas as mulheres: a libertação feminina.

Os jornais mostraram também a tentativa de abranger as reivindicações de distintos grupos de mulheres, como os clubes de mães, as associações de donas de casa, as que lutavam pela anistia política, as operárias, etc. Com isso, ambos os periódicos adotaram o caráter de denúncia contra a ditadura e contra opressão de gênero, trazendo para o espaço público, uma série de questões antes consideradas pertencentes unicamente ao ambiente privado, como a violência doméstica, o aborto ou a liberdade sexual.

Apesar de tentarem abordar muitos problemas que assolavam as mulheres brasileiras, os jornais deixaram algumas discussões relevantes de fora, ou as abordaram de maneira reduzida ou superficial, tais como a dimensão racial da opressão de gênero e quanto a diversidade sexual.

Poucas foram as matérias presentes nos editoriais que destacavam a questão racial. No *Nós Mulheres* encontramos apenas três matérias referentes ao tema. Em sua primeira edição, em 1976, o periódico traz uma matéria intitulada “Essa nega falou!”¹⁹⁹. Através do depoimento

¹⁹⁹ *Nós Mulheres*, “Essa nega falou!”, São Paulo, ed. 1, 1976. p. 20.

de Estela, que faz parte de um grupo de mulheres negras ligadas ao Instituto de Pesquisas de Culturas Negras (INPC), o NM faz uma denúncia quanto a situação das mulheres negras no Brasil. Estela havia dado um depoimento no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no dia 2 de junho de 1975, em um evento realizado em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, organizado pela ONU e por um grupo de feministas do Rio de Janeiro e, cientes da importância de sua fala e conscientes da dupla opressão sofrida pela mulher negra, as integrantes do periódico decidem convidá-la a falar no jornal.

A fala de Estela aborda o racismo na sociedade brasileira que, muitas vezes se mostra de forma velada, sob uma falsa concepção de democracia racial, destaca as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho, levanta um debate sobre o colorismo, entre outros tópicos de suma importância. Estela salienta a dificuldade existente na sociedade para a mulher ascender de posição no mercado de trabalho, observando que o negro só é aceito quando se mantém nos postos de trabalho marginalizados, a exemplo dos cargos de empregada ou prestadora de serviços gerais.

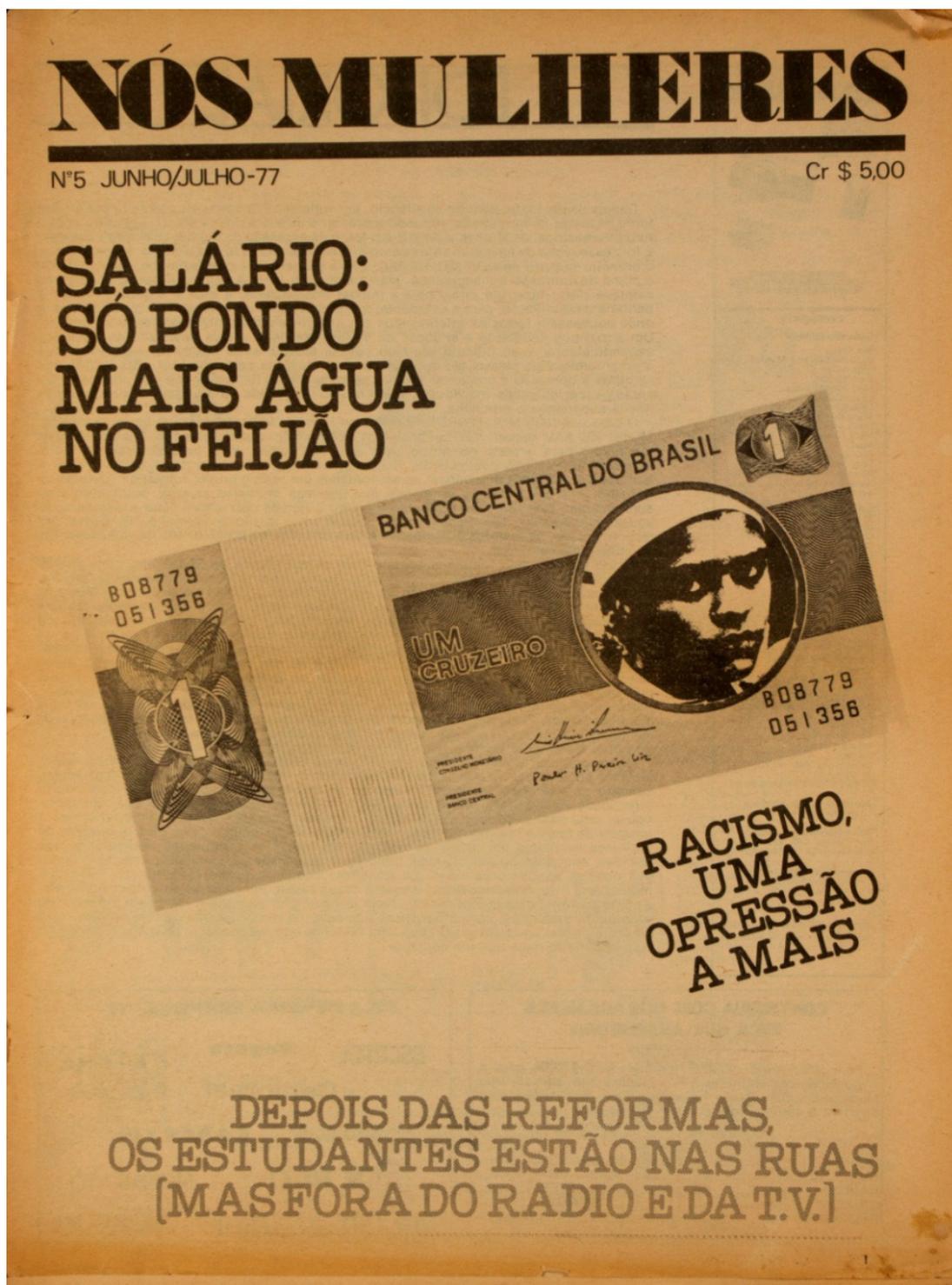
A fala de Estela evidencia os estereótipos da submissão ainda existentes, assim como aqueles que sexualizam os corpos negros, associando a cor da pele ao sexo e à sensualidade, nas palavras de Estela: é “cama, cozinha e babá dos filhos da mulher branca”²⁰⁰, e qualquer lugar ocupado que não se encaixe nesses pressupostos, são vistos com maus olhos, incômodo e desconfiança. Relembrando o depoimento dado na ABI, Estela enfatiza que “nosso grupo colocava o duplo problema: o de ser mulher e ser negra. Na verdade, como mulher, você está um pontinho abaixo na escala social. Como negra, nem se discute: você nem existe”.²⁰¹

No editorial número 5, o *Nós Mulheres* volta a tratar do tema do racismo em uma matéria falando sobre a população negra após 89 anos de abolição no Brasil. A chamada de capa “Racimo, uma opressão a mais” direciona o leitor para matéria de título “89 anos depois”²⁰².

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² *Nós Mulheres*, “89 anos depois”, São Paulo, ed.5, 1977. p. 13 e 14.

Figura 9 - *Jornal Nós Mulheres - Ed n° 5 – 1977*

Fonte: Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>

Na primeira frase da matéria, o texto destaca a realidade do racismo no país: “o problema racial brasileiro é delicado, pouco discutido e nem sempre preocupa a maioria das pessoas”. Para debater as questões em torno do tema, o NM entrevistou algumas mulheres negras, são elas: Amélia, jornalista de 36 anos e mãe solteira; Maria de Lourdes, estudante de

química de 30 anos; Lúcia, doméstica de 21 anos; Lourdes, de 25 anos, doméstica e mãe solteira e Vera, professora de 26 anos e membro do conselho Editorial do *Nós Mulheres*. A entrevista inicia perguntando às entrevistadas quanto ao significado do 13 de maio para elas, a resposta predominante é de que a data não tem significado. A ausência de um significado indica as marcas da escravidão e as sequelas deixadas por ela, que ainda afetam o cotidiano daquelas mulheres, que sofrem discriminação todos os dias, no mercado de trabalho, nos relacionamentos, na inserção de núcleos familiares e sociais.

Em sua edição número 8, de 1978, última a ser lançada pelo jornal, o tema volta a ser abordado. Com título “Liberdade não se outorga. Conquista-se”, o jornal ressalta que, mesmo após 90 anos de abolição, a população negra ainda se encontra à margem e segue na luta por sua libertação. Ressaltando as ações dos jornais *Tiçãõ*, *Jornegro* e *Afro Latino-America*, representantes da imprensa negra o NM replica a pergunta de Neusa Maria Pereira, jornalista do grupo Afro Latino-America: “Que libertação foi essa? Noventa anos depois uma semana antes do 13 de maio é assassinado o negro Robson Luis, numa delegacia. Com 21 anos, por um crime que não cometeu”.²⁰³

O periódico salienta o racismo sofrido pela população, e denuncia que após a escravidão ser abolida, o país incentivou a imigração, enquanto os negros,

Foram jogados a margem, confinados ao subemprego, onde a maioria se encontra até hoje. Transformados em elemento folclórico, ligados ao carnaval, a futebol ou ao crime, são maioria desempregados do país. Sua participação na história foi mascarada, de forma semelhante à das mulheres. Era necessário silencia-los.²⁰⁴

É fundamental ressaltar que, se por um lado, nos anos 1960 e 1970, as mulheres brancas ganhavam espaço no mercado de trabalho e lutavam pela ocupação dos espaços públicos, as mulheres negras se mantiveram à margem dessa conquista, tendo em vista que elas sempre ocuparam os espaços das ruas, sempre trabalharam, muitas vezes, ocupando empregos não qualificados, principalmente, o de empregada doméstica, garantindo o funcionamento da casa

²⁰³ Acreditamos que aqui, a entrevistada se refere a Robson Silveira da Luz, jovem de 21 anos, assassinado em maio de 1978. Casado com Sueli da Luz, com quem esperava seu segundo filho, administrava um bar em São Paulo, onde dormia durante a semana, para retornar a sua cidade Guianases, aos fins de semana. Em um sábado à noite, Robson e alguns amigos, teriam pego 3 caixas de frutas de um caminhão por onde passaram. Uma moradora que avistou o ocorrido, relatou ao dono do caminhão, que que o denunciou a polícia. Um dos amigos de Robson foi preso e torturado e sua esposa, levada algemada a delegacia. Robson foi encontrado uma semana depois, em um ônibus, sendo levado preso, onde foi torturado por horas. Apesar de ter sido levado ao hospital para realização de uma cirurgia, o jovem não resistiu as lesões sofridas e faleceu no dia 4 de maio de 1978. O caso do assassinato de Robson foi emblemático e impulsionou o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) alguns meses depois. *Liberdade não se outorga. Conquista-se. Nos Mulheres*. São Paulo, ed. 8, 1978. p. 11.

²⁰⁴ *Ibidem*.

das mulheres brancas que desejavam sair do espaço privado. Quando não eram empregadas domésticas, ocupavam espaços de baixa remuneração ou marginalizados, marcas deixadas pelo sistema escravista que relegou a população negra à margem. Como frisa Daniela Chain:

Enquanto estas tiveram que se organizar para reivindicar o direito de saírem de casa para trabalharem e seguirem uma profissão, as mulheres negras foram impelidas ao trabalho forçado desde os primeiros anos de formação social brasileira, através da escravização de pessoas africanas²⁰⁵

Se no NM foram poucas as matérias que traziam a questão do racismo, no BM não foram encontradas matérias com abordagem direta sobre o tema. É certo que muitas das temáticas trazidas nos periódicos faziam parte do cotidiano dessas mulheres, o trabalho como empregada doméstica, temática muitas vezes levantadas em ambos os jornais, ou o cotidiano da vida e das necessidades das mulheres da periferia, o custo de vida, mas ainda assim, o marcador de classe prevalecia na abordagem, sendo encarado como um fator universalizante, que abrangeria o problema das mulheres negras.

O feminismo destes jornais levantou questões de gênero e classe, mas não abrangeu o racismo. As vivências da mulher negra possuíam pouco reconhecimento, considerando os entrecruzamentos de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e heterossexismo²⁰⁶. Collings e Birge destacam que a análise de classes abriu importantes debates dentro dos movimentos e partidos de esquerda, mas quando se trata de raça enquanto categoria analítica, as mulheres negras se viam pressionadas a subordinar suas preocupações e pautas específicas à bandeira da solidariedade de classe. Como explicam as autoras:

Nenhum de seus aliados mais próximos – homens negros no movimento negro, ou mulheres brancas no movimento feminista, ou socialistas nas organizações que defendiam os direitos das classes trabalhadora – defenderia visceralmente os principais interesses dessas mulheres com tanto fervor quanto elas mesmas.²⁰⁷

Carla Akotirene também destaca que o movimento negro falha em seu caráter machista, que possibilita uma análise para as questões do homem negro, mas negligencia os problemas da experiência feminina.²⁰⁸

²⁰⁵ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 193.

²⁰⁶ COLLINGS, Patricia Hills; BIRGE, Silma; op. cit.

²⁰⁷ Ibidem. p. 44.

²⁰⁸ AKOTIRENE, Carla. op. cit.

Outro tema negligenciado pelos jornais foi o da diversidade sexual, que não aparece em nenhum editorial do *Brasil Mulher* nem do *Nós Mulheres*. Segundo Geovane Batista e Natalia Mendez, ao focar na desconstrução das categorias de gênero, as feministas, assim como faziam com a raça, relegavam a segundo plano a desconstrução das categorias sexuais, fundamentais para a inclusão de lésbicas, bissexuais, travestis e mulheres trans, assim como de suas demandas feministas²⁰⁹.

Apesar de la fuerza de las lesbianas dentro del feminismo y que muchas de las líderes de esta segunda ola eran lesbianas políticas, em tema del lesbianismo fue un punto de conflicto com las feministas heterosexuales, tensión que llega hasta hoy día. Esto hizo que el separatismo fuese una necesidad para las lesbianas, como una forma de buscar SUS próprios intereses feministas y encapuzar una práctica y um movimiento com pensamento y discurso próprio.²¹⁰

As mulheres lésbicas não se sentiam representadas dentro do movimento feminista, ao perceberem a subordinação e invisibilidade de suas pautas. Assim como acontecia com a centralidade masculina no movimento negro, as mulheres lésbicas não possuíam espaço dentro dos movimentos homossexuais, orientados por um falocentrismo que deixava suas demandas em segundo plano, consideradas menos importantes.²¹¹

O até então chamado movimento “homossexual”, teve início nos anos 1970, e buscava pautar as questões em torno da sexualidade e da liberdade de expressão da orientação sexual. Nesse contexto, ganha destaque o Grupo SOMOS, surgido em 1978, e considerado pioneiro na luta nacional por reconhecimento dos direitos homossexuais. Foi também a partir dele que as mulheres lésbicas passaram a enxergar a necessidade da criação de grupos autônomos, que buscassem debater suas próprias demandas, tendo em vista algumas atitudes machistas oriundas de seus companheiros de militância, que não compreendiam as opressões de gênero presentes no grupo. A fragmentação do SOMOS vai resultar no surgimento do movimento de lésbicas feministas.

Dessa forma, tem-se a busca por autonomia no movimento lésbico-feminista, como explicam Costa e Méndez:

²⁰⁹ COSTA, Geovane Batista da. MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Feminismo e lesbianidade: Encontros e desencontros no período da redemocratização do Brasil**. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMIDT, Benito Bisso. (Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil. Maceió: Edufal, 2023. p. 274.

²¹⁰ CURIEL, Ochy. El lesbianismo feminista: Una propuesta política transformadora. *Revista America Latina em Movimento*, n. 420, P. 3-7, 2007. p. 4.

²¹¹ *Ibidem*. p. 275.

o movimento lésbico progressivamente vai se autonomizando, ao mesmo tempo em relação ao feminismo e ao movimento homossexual, fundando suas próprias organizações, após perceberem, como mulheres, o sexismo, a misoginia, o funcionamento patriarcal e o falocentrismo do movimento homossexual.²¹²

Enquanto movimento organizado, as lésbicas se fortaleceriam no início dos anos 1980, a partir da estruturação do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) e da publicação do boletim ChanacomChana. Entendemos, assim como afirmam Méndez e Costa, que, “enquanto os dois jornais [BM e NM] eram direcionados para mulheres heterossexuais, o boletim Chanacomchana era voltado para as mulheres lésbicas”²¹³, tendo, dessa forma, públicos-alvo distintos, e priorizam a defesa da “autonomia do corpo feminino, o aborto, mas com uma definição identitária calcada na mulher heterossexual”²¹⁴.

O movimento lésbico seguiu com suas reivindicações de forma autônoma, mas vale destacar a aproximação com os demais movimentos feministas ocorrida durante o 2º Congresso da Mulher Paulista. O 1º Congresso da Mulher Paulista, ocorrido em março de 1979, constituiu um marco na história do movimento feminista pela forte presença popular, e pelas mulheres terem se colocado enquanto sujeitas, exigindo suas próprias demandas. Seu sucesso fez com que vários grupos de mulheres se organizassem para, no ano seguinte, realizar um segundo congresso, ainda mais expressivo. Dessa forma, em março de 1980, ocorre o 2º Congresso da Mulher Paulista, marcando a “entrada em cena das lésbicas organizadas em uma tendência feminista”.²¹⁵ A participação das mulheres lésbicas na organização do Congresso partiu de um convite do jornal *Nós Mulheres*, o que não agradou a todos os setores da organização. Como descreve Maria Lygia Quartim de Moraes:

Ao final da reunião uma das "dirigentes" (que presidirá a sessão) veio sondar as representantes do Nós Mulheres: o que achávamos da participação dos Lesbos? Ela acreditava que as mulheres da periferia ficariam contra e, por essa razão, também se opunha. Indignadas respondemos que a participação das lésbicas era para nós uma questão de princípios e que os incomodados que se manifestassem aberta e declaradamente. Marcou-se, então, uma reunião extra (entre os grupos feministas) para a discussão da questão. As lésbicas foram informadas. E acreditando se tratar de um encontro para explicações aparecerem em massa. Diante da franqueza desta posição as feministas que não viam com simpatia a entrada da Ação Lésbica na Coordenação ficaram na difícil situação de ter de cara-a-cara justificar porque as excluí-las da organização do Congresso. Ao final da reunião, portanto, mais uma entidade participou da Coordenação. E, pelo que se sabe, sua entrada não provocou a

²¹² Ibidem. p. 277.

²¹³ Ibidem. p. 286.

²¹⁴ Ibidem. p. 286.

²¹⁵ MORAES, Maria Lygia Quartim de. op. cit. p. 125.

reação negativa das "massas da periferia" às quais as "lideranças" conservadoras sempre atribuem, em obvio processo de transferência, seus próprios medos e fantasmas.²¹⁶

Apesar dessas divergências, a Ação Lésbica Feminista participou da organização do Congresso, junto a grupos como o Nós Mulheres, Brasil Mulher, Associação de Mulheres, Grupo 8 de março, Centro da Mulher, Pró Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Associação das Donas de Casa, entre outros. O Congresso, entretanto, foi conturbado, marcado por disputas de poder, grupos e partidos de esquerda, como o PCB, querendo intervir e impor suas próprias pautas, além de atitudes agressivas por parte de integrantes do jornal *A Hora do Povo*.²¹⁷

Ainda que os jornais tenham atuado lado a lado com as mulheres da Ação Lésbica Feminista, no geral, as mulheres lésbicas seguiram suas ações de maneira autônoma. O silenciamento da lesbianidade dentro dos movimentos feministas e homossexuais se torna, portanto, um fator importante a ser mencionado, tendo em vista que a perseguição e repressão também afetava de maneira específica as sexualidades dissidentes, consideradas desvios de conduta pelos órgãos repressores.²¹⁸

Por isso, destacamos, mais uma vez, a importância de se compreender as distintas formas de opressão pelas quais perpassam as experiências das mulheres dentro de sua diferença. Às assimetrias presentes no cotidiano das mulheres não se aplicam a adoção de uma forma universal de mulher. É claro que as experiências com a luta feminista são atravessadas por mudanças, transformações e novos entendimentos adquiridos ao longo dos anos de luta. Os privilégios de classe, raça e gênero passam a ser compreendidos por meio das experiências e renovações constantes com as quais os feminismos praticados pelos diferentes movimentos sociais se deparam. As movimentações teóricas, as coincidências e dissidências ressaltadas por Femenías que mencionamos no primeiro capítulo, se mostram fundamentais para as transformações das estruturas sociais e construção de novas alianças. A compreensão dessas diferenças é apreendida com os anos de luta e resistência e da experiência de vida, como menciona Inês Castilho, uma das integrantes do *Nós Mulheres*. As experiências de Inês durante seu tempo no jornal, assim como a de outras participantes – de ambos os periódicos –, serão analisadas no próximo capítulo.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ QUINALHA, Renan Onorio. op. cit.

Posto que os periódicos não conseguiram abranger alguns temas de grande relevância, por outro lado, precisamos apontar que ambos os jornais tentaram promover conscientização política das mulheres, levando o debate, inclusive, para as trabalhadoras e as classes mais pobres. Os periódicos serviram como meio de reflexão e difusão de um projeto político-feminista. Amelinha Teles e Maria Moraes levavam os exemplares para os bairros da periferia de São Paulo, onde se propunham a debater os textos²¹⁹. Isso fazia com que os jornais obtivessem uma distribuição e alcance mais amplo, levando a reflexão para distintos grupos e garantindo o diálogo com os grupos de base e movimentos populares como os clubes de mães, movimentos por creches, movimento contra a carestia e sindicatos, contemplando o objetivo dos jornais de trazer destaque a questão de classe.

Ainda que o perfil das integrantes dos editoriais fosse marcado, em sua maioria, por mulheres brancas pertencentes à classe média, os jornais possibilitaram que as mulheres de classes marginalizadas fossem ouvidas, seja por meio de entrevistas, ou de espaços abertos para que elas contassem suas histórias, mesmo não integrando a editoria. Os periódicos permitiram que as classes marginalizadas tivessem um espaço para denunciar as condições de vida da população pobre e pressionar as autoridades por mudanças. Ao mesmo tempo, os jornais não dispensaram esforços para o combate à ditadura ao denunciar os excessos do regime, o projeto econômico que desfavorecia a população mais pobre, as violências dos militares, e ao reivindicar a anistia aos presos políticos, o retorno dos que se encontravam exilados e denunciar a censura de diversos livros, peças, filmes, meios de comunicação e projetos culturais.

Quando pensamos comparativamente, observamos que ambos os jornais tiveram propostas editoriais similares e traziam semelhanças. Os dois impressos assumiram uma militância que valorizava as lutas feministas específicas e as lutas gerais contra a ditadura. Os temas abordados eram parecidos e ambos apresentaram uma certa objeção ou receio em tratar de temáticas ainda consideradas tabu nos anos 1970, como o aborto ou o sexo. Tais temas pouco apareciam, ou quando estavam presentes, possuíam um caráter mais informativo quanto às implicações que poderiam causar ao corpo da mulher, especialmente no caso da pílula, que ao invés de assumir qualidade libertadora, era vista com desconfiança.

Por outro lado, os dois periódicos focaram no mercado de trabalho, destacando as questões em torno da dupla jornada e o trabalho doméstico. Existiam diferenças entre os dois, como o projeto gráfico, que se diferenciava pela opção do BM em valorizar a o uso da fotografia nas capas – mas também em seu interior – com mulheres em seu cotidiano, fotos essas, que

²¹⁹ PEDRO, Joana. **O feminismo de “segunda onda”**: Corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana; PINSKI, Carla Bassanezi. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 120.

eram também parte do texto do jornal, já que representavam muito do que o BM abordava em suas páginas, enquanto o NM trazia capas desenhadas. Além disso, podemos destacar a abordagem da questão racial, que ficou de fora dos editoriais do Brasil Mulher. No geral, os demais conteúdos produzidos em ambos eram parecidos.

Para compreender um pouco mais acerca das abordagens, das pautas escolhidas e de outras experiências vividas pelas integrantes dos jornais, no próximo capítulo, buscaremos, por meio da metodologia de História Oral, trazer um pouco das memórias de algumas das integrantes de ambos os jornais. O depoimento dessas mulheres nos possibilita um novo olhar sobre suas próprias percepções quanto ao movimento feminista e à sua atuação nos periódicos por meio da construção subjetiva de suas próprias narrativas.

3 MEMÓRIAS DE LUTA: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA IMPRENSA FEMINISTA DOS ANOS 1970

A memória acerca da ditadura no Brasil é um cenário de disputas e está presente no imaginário do país, na memória coletiva, na memória política, na mídia. Grupos marginalizados que passaram por processos traumáticos em tal período, buscaram inscrever suas lembranças contra o esquecimento, ocupando o espaço público, passando do não dito para a contestação.

Os historiadores e historiadoras que pretendem trabalhar com o estudo da memória devem saber que irão deparar-se com uma gama de possibilidades, tendo em vista que a memória não é única, exigindo um trabalho de seleção e análise para a construção da narrativa memorialística. A memória faz parte da constituição do indivíduo, estando presente nas lembranças pessoais, nos lugares, nos documentos, na oralidade, nas celebrações, nos monumentos, etc. Dessa forma, por carregar consigo, traços do passado, torna-se uma ferramenta de análise relevante ao ofício de historiadores e historiadoras, trazendo à luz, as experiências humanas. Na operação historiográfica, portanto, a História e a memória se entrecruzam, ainda que se diferenciem na busca pela inteligibilidade social. A memória enquanto propriedade de armazenar e atualizar informações proporciona à História narrar as ações humanas do presente e do passado. Como diz Le Goff, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”²²⁰.

Com o aprofundamento das discussões acerca das relações entre presente e passado e as transformações na historiografia, ocorridas no século XX, a escrita da História incorporou distintas fontes, deixando de limitar-se aos documentos oficiais e a memória, assim como fontes orais e fotografias, tornaram-se objeto, abrindo novos caminhos para os estudos históricos. As novas concepções, adotadas nessas mudanças, possibilitam o conhecimento de outras histórias, até então, marginalizadas. Mulheres, negros, LGBTQIA+, classes subalternizadas, ganham espaço na história. Dessa forma, a utilização da memória nos distintos campos de produção pressupõe o entendimento de que lembrar e esquecer possuem uma dimensão subjetiva, que perpassa elementos como seleção, manipulação, repressão, etc.

Os conflitos observados na luta pela memória são também, um reflexo das lutas por identidades. A memória é importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Como afirma Pollak, “memória e identidade

²²⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 477.

são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”²²¹. Quando direcionamos o olhar para a ditadura civil-militar brasileira, percebemos que muitos desses conflitos estão relacionados ao apagamento e imposição da memória resultantes de regimes totalitários. Existe uma memória produzida e moldada acerca do regime ditatorial, enquanto outras memórias assumem o lugar da obscuridade, sendo esquecidas ou negligenciadas. Por outro lado, a sobrevivência da vítima, coloca a memória em um projeto a ser concretizado pela justiça, ao mesmo tempo que deve-se reconhecer a estas, o direito ao esquecimento. Nesse contexto, neste capítulo pretendemos debater as memórias da atuação das mulheres que integraram a imprensa feminista, por meio das narrativas de ex componentes do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, visando a compreensão de como as questões de gênero atuam na reconstrução de vivências políticas, na segunda metade da década de 1970 e na construção de uma subjetividade e identidades feministas.

3.1 Memória, identidades e oralidades

Lembrar e esquecer implicam em uma seleção de informações, que nos levam a dizer que também não existe memória sem esquecimento. Se a memória coletiva é uma construção e também um elemento de identidade social de uma comunidade ou grupo, como viver diante dos apagamentos, da desmemória ou de uma memória imposta e um apagamento forçado, seletivo?

A produção do conhecimento histórico que toma como objeto de análise o século XX, se depara com a tarefa de um resgate da memória individual ou coletiva e de uma recuperação histórica. Segundo Isabella Cortada, a luta pela memória contra o apagamento é compromisso do historiador, que deve valorizar a democratização da memória social como base das análises científicas.²²²

Pierre Nora apresenta a ideia dos *lugares de memória*, como aqueles em que ocorre a cristalização da memória, a materialização da memória, em que ela se torna referência para a

²²¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 5.

²²² CORTADA, Isabela. O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. **Revista da FLUP**. Porto. IV Série. Vol. 8, no 1. 2017.

sociedade ou grupo social.²²³ Ao diferenciar história e memória, Nora entende que a segunda se encontra sujeita a manipulações, enquanto a história apresenta-se como uma reconstrução de algo que deixou de existir.

Ao discorrer sobre os processos de escrita da história, Isabela Cortada explicou que:

Se a história enquanto disciplina, construiu suas regras e métodos para supervisionar os modos de reconstituição do passado, no mercado simbólico deste capitalismo tardio, a “história de grande circulação” revela-se mais acessível as estratégias do presente, organizando-se através de esquemas explicativos, conforme necessidades afetivas, morais e políticas. Mudam as fontes, alteram-se as temáticas e o enfoque passa a ser no detalhe, no cotidiano, na capacidade de transgressão e nas variações dos indivíduos, cujas narrativas realizadas em anos anteriores encobriam o desvio sob a capa da abordagem estrutural. Tornou-se, pois, urgente, inserir novos métodos para serem aplicados aos “discursos de memória”.²²⁴

Muitos autores debateram acerca da memória enquanto fonte de análise histórica. Pierre Nora, já havia questionado a importância de pensar uma metodologia para apreender os vestígios da memória e sua relação com a política, e história.²²⁵ Nesse sentido, na esteira da recuperação de memórias apagadas, os testemunhos orais e as histórias de vida se tornam uma ferramenta relevante para enxergarmos por uma nova ótica, as experiências das mulheres. Por meio deles, é possível a compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos.

A valorização da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente ocasionou uma reavaliação das relações entre História e memória e permitiu aos historiadores e historiadoras repensar as relações entre passado e presente. Uma nova concepção que explora as relações entre memória e história permitiu uma maior aceitação dos testemunhos nos estudos históricos, compreendendo as subjetividades como um elemento adicional para a pesquisa.

De acordo com Marieta de Moraes Ferreira, a História Oral é instrumento importante para a recuperação de memórias e experiências e, quando empregada como método de pesquisa, possibilita o entendimento de estratégias de ação e a representação de grupos distintos.²²⁶ Como explica a autora:

²²³ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 07-28.

²²⁴ CORTADA, Isabela. op. cit. p. 96.

²²⁵ NORA, Pierre. op. cit. Passim.

²²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314 – 332.

Na década de 1960, as lutas travadas pelas minorias, negros, mulheres, imigrantes, seriam as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que passava agora, a ser um recurso para recuperar as vozes dos excluídos, recuperar trajetórias, e dar destaque ao que a história tradicional desvalorizou por tanto tempo. A história oral passa então, a ser um instrumento de construção de identidades de grupo e de transformação social²²⁷.

Segundo Verena Alberti, quando articuladas ao estudo da memória, da política e ao estudo das mulheres, a História Oral amplia as possibilidades de interpretação do passado e a entrevista realizada é parte de um processo de construção de identidades²²⁸.

De acordo com Maria Paula Araújo, a entrevista envolve uma relação carregada de subjetividade que os historiadores precisam transformar em uma chave para o entendimento histórico da experiência daquele personagem que está narrando e do momento histórico em que ele está situado.²²⁹ Tendo sido muito utilizada para pesquisas acerca dos processos políticos traumáticos, a História Oral auxilia na recomposição da História e memória daqueles períodos, a partir de relatos de vítimas e pessoas que vivenciaram aquele acontecimento. A análise da relação da história oral e da memória foi importante para um novo olhar sobre o estudo do movimento feminista e da luta das mulheres nos regimes repressivos.

As contribuições recíprocas decorrentes da explosão do feminismo e das transformações na historiografia, a partir da década de 1960, foram fundamentais na emergência da história das mulheres. Como explicam Adriana Facina e Rachel Soihet, articuladas ao crescimento da Antropologia, das mentalidades, da História Social e da História Cultural tiveram papel decisivo no processo de ascensão das mulheres à condição de objeto e sujeito da história.²³⁰ As feministas exerceram uma pressão a fim de promover uma revisão historiográfica visando destacar a experiência de sujeitas que ficaram invisibilizadas em um campo que tinha como base a noção de um sujeito universal masculino. Como destaca Ana Rita Fonteles:

Novos personagens surgem, episódios até então desconhecidos são publicizados, livros de memória do período lançam-se, documentos em profusão são gerados, criam-se novas solidariedades e sociabilidades. Há esforço contínuo na tentativa de construção da memória contraposta ao discurso dos que comandam e apoiam a

²²⁷ Ibidem. p. 322.

²²⁸ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

²²⁹ ARAUJO, Maria Paula. Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral. In: MAIA, Andrea Casa Nova; MORAES, Marieta de. Outras histórias. **Ensaio em história social**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

²³⁰ FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. **Gênero e memória: algumas reflexões**. Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, 2. sem. 2004.

ditadura, de reconstrução do sofrimento concretizado na tortura, na dissolução de famílias, em mortes e traumas. Entretanto, mesmo no processo de reconstrução ou recuperação do passado, nem todos se fazem presentes, ou melhor, nem todos são chamados a narrar da mesma forma.²³¹

Quando analisamos as narrativas oriundas de períodos marcados por ditaduras, violências, resistências e luta política nos deparamos com a grande diversidade de memórias existentes dentro de um mesmo grupo com lutas similares. A memória da resistência à ditadura não se apresenta uniforme, mas marcada por experiências distintas.

Em meio aos processos de reconstrução ou recuperação do passado, ocorre a seletividade de alguns assuntos em detrimento de outros, uma seleção das memórias. Fernando Catroga, já apontava as diversas interações existentes no exercício de recordar como: a ideia de alteridade, a construção seletiva do passado, os monumentos e ritos de recordação e crise.²³² Ao afirmar que “escolher é também esquecer, silenciar e excluir”²³³, o autor trata dos esquecimentos deliberados que fazemos a fim de construir uma memória que atenda às necessidades do que está sendo narrado.

Nesse contexto, alguns personagens e histórias acabam sendo invisibilizadas ou até mesmo mitificadas. É o caso das mulheres que atuaram na luta de resistência à ditadura. As mulheres estiveram na linha de frente de manifestações e campanhas a favor da anistia, na luta por melhores condições de vida, nas cadeias e presídios, ofereceram apoio a familiares de vítimas da ditadura, etc. Elas também se tornaram lideranças em movimentos de bairro, religiosos e feministas. Entretanto, a atuação política dessas mulheres é obscurecida e até mesmo ofuscada pelas esquerdas, que buscam valorizar a imagem das militantes guerrilheiras, ou é omitida em meio aos discursos da mídia e narrativas oficiais do Estado.

Podemos retomar as análises de Halbwachs, quando este afirma que toda memória é socialmente construída.²³⁴ A elaboração de uma narrativa, tomando como base aquilo que é memorado, é também um ato político. Nesse ato, são selecionados o que lembrar e o que esquecer, quais memórias se tornarão legitimadas, e quais se tornarão oficiais ou

²³¹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: O movimento feminino pela anistia no Ceará (1976 – 1979)**. Tese de doutorado. Florianópolis, 2009. p. 11.

²³² CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

²³³ Ibidem. p. 26.

²³⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

“subterrâneas”²³⁵, para usar a expressão consagrada por Pollak. Dessa forma, compreendemos que a memória está inserida em um campo de disputas políticas, sendo também um projeto de resistência e de solidificação de pertencimentos. A seleção de razões, circunstâncias, pretextos e acontecimentos, os lugares de memória que, pensados a partir do presente, oferecem uma certa inteligibilidade ao passado e permitem organizar a recolha e o registro das memórias coletivas.

Segundo Halbwachs a *memória coletiva* é aquela que opera uma reinvenção de um passado comum.²³⁶ É por meio dela que se estabelece uma adesão por parte de uma comunidade. Na medida que o indivíduo está inserido em determinados grupos, essa rede de relações sociais exerce um papel fundamental nos processos de construção da memória, reforçando o sentimento de pertencimento, de identidade. O que é lembrado só faz sentido em relação a um conjunto do qual se faz parte.

Para Elisabeth Jelin, a memória possui um papel importante no fortalecimento do sentimento de pertencimento, principalmente, quando relacionadas a grupos oprimidos, ou quando estão vinculadas a experiências traumáticas²³⁷. O espaço de memória é um espaço de luta, sendo muitas vezes, uma luta contra o esquecimento,

en cualquier momento y lugar es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado compartidas por toda una sociedad. (...) Lo que hay es una lucha política activa acerca del ocurrido, peor también acerca del mismo sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esa lucha es concebida en términos de lucha contra el olvido²³⁸

De acordo com Jelin, através da transmissão, isto é, o processo pelo qual se constrói o conhecimento cultural ligado ao passado, é possível conduzir o acesso à memória para aqueles que não viveram o acontecimento. Para estes, a memória é uma construção, um conhecimento cultural.

Michel Pollak apresenta o conceito de “memórias subterrâneas”, para definir aquelas memórias clandestinas, marginalizadas, invisibilizadas ou não legitimadas.²³⁹ Entendidas como

²³⁵ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3 – 15.

²³⁶ Ibidem.

²³⁷ JELIN, Elisabeth. **Memorias en conflicto**. Puentes, agosto, 2000.

²³⁸ Ibidem. p. 7.

²³⁹ POLLAK, Michael. 1989. op. cit.

uma forma de resistência à história nacional ou oficial, elas são transmitidas através das gerações, propagando lembranças dissidentes através de redes familiares e amigas. A memória coletiva, apontada por Halbwachs de maneira positiva como uma forma de reforçar a coesão social, para Pollak, assume caráter coercitivo, uniformizador e opressor, refletindo uma dominação de grupos majoritários ou do Estado.

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes²⁴⁰

As memórias subterrâneas, quando ocupam o espaço público, de forma disruptiva, entram em disputa e trazem com elas reivindicações múltiplas, se contrapondo à memória oficial. O autor compreende a memória como um espaço de disputas entre as diversas memórias existentes sobre determinado acontecimento. Ao pensarmos na memória da ditadura civil-militar no Brasil é possível compreender como ela é disputada e está presente no imaginário do país, na memória coletiva, na memória política, na mídia, podendo ser uniformizada. Por outro lado, grupos marginalizados que passaram por processos traumáticos em tal período, buscaram inscrever suas lembranças contra o esquecimento, ocupando o espaço público, passando do não dito para a contestação.

Após o fim da ditadura e nos anos que a sucederam, as interpretações e o interesse acerca do tema foram crescendo. A abertura de arquivos, o interesse público sobre o tema, o lançamento de filmes e o desenvolvimento de pesquisas no campo da História do Tempo Presente lançaram novos olhares sobre a ditadura e a violência perpetrada pelos militares. De acordo com Lucas Pedretti, foi apenas nos anos 2000, nos 40 anos do golpe, que a historiografia passou a repensar as formas pelas quais o passado da ditadura era representado, focando também, nos estudos da memória.²⁴¹ Nesse contexto, as “memórias subterrâneas” da ditadura começaram a emergir.

Nas décadas seguintes, novos sujeitos e objetos em torno da história e memória da ditadura garantem a virada no saber histórico, marcada por uma guinada subjetiva que possibilitou abordar a memória das vítimas sob nova perspectiva. Negros, indígenas, mulheres,

²⁴⁰ Ibidem. p. 4.

²⁴¹ PEDRETTI, Lucas. Ditadura, memória e violência nos 60 anos do golpe: um balanço historiográfico e uma proposta analítica. **Dossiê: Rev. Bras. Hist.** 44 (97), 2024.

peças LGBTQIA+ ganham espaço nos debates historiográficos ao terem suas experiências relatadas.

Com o surgimento de novos sujeitos, observamos também, diferentes narrativas e a multiplicidade de memórias. A memória não é um fenômeno individual, segundo Halbwachs,²⁴² mas social e moldada pelos grupos aos quais pertencemos. Portanto, tais grupos podem possuir diferentes versões de um mesmo evento, de acordo com o contexto sócio-político no qual se encontram inseridos. Isso resulta em diferentes formas de lembrar ou reconstituir o passado, assim como, uma disputa de narrativas e identidades.

Portanto, como afirma Pollak, há o confronto entre a memória individual e as memórias coletivas. Ainda de acordo com o autor, a memória é em parte herdada e construída, social e individualmente, sendo também um elemento constituinte do sentimento de identidade. O autor também destaca um elemento importante da construção da identidade social, a questão do “outro”, como explica o autor:

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros.²⁴³

A memória, assim como a identidade, é um valor disputado socialmente. Existe uma diversidade de lembranças que resultam em conflitos na forma como as pessoas experienciaram determinados acontecimentos. A própria diversidade de componentes de vivenciaram a ditadura, converte-se em uma multiplicidade de memórias.

Todorov, por sua vez, afirma que:

El recuerdo del pasado es necesario para afirmar la propia identidad, tanto la del individuo como la del grupo. [...] Nada hay que objetar a esta necesidad de identidad, aunque sería más acertado pensar en ella como móvil y múltiple, no como única y rígida. Pero tanto los hombres como los grupos viven entre otros hombres, entre otros grupos, y por eso no basta con afirmar que cada cual tiene derecho a existir; es preciso también ver cómo influye en la existencia de los demás esa defensa de uno mismo²⁴⁴.

De acordo com Joel Candau, as memórias possuem um papel importante na constituição de identidades, pois as lembranças e esquecimentos de um dado grupo ou sociedade pode

²⁴² HALBWACHS, Maurice. op. cit.

²⁴³ POLLAK, Michael. 1992. p. 5.

²⁴⁴ TODOROV, Tzvetan. **Memoria del mal, tentación del bien: Indagación sobre el siglo XX**. Barcelona: Ediciones Península, 2002. p. 199.

legitimar ou não determinados discursos, comportamentos e atitudes. Para o autor, a memória não é apenas a capacidade de recordação, mas uma construção e reconstrução contínua. Segundo Candau, a identidade seria a memória em ação, já que por meio delas, é possível criar as narrativas de pertencimento identitário e a coesão social, permitindo compreender as formas de organização social e também, da concepção de sujeito dentro de determinado grupo ou referencial.²⁴⁵ Com isso, podemos inferir que os grupos humanos se apoiam na necessidade de recontar o passado para dar sentido ao presente, ao mesmo tempo que mobilizam o sentimento de pertencimento. Não existem identidades sólidas, tendo em vista a pluralidade de sua essência. Exemplo dessa pluralidade, está o movimento feminista. Stuart Hall já reconhecia no movimento feminista, elementos que possibilitariam a ampliação do conhecimento do homem acerca de si mesmo. O feminismo colocou em pauta questões sociais que até então, eram consideradas inquestionáveis, trazendo a dicotomia entre o público e o privado e abalando assim, os referentes identitários dos sujeitos, ocasionando mudanças estruturais que envolvem marcadores como classe, gênero, sexualidade, etnia, e raça.²⁴⁶

Quando observamos as formas de atuação das mulheres ao longo da história, notamos as distintas possibilidades e também, os diferentes grupos pelo qual o movimento feminista foi formado e as distintas memórias que o construíram. As narrativas acerca do feminismo, também fazem parte dos jogos memoriais citados por Candau que refletem as demandas do presente e o que se é conhecido acerca do passado. De acordo com Candau, a memória é capaz de modelar o sujeito e, ao mesmo tempo, este é por ela modelado, “nutrindo-se mutuamente para a produção de uma trajetória de vida”.²⁴⁷ O ato de rememoração possibilita a criação de laços de pertencimento responsáveis pela construção identitária. “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente”.²⁴⁸

Tanto a memória como a identidade partem de operações individuais e coletivas que não estão naturalmente dadas, mas são processos construídos no meio social a partir de uma articulação entre passado, presente e futuro. Como explica Mariana Souza:

É em razão da construção discursiva da identidade que se faz necessário recorrer à memória: é preciso revolver o passado para narrar-se, para construir uma identidade, para constituir-se como sujeito diante do outro e posicionar-se dentro do grupo. Esse,

²⁴⁵ CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

²⁴⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

²⁴⁷ CANDAU, Joel. op. cit. p 16.

²⁴⁸ Ibidem. p. 19.

portanto, é o ponto que liga a identidade à memória e torna possível a afirmação de Candau de que “a memória é a identidade em ação”.²⁴⁹

A metodologia de História Oral, que toma os testemunhos como ponto de partida, ligando a experiência passada ao presente, permite que a memória se constitua enquanto objeto de pesquisa para a compreensão das práticas e representações identitárias formuladas pelo depoente. Dessa forma, abordamos a memória como forma de compreender a construção de identidades feministas, a identificação enquanto sujeito, dentro do grupo. Ao mesmo tempo, podemos perceber, por meio das relações entre memória e identidade, as influências do meio social aos quais os sujeitos encontram-se inseridos. De acordo com Marta Rovai,

As práticas socioculturais no passado e ainda no presente constituíram as memórias masculinas e femininas, e nesse sentido a memória é sexuada porque norteadas pela performance, é atribuída e esperada culturalmente de cada um. (...) As funções restritas as donas de casa, irmãs, mães e esposas sofreram transformações na medida em que, sozinhas ou em conjunto, vivenciaram as ações promotoras da greve, a interferência intelectual e política em suas concepções de vida e seus lares, e as consequências das decisões de outros, muitas vezes desconhecidos. De forma voluntária ou pressionada, politizada ou afetiva - ou tudo ao mesmo tempo - elas expandiram sua área de atuação e invadiram certos espaços restritos, nos sindicatos e prisões e também trouxeram para o âmbito do particular as preocupações com problemas mais sociais.²⁵⁰

Sabemos que o movimento feminista se constituiu de forma plural, heterogênea, sendo suas próprias integrantes, constituídas de individualidade e subjetividade. Pensemos, portanto, como elas começaram a se identificar enquanto feministas.

3.2 As memórias e resistências das integrantes do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*

O *Brasil Mulher* foi inicialmente fundado em Londrina, em 1975, adquirindo depois uma sucursal em São Paulo. A participação das mulheres na produção deste jornal não foi regular e contínua, tornando difícil o mapeamento do número de integrantes. O jornal também foi marcado por “rachas” internos que alteram a sua composição ao longo da existência do

²⁴⁹ SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, vol. 16, nº 1, 2014 | UFPB/PPGL. p. 98.

²⁵⁰ ROVAIN, Marta. **Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino**. Tese (doutorado), USP: São Paulo, 2012. p. 50.

mesmo. Por meio da observação dos editoriais, foi possível identificar 24 mulheres que compuseram o conselho editorial do BM, sendo elas: Adélia Lucia Borges Romão, Amélia de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Ana Maria Cerqueira Leite, Angela Borba, Beatriz do Valle Bargieri, Diva Burnier Romão, Edezina de Lima Oliveira, Elizabeth Sardelli Magini, Ethel V. Kaminski, Ieda Maria B. Areias, Iara Prado, Joana Lopes, Lais Fagundes Oreb, Lila Figueiredo, Luiza Miriam Martins, Lúcia Arruda, Marina D'Andrea, Mirtes Leal, Rosalina Santa Cruz Leite, Rosane de Lourdes Silva, Rose Mary Sousa Serra e Therezinha Zerbini. Aqui, consideramos apenas as mulheres que fizeram parte, em algum momento, do conselho editorial, porém, no expediente do jornal, eram citados também, membros da equipe de redação e colaboradores, mas nem sempre, eram nomes fixos

O *Nós Mulheres*, surgido em São Paulo, em 1976, era composto por um grupo de cerca de 20 mulheres, em sua maioria, oriundas da classe média, estudantes universitárias, algumas também, do movimento estudantil. O jornal, assim como o BM, contou com um “racha” interno, o que fez com que sua composição se alterasse ao longo dos anos de sua existência. Observando os nomes que aparecem nos editoriais, mapeamos 33 mulheres que atuaram em mais de um expediente e seis que participaram de apenas uma edição do jornal. São elas: Anamara Vainsencher, Bia Kfourri, Carolina Olivieiro Macedo, Ciça, Cida Aidar, Cynthia Sarti, Jany Raschkovsky, Laura Salgado, Leda Cristina Orosco Galvão, Maria Ines Castilho, Maria Ines Zanchetta, Mariza Corrêa, Marli Gonçalves, Rita de Luca, Solange Padilha, Susana Camargo Kfourri, Lia Zatz, Maria Quartim de Moraes, Rita de Lucca, Conceição Cahú, Liane Ralston, Rachel Moreno, Renata Villas Boas, Ana Maria Estevão, Fatima Almeida, Fernanda Colonnese, Sara Goldman, Vera Marta, Alucia Oliveira, Marianna Francisca M. Monteiro e Thereza Bissoto.

Sabemos que a memória não é objetiva, mas um reflexo da subjetividade com base nas experiências vividas pelas personagens. Um aspecto importante a ser ressaltado a partir da análise dos testemunhos das entrevistadas, é que a identidade feminista construída por elas carrega um reflexo de suas experiências políticas e suas relações com os movimentos sociais que cresciam nas décadas de 1960 e 1970. As ideias trazidas pela contracultura, a luta armada ou a explosão dos movimentos estudantis, refletem a constituição das próprias identidades baseadas nas vivências.

Neste capítulo analisaremos duas entrevistas que realizamos de forma online, no ano de 2024, com as entrevistadas Lia Zatz e Inês Castilho, ex integrantes do *Nós Mulheres*. Também utilizamos a entrevista de Madalena Guilhon, ex integrante do *Brasil Mulher*, concedida ao projeto Marcas da Memória (UFRJ-Comissão da Anistia) no ano de 2013. Por fim, também

analisamos os relatos de Iara Prado, Ieda Areias, Vera Soares, Rosalina de Santa Cruz Leite, ex integrantes do *Brasil Mulher*, concedidos durante encontros realizados ao Memorial da Resistência em São Paulo, em 2024. Vale destacar que as mulheres que tiveram seus testemunhos analisados são cisgênero, brancas e pertencentes à classe média intelectualizada.

Lia Zatz nasceu em São Paulo, em 1952. Vinha de uma família progressista, mas que não tinha envolvimento político. Lia começou a se envolver com a militância na época do primeiro colegial (hoje equivalente ao ensino médio) quando entrou no Colégio de Aplicação do Estado de São Paulo, envolvendo-se com o movimento secundarista, em um período marcado, entretanto, por um momento simbólico de efervescência política, ocorrido em 1968:

Eu comecei a me envolver quando eu entrei no primeiro colegial, que eu entrei no colégio de aplicação. [...] Isso foi 1968, um ano bem símbolo né [...] Eles [pais] não sabiam muito até onde eu estava envolvida. Sabiam que eu ia numa passeata ou outra, não reprimiam nem nada, mas eu fui me envolvendo com organização que realmente...de luta armada, que foi a VAR-Palmares, ainda vinculada ao movimento secundarista. Não era nenhuma, nenhum quadro principal, nunca peguei em armas, mas me envolvi e por causa disso, eu tive que ir embora do Brasil. Porque meu namorado na época, começou a ser perseguido e porque começaram a perseguir ele, começaram a me perseguir também e a gente foi embora, ficamos cinco anos fora do Brasil²⁵¹.

Lia ficou exilada na França por cinco anos, onde terminou a escola e se formou em Filosofia. Retornou ao Brasil em 1975, ano em que a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher. Quando retornou, quis dar continuidade a sua militância e assim, se envolveu com o grupo Debate, e também com

grupos de mulheres, por exemplo, o Centro da Mulher Brasileira, acho que era mais dominado pelo partido comunista. Eu e uma amiga que também fazia parte desse grupo debate, que eu te falei, a gente começou a participar, mas lá a gente conheceu a Rachel Moreno, que também tava nesse grupo, e a Rachel tinha uma visão mais feminista do que aquele grupo, e ela teve a ideia de fazer um jornal e a gente, me lembro até que a primeira reunião que a gente fez foi no porão do jornal Versus, que emprestou o porão pra gente. E tava eu, tinha acabado de ter nenê, tava ainda meio machucada assim, de ter nenê. A Rita, que era essa outra companheira, e a Rachel Moreno. A primeira reunião tava nós três, depois o grupo foi crescendo e tudo né²⁵²

Inês Castilho nasceu em Avaré, cidade do interior Paulista, em 1947, mas morou em várias cidades por conta do trabalho de seu pai. Sua mãe era mais conservadora, mas seu pai era progressista e gostava de debater assuntos políticos. Inês Castilho teve como referência, o

²⁵¹ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

²⁵² ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

movimento da contracultura, marcado pelas novas experiências socioculturais e a ideia de rebeldia. Quando ocorreu o golpe em 1964, Inês estava em Cassilândia, cidade do interior paulista, e convivia com algumas primas mais velhas que estavam envolvidas na Juventude Universitária Católica (JUC), que se tornaram referência para Inês. Estudou jornalismo e, embora não tenha se formado, começou a atuar no meio. Apesar de não ter se envolvido em atividades político partidárias, Inês marcou presença nos atos, na campanha das Diretas Já²⁵³, cedeu sua casa para a realização de atividades clandestinas e se envolveu, principalmente, com o movimento de contracultura. Durante o governo Médici (1969 – 1974), se exilou em Nova Iorque (EUA), onde teve contato com um movimento feminista já mais organizado. Retornou ao Brasil em 1975 e ingressou no *Nós Mulheres*.

Quando perguntada sobre sua aproximação com o feminismo, Inês Castilho relembra seu contato com o movimento em seu exílio na cidade de Nova Iorque e relata como sua experiência no exílio influenciou sua militância no periódico.

Foi uma coisa muito orgânica sabe, desde sempre eu percebi como era as coisas, o tratamento com mulher, com menina, com menino, e quando deixaram uma mulher trabalhar de calça comprida, eu me lembro, achei aquilo esquisito, sempre ligada. E depois, na ditadura, no governo Médici, que era o pior dos piores, eu fiz um auto-exílio em Nova Iorque. Nova Iorque porque tinha já o feminismo bem forte. Essa...é claro que não era só isso, mas isso me motivou bastante. E fiquei lá dois anos e meio, mas três anos, voltei exatamente quando o Herzog foi assassinado na prisão e acompanhei, claro, o movimento político brasileiro e ingressei rapidamente no *Nós Mulheres*, no grupo.²⁵⁴

Sua experiência no exílio influenciou também, sua militância e ingresso no *Nós Mulheres*:

Ouvi falar e fui atrás, e cheguei lá. Não conhecia ninguém, tava chegando no espaço assim, ...falando de horóscopo e contracultura assim, sabe? Muito diferente do grupo que tava lá. O grupo que tava lá, era o grupo de mulheres que em grande parte tinham tido alguma experiência de exílio na França e traziam muito do feminismo francês e partidos clandestinos²⁵⁵

²⁵³ Foi um movimento político surgido por meio da demanda popular por eleições diretas para presidência, levando milhares de manifestantes as ruas em diversas cidades do Brasil. O movimento ganhou força entre os anos de 1983 e 1984, por meio da realização de campanhas, comícios e passeatas, conseguindo reunir um grande número de pessoas que aderiram as reivindicações por eleições diretas e pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha o voto direto nas eleições de 1985. O movimento contou com a participação de partidos políticos, representantes da sociedade civil, artistas e intelectuais. Apesar da grande expressividade das Diretas Já, as eleições diretas só ocorreram em 1989.

²⁵⁴ CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

²⁵⁵ CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

Sabendo que vivemos em um mundo globalizado, podemos dizer que as identidades são, a todo o tempo, expostas ao contato com outras culturas e ideologias, não sendo restritas a um único espaço. O processo de interação com diferentes culturas produz identidades “mutáveis”, que vão se transformando com as relações. A construção de uma identidade feminista pode ser cunhada também por meio de experiências compartilhadas. Muitas vezes, os feminismos estadunidense e europeu, especificamente francês, como citou Inês, foram apropriados pelas exiladas e ressignificados, transformados ou ampliados para a realidade nacional. Todavia, nem todas as mulheres que viveram no exílio tiveram contato com o movimento feminista vindo de fora. As identificações com o feminismo ocorreram de forma plural para as diferentes mulheres.

Lia Zatz, por exemplo, nos conta que apesar de ter vivido no exílio na França, não teve contato com o movimento feminista de lá, e só teria tomado consciência do feminismo a partir da sua vivência com a experiência da maternidade:

e eu comecei a realmente me tornar [feminista] quando eu tive filha, porque aí, por mais que meu marido, pai, fosse super bacana e tudo, um baita pai, as coisas ainda eram daquele jeito, quem era a responsável era eu, eu que levava no médico, eu que saía, eu que fazia isso, fazia aquilo. Então é uma coisa que foi me pegando, aquilo. Por aí é que eu acho que eu realmente me tornei feminista, individualmente começar a perceber o que as mulheres em geral, passavam. Acho que foi isso.²⁵⁶

Madalena Guilhon, integrante do *Brasil Mulher*, também não teve contato com o movimento feminista europeu, apesar de já viver em Portugal desde o início da ditadura:

Não tinha atuação em nada. Eu era uma perfeita dona de casa portuguesa. Portuguesa inclusive. Não era nem brasileira. Eu era uma dona de casa, cuidava da casa e dos meus filhos. Quando eu me separei, tinha uma vontade... Não era nem questão só de grana, é que eu não aguentava ficar em casa sem fazer nada. E consegui essa coisa para fazer: era secretária de redação. Uma coisa que eu gosto é de escrever.²⁵⁷

Sua atuação política e envolvimento na questão das mulheres se daria somente no fim de 1976 e início de 1977, influenciada por Ângela Borba.²⁵⁸

²⁵⁶ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

²⁵⁷ GUILHON, Madalena. Entrevista concedida ao projeto Marcas da Memória (UFRJ-Comissão da Anistia). Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2013.

²⁵⁸ Formada em história, foi ativista feminista e política, durante a ditadura, se engajou na luta pela redemocratização do país e no movimento feminista. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979.

Acho que tem influência da Ângela bem grande. Já estava começando nisso no mundo todo. O feminismo começou nos Estados Unidos e na Europa desde a década de 1960. Na América Latina, é que chegou nos anos 1970. A partir da Conferência de 1975 no México, a 1ª Conferência de Mulheres, é que o feminismo começou a ser introduzido no Brasil. Então, em 1975 teve a primeira reunião aqui no Rio, teve em São Paulo, que eu não participei. Em 1975, eu mal tinha chegado. Comecei a participar das coisas mais em 1976. Em 1975, teve o famoso seminário na ABI [Associação Brasileira de Imprensa], se eu não me engano – tem outras pessoas que participaram que sabem mais do que eu – que foi uma inauguração do Movimento Feminista no Brasil. Começaram a se formar os grupinhos de autoconsciência. O Brasil Mulher já existia em São Paulo e em pouco tempo, o do Rio. Eu digo que a Ângela tem muito a ver com isso, porque foi ela que puxou as várias mulheres que eram ligadas à AP [Ação Popular].

Guilhon conta que foi Ângela Borba quem começou a apresentá-la leituras acerca da questão da mulher, mas destaca que sua experiência com o casamento e separação também foi um elemento importante para despontar a necessidade da emancipação feminina:

Acho que mais a questão da relação da separação. O casamento, de como é o casamento, de como foi a separação, da traição, essa coisa toda. E a chegada ao Brasil, começar a ver... Em 1974, lá na Revolução dos Cravos quando já começou a apontar algumas coisas, o Brasil como algo que podia ser tudo diferente. Porque eu só tinha 30 e poucos anos e ainda tinha muita coisa para viver. Na chegada, foi aquela coisa de se adaptar, mas depois, começaram os horizontes a se abrirem muito, a questão política, tanto na questão de vida, sexualidade, de tudo, cultural, de tudo. Eu casei com 20 anos. Tudo o que eu não fiz dos 20 aos 30 e poucos, eu fui fazer dos 30 e poucos aos 40. Sair, badalar, namorar [risos], tudo o que eu não tinha feito. Foi aquela coisa meio tardia, aquela rebeldia, aquela coisa de adolescência, uma juventude tardia. Tanto que os meus amigos eram todos mais jovens. Como você mesmo era muito mais jovem, a própria Ângela, eram todos mais jovens. Todos eram da geração do Orlando e até menos. Eu fui fazer PUC [Pontifícia Universidade Católica], tudo isso.²⁵⁹

Tanto o *Brasil Mulher* como o *Nós Mulheres*, eram jornais formados por mulheres com trajetórias distintas, mas podemos perceber que, muitas vezes, suas experiências pessoais desencadearam o desejo de compreender melhor e combater as opressões de gênero. Como relembrou Inês: “Conheci o grupo, fui atrás, achei e aí comecei a conhecer e conviver com aquelas mulheres. Era uma grande alegria, era uma grande alegria”²⁶⁰

O período de surgimento dos jornais é significativo já que a década de 1970 foi um período propício para a ampliação dos debates feministas. Em 1975 a Organização das Nações Unidas decretou o Ano Internacional da Mulher, dando abertura para discussões que sofriam grande repressão do governo autoritário pudessem circular. Com a visibilidade em torno das

²⁵⁹ GUILHON, Madalena. Entrevista concedida ao projeto Marcas da Memória (UFRJ-Comissão da Anistia). Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2013.

²⁶⁰ CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, em 2 de julho de 2024.

atividades do Ano Internacional da Mulher, formaram-se grupos e organizações que objetivaram conscientizar a sociedade acerca das condições da mulher.

Lia Zatz conta que esse momento coincide com sua entrada no *Nós Mulheres*.

Em 1975, foi que a ONU proclamou o ano internacional da mulher, e quando eu cheguei. Primeiro, eu vim porque já com a ânsia de militar no Brasil. (...) tava até junto com um grupo muito interessante, que chamava, tinha uma revista na França que chamava Debate. (...) E comecei a me envolver com grupos de mulheres, por exemplo, o Centro da Mulher Brasileira, acho que era mais dominado pelo partido comunista. Eu e uma amiga que também fazia parte desse grupo debate, que eu te falei, a gente começou a participar, mas lá a gente conheceu a Rachel Moreno, que também tava nesse grupo, e a Rachel tinha uma visão mais feminista do que aquele grupo, e ela teve a ideia de fazer um jornal e a gente, me lembro até que a primeira reunião que a gente fez foi no porão do jornal Versus, que emprestou o porão pra gente. (...) A Rita, que era essa outra companheira, e a Rachel Moreno. A primeira reunião tava nós três, depois o grupo foi crescendo e tudo²⁶¹

Como destaca a historiadora Natalia Elias:

O impacto do Ano Internacional da Mulher foi enorme e muito significativo em todas as esferas sociais e simbólicas. Importante ressaltar que foi um aval para que as mulheres pudessem se afirmar enquanto feministas, construírem para si uma identidade militante em um país que ainda vivia sob rédeas repressoras.²⁶²

O ano de 1975 foi de fato importante para o direcionamento das novas formas de militância feministas e para os jornais que agora, apesar de ainda se encontrarem em cenário de repressão política, enxergavam no decreto da ONU, uma legitimidade para atuar em prol dos direitos das mulheres.

Entretanto, apesar da vontade de lutar por transformações no cenário político visando a mudança nas relações de gênero, a forma como essa militância deveria ser feita, as bandeiras que deveriam ser abraçadas pelo movimento geraram discordâncias entre as integrantes dos jornais. Como explicou Chain:

A história do *Brasil Mulher* constitui uma trajetória de quase cinco anos de organização e trabalho de mulheres militantes com personalidades, concepções e leituras políticas variadas. Essa, portanto, não é uma trajetória linear ou simples de ser compreendida e assimilada. A cada número publicado havia por trás muito debate, acúmulo e síntese, mas também disputas, conflitos e cisões.²⁶³

²⁶¹ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

²⁶² ELIAS, Natalia. op. cit. p. 115.

²⁶³ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 80.

Quando da fundação do BM, muitas de suas integrantes ainda não possuíam uma identificação totalmente definida com o feminismo. Apesar de trazerem os temas relativos à desigualdade das mulheres na sociedade, o receio de se associar ao feminismo diretamente, ainda prevalecia na redação do jornal e a percepção das editoras quanto ao movimento, não era das melhores, o que gerou conflitos entre as integrantes do jornal e os grupos da esquerda aos quais elas integravam. Como explica Chain:

Por um lado, as direitas anticomunistas se prontificaram em desqualificar o movimento, com argumentos de que o feminismo seria uma ala das organizações subversivas, contrário a ordem e visando a destruição da família. Por outro, houve uma iniciativa por parte das esquerdas brasileiras de classificar o feminismo como uma luta pequeno burguesa e até mesmo imperialista, podendo funcionar no Norte Global, mas não aqui no Terceiro Mundo.²⁶⁴

Nesse sentido, temas como a opressão masculina, a sexualidade ou o aborto tinham dificuldades de serem debatidos, até mesmo entre as mulheres da esquerda, o que teria “contribuído para enfrear o progresso de algumas pautas, especialmente ligadas a sexualidade e ao aborto”.²⁶⁵ Isso nos leva a uma reflexão quanto a autonomia do movimento feminista da década de 1970. Inês Castilho, integrante do NM, relatou que nem todas as temáticas eram decididas dentro da redação:

ao mesmo tempo eu percebia que havia coisas que eram decididas fora dali, que surgiam pautas que não vinham daquele coletivo, que tinham a ver com essas mulheres ligadas a partidos clandestinos, havia um grande debate quanto a autonomia dos movimentos sociais, nem se falava isso na época, mas no movimento feminista com relação a partidos, muita coisa que eu tava bem por fora, mas eu fui aprendendo e contribuindo ali com o que eu podia.²⁶⁶

Inês acreditava que algumas das pautas a serem abordadas no jornal não partiam de dentro da redação, mas chegavam por influência dos partidos e organizações aos quais algumas participantes do NM faziam parte. Lia Zatz, também integrante do NM, entretanto, afirma que não existia influência de grupos externos nas decisões do jornal:

Tinha uma coisa nesse, no grupo que tava no *Nós Mulheres*, algumas pessoas, não me lembro se a Inês achava isso, até preciso conversar com ela, que achava que eu e a Rita, que éramos do começo do *Nós Mulheres*, participamos do grupo Debate, que era o grupo de militância política, achavam que a gente instrumentalizava, queria instrumentalizar o jornal. E não era verdade, a gente tinha uma militância realmente

²⁶⁴ Ibidem. p. 88.

²⁶⁵ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 89.

²⁶⁶ CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

feminista, tanto que a gente brigava no nosso grupo, eu e a Rita, no grupo de homens e mulheres que chamava Debate, porque a gente achava que eles não davam a menor importância pra nossa, pro nosso feminismo, pro que a gente tava fazendo e etc.²⁶⁷

É interessante notar que Lia e Inês possuem recordações distintas sobre o mesmo processo. Inês lembra de algumas pautas que vinham de fora da redação, já Lia afirma haver uma autonomia no grupo, reiterando que tudo era decidido interna e coletivamente, negando a possibilidade de grupos externos tentarem instrumentalizar o periódico. Isso ocorre devido a possível existência de diferentes versões ou interpretações de um mesmo evento, o que resulta em uma disputa das memórias na sociedade. A memória não é algo homogêneo, mas fragmentada, sujeita a diferentes interpretações. Os indivíduos possuem memórias distintas acerca do passado. O que chamamos de “memórias divididas”, nos ajuda a compreender que a memória não é um reflexo neutro do passado, mas sim um campo de disputas no qual diferentes versões da história são apresentadas e, muitas vezes, disputam pela legitimidade. Logo, essa memória dividida, fragmentada, nos mostra que os eventos passados podem ser lembrados de formas distintas ou contraditórias dentro dos grupos sociais, especialmente em contextos traumáticos, guerras ou regimes autoritários.

Maria Lygia Quartim de Moraes, que chegou a participar de ambos os jornais, já havia mencionado que no NM as editoras tomavam todas as decisões relativas às pautas dos jornais com total autonomia, o que diferia do BM, que apresentava uma menor independência, estando muito ligadas aos seus partidos.²⁶⁸

A questão partidária seria também, o principal motivo do racha interno do *Brasil Mulher*. Em meados de 1977, o BM se encontrava em meio a uma crise política dentro da Sociedade Brasil Mulher, gerando uma cisão no corpo editorial, na qual uma parte defendia a autonomia do periódico e o avanço de pautas voltadas às questões das mulheres, enquanto outro grupo, oriundo de partidos políticos, priorizavam os princípios de seus partidos. Como explicou Joana Lopes²⁶⁹, algumas organizações como

A AP, o PCB e o PCdoB aproveitaram o momento das assembleias e eleições da SBM, realizadas democraticamente, e levavam um grande número de militantes para

²⁶⁷ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

²⁶⁸ MORAES, Maria Lygia Quartim de. As origens do feminismo marxista (e a Revolução de 1917). **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 28, p. 25 - 37, maio 2017.

²⁶⁹ LOPES, Joana *apud* CHAIN, Daniela. op. cit. p. 97.

participarem das votações, previamente orientadas a se manifestarem nas deliberações de acordo com seus interesses.²⁷⁰

Após esse racha, algumas integrantes deixaram o jornal e um novo grupo passou a assumir a sua produção. Após a cisão do grupo, o NM lançou apenas a edição nº 8, a última antes de encerrar suas atividades. Nesse último número do jornal, constam no conselho editorial os nomes de Cida Aidar, Cynthia Sarti, Jany Raschkovsky, Lia Zatz, Maria Inês Castilho, Maria Lygia Quartim de Moraes, Marli Gonçalves, Rita de Luca, Solange Padilha e Susana Camargo. Sabemos, entretanto, que após o racha, Lia Zatz foi para a Associação de Mulheres, deixando o jornal, ainda que seu nome constasse na edição. As demais permaneceram no NM.

No *Nós Mulheres*, o debate em torno da autonomia do movimento feminista também era muito presente, gerando discussões internas, como já relatado por Lia Zatz, e essas divergências também causaram um “racha” no grupo, fazendo com que algumas permanecessem no *Nós Mulheres* e outras fossem para a Associação de Mulheres, deixando o jornal. Tanto Inês Castilho, quanto Lia Zatz relatam que houve uma divergência de opiniões e discussões sobre os rumos e direcionamento do *Nós Mulheres*, mas as duas não souberam explicar com detalhes o motivo da divergência e do conseqüente racha interno. O que foi relatado por Lia Zatz foi a acusação de que ela, junto a outras integrantes que também possuíam relação com outros grupos de esquerda, tentavam instrumentalizar o jornal, mas a mesma nega, afirmando que “pra mim as pautas do jornal, eram as pautas do jornal, não tinha nada a ver com o que eu tava vivendo na minha organização”.²⁷¹ Como relembra Inês Castilho, as relações com as esquerdas, sejam elas conflituosas ou não, acabavam sempre por rondar a produção do jornal.

O movimento de esquerda, ou à esquerda em geral, pelo menos aquela mais próxima via o feminismo com desconfiança, porque dividia a esquerda, segundo eles, entre homens e mulheres. E ao mesmo tempo, muito interesse nas relações pessoais assim, muito interesse. Imagina uma mulher que gosta de mulher, que não compete com mulher, que era novo aquilo, né? Que as mulheres são criadas para competir entre si, pelos homens, né? Ou pelos símbolos de poder masculino²⁷².

As organizações de esquerda acreditavam que o feminismo fragmentava a luta política, julgando as pautas acerca do corpo e da sexualidade como inferiores. O mesmo ocorria com o

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

²⁷² CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

movimento lésbico, que não tinha suas pautas priorizadas nem dentro das esquerdas em geral nem dentro do movimento feminista heterossexual.

Essas divergências não são, todavia, uma novidade na trajetória dos jornais. Voltando um pouco para o momento da criação do NM, é possível refletir em como os distintos posicionamentos influenciaram na opção de não só criar um novo jornal ao invés de se juntar a um já existente, como na forma pela qual esse novo periódico viria a se apresentar.

O Brasil Mulher, como que nasceu, vinculado ao movimento feminino pela anistia, e só aos poucos que ele foi se tornando feminista, né, e a gente achava isso, a gente achava que a gente precisava de um jornal feminista, que o *Brasil Mulher* ainda não era. Mas a gente atuava juntos, né, porque [agitou] os Congressos e tal, tudo a gente fez juntas²⁷³

A forte ligação do *Brasil Mulher* com a Anistia e, principalmente, o seu receio em não se auto intitular feminista quando do seu surgimento, - tendo em vista que o feminismo ainda era mal visto na sociedade em geral, o que dificultava com que muitas militantes assumissem o feminismo - resultou em muitas críticas das feministas na época. O jornal passa a assumir o caráter feminista mais objetivamente na edição nº 2, quando afirmam que “o Brasil está pouco a pouco, timidamente, entrando para o grupo de países onde o feminismo – Movimento de Libertação da Mulher – se afirma e se organiza”.²⁷⁴ As mulheres que integrariam o *Nós Mulheres* possuíam outra visão política e buscavam construir um periódico direcionado às mulheres, abordando diretamente os problemas resultantes de uma sociedade marcadamente machista e o BM não representava o que elas gostariam de trazer. Como explicou Chain, “O primeiro editorial de NM foi um verdadeiro manifesto feminista. Com uma linguagem simples, mas não simplista, a redação do texto falava com as mulheres sobre os problemas que podiam ser identificados na vida de quase qualquer mulher do mundo.”²⁷⁵

Esse olhar sobre o feminismo também foi mencionado por Inês Castilho:

Por fora era assim, elas [as mulheres que integravam o *Brasil Mulher*] não são feministas, nós somos feministas, nós fomos o primeiro grupo autodeclarado feministas, desde o início. [Elas são] ligadas a política institucional, a política da anistia, né? A bandeira do Brasil Mulher, quando começou.²⁷⁶

²⁷³ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

²⁷⁴ Jornal Brasil Mulher. São Paulo, ed. 2, 1976. p. 2.

²⁷⁵ CHAIN, Daniela. p. 114 - 115.

²⁷⁶ CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

As experiências das editoras do NM e a constatação da sociedade machista refletiu muito na vontade da criação de um jornal feminista. Para elas, era importante que as mulheres se identificassem com aquele projeto e com os pontos de vista apresentados ali e fossem se integrando a luta feminista.

Começamos a fazer o jornal, e muita alegria na participação de um coletivo de mulheres, assim, uma descoberta, uma certa independência. Era um tempo, nos costumes, muito difícil, porque a gente não podia sair sozinha, por exemplo, sair à noite, ir no cinema sozinha, você era olhada como aquela que não tinha um homem. Essa coisa do homem, da existência de ter um homem, era fundamental, e... e a gente foi conquistando aquilo. Saíamos das reuniões e íamos pra um bar, eram dez, quinze mulheres, aquilo era esquisito. Coisas que... conquistas que vocês nem sabem que são conquistas né? ²⁷⁷

As integrantes do jornal tinham consciência da existência de uma opressão comum às mulheres, que afetava as relações de gênero. Sabiam também, que essa mesma opressão, não afetava de forma igual a todas as mulheres. Fatores como raça, classe social, por exemplo, influenciavam nas formas de opressão sofridas. Sabendo disso,

O que o editorial desejava evidenciar é que a desigualdade social fazia com que a opressão de gênero atingisse mais violentamente as mulheres das classes mais baixas, que eram exploradas como mulheres, como trabalhadoras desvalorizadas e como classe despossuída, não conseguindo sequer dar boas condições de vida e educação aos seus filhos. Essas seriam as mulheres nas quais o movimento feminista e o NM deveriam focalizar. ²⁷⁸

Não era apenas o *Nós Mulheres* que direcionaram seu foco para as mulheres das classes mais baixas. O BM também desenvolveu uma proximidade grande com tais grupos. As militantes de ambos os jornais atuaram de maneira muito próxima dos “grupos de base” dos movimentos de mulheres (como associação de donas de casa, movimento pelo custo de vida, Movimento Feminino pela Anistia e outros grupos) e tiveram atividade importante na construção das reuniões e congressos que buscavam uma atuação unificada dos grupos femininos/feministas (como reuniões de construção das comemorações do 8 de março em São Paulo, os congressos da mulher paulista, entre outros). Além disso, também concordam que as publicações defendiam um feminismo comprometido com a luta de classes e que tinham como eixo a matriz teórica marxista. ²⁷⁹

²⁷⁷ CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

²⁷⁸ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 117.

²⁷⁹ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 76.

A gente tinha bom contato com alguns grupos de mães da periferia, a gente distribuía lá, a gente foi em algumas bancas de jornal também, fazia um trabalho bacana de distribuição, nem lembro quantos exemplares, não era nada muito significativo, porque a gente nem tinha dinheiro pra fazer. A gente teve uma primeira edição, as duas primeiras edições foram financiadas, uma pela Ruth Escobar e a outra por quem mesmo?

Eu lembro da gente, 8 de março, circular muito em todos os eventos que estavam acontecendo nesses clubes de mães e tal. A gente tinha um bom contato também com o Mulheres do Sindicato dos Metalúrgicos, até hoje eu me lembro uma vez, a gente foi, no sindicato dos metalúrgicos, Lula era presidente do sindicato, e elas iam fazer um Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica²⁸⁰

As integrantes dos jornais buscaram trazer pautas desses movimentos de base para o jornal, de modo que essas mulheres também se sentissem representadas. O movimento custo de vida aparece em várias edições, tanto do NM, quanto do BM, assim como a dupla jornada de trabalho das mulheres, da reivindicação por creches, das metalúrgicas, empregadas domésticas, eram temáticas consideradas indispensáveis nos jornais. Como relembra Inês Castilho: “Creche também, é um outro tema importante. A pessoa que deu início ao, coletivo *Nós Mulheres*, foi a Rachel Moreno, ela vem do movimento de creches da USP, era uma questão bem forte.”²⁸¹

A atuação de algumas mulheres nos movimentos e partidos de esquerda fez com que elas tivessem uma proximidade com os grupos de base, tais como o movimento por creches, o movimento contra a carestia, entre outros, trazendo as pautas de tais grupos para o jornal. Ao mesmo tempo, essa opção por destacar tais temáticas e se aprofundar menos nos temas concernentes ao corpo e a sexualidade, perpassava por alguns limites que poderiam afetar suas relações com os demais grupos de esquerda ou com a Igreja e manter a possibilidade desse trabalho.

A igreja era o guarda-chuva de proteção onde esses grupos todos de esquerda que trabalhavam com grupos com a classe popular. Agora, a distância entre nós ali na, em Pinheiros, onde tinha a sede do jornal, pra periferia era muito grande, a gente falava sobre elas. Organizamos dois Congressos da Mulher Paulista, com mulheres populares ligadas à igreja. Mas, aí você tinha outras, outros limites, que era a questão de comportamento, sexualidade, aí nesse ambiente você não podia falar. Muito embora, nos congressos, esses temas tenham sido tratados.²⁸²

Apesar da dificuldade em abordar alguns temas, as mulheres de ambos os jornais realizaram um esforço na tentativa de trabalhar temas concernentes às necessidades das mulheres brasileiras e buscaram levar esse debate para amplas camadas da população feminina

²⁸⁰ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

²⁸¹ CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

²⁸² CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

buscando a publicização do debate. Dessa forma, podemos observar uma atuação próxima aos movimentos de base, como relatou Inês. Isso mostra a intenção das integrantes dos jornais em trazer as mulheres das classes populares para o movimento feminista. Essa tentativa de aproximação nos revela também, o objetivo de atrair as trabalhadoras e demais mulheres das camadas mais marginalizadas como leitoras dos periódicos. Ainda que as redatoras pertencessem, em sua maioria, às classes médias intelectualizadas, elas buscaram abrir espaços de fala em meio às matérias dos jornais, optando, muitas vezes, por trazer entrevistas e relatos de mulheres que vivenciavam os problemas abordados, como o trabalho doméstico e a exploração no mercado de trabalho. É possível perceber que as mulheres pertencentes ao BM e ao NM acreditavam que a luta feminista deveria ser feita junto à luta de classes.

3.3 Fragmentos de luta: a história e memória das integrantes dos jornais da imprensa alternativa feminista

Dentre as mulheres que integraram os periódicos, algumas se propuseram, alguns anos depois, a escrever sobre eles. Maria Lygia Quartim de Moraes, ex-integrante do *Nós Mulheres*, e hoje socióloga e doutora em Ciência Política, analisou as trajetórias das duas publicações. Rosalina Leite, ex-integrante do *Brasil Mulher*, hoje doutora em Ciências Sociais, também se dedicou à análise de ambos os periódicos. Amelinha Teles, até hoje, atua na militância política e social feminista, e escreveu, junto com Rosalina Leite, um livro sobre o BM e o NM. Os trabalhos escritos pelas autoras foram, também, referência para a escrita desta dissertação. Nesse sentido, devemos destacar um ponto importante ressaltado por Chain:

É essencial considerarmos três dimensões do lugar de onde falam essas mulheres: como autoras/pesquisadoras, como feministas e como testemunhas. Todas elas dedicaram vários anos de suas vidas a militância feminista e, na história dos jornais, elas figuram como personagens importantes. Dessa forma, suas obras têm características tanto de produção acadêmica, quanto de testemunho.²⁸³

Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida como Amelinha Teles, nasceu em Contagem, MG, em 6 de outubro de 1944 e se mudou para o RJ e, posteriormente, para SP. Militante do PCdoB, foi presa política durante a ditadura. Tornou-se integrante do BM em 1975,

²⁸³ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 75 e 76.

quando tomou conhecimento de sua existência no presídio Romão Gomes, onde seu companheiro cumpria pena política. Teles relata que o *Brasil Mulher* representou, para ela, um grande instrumento de luta. A autora, que já atuava em defesa da anistia pelo PCdoB, sentia-se “entusiasmada” com o feminismo, o que a impelia a unir sua militância partidária às pautas das mulheres. Seu ingresso no jornal não foi bem recebido por seus companheiros de partido, que não julgavam o feminismo como pauta relevante e que consideravam o *Brasil Mulher* um jornal sem valor político, sendo construído por mulheres pequeno burguesas influenciadas por ideias europeias, uma realidade distante da vivenciada pelo país. Amelinha Teles, entretanto, insistiu em participar do BM e recebeu como sugestão do partido, que levasse o jornal e os temas neles abordados para as mulheres da periferia organizadas nos clubes de mães. Nesse contexto, Amelinha inicia um grande trabalho de distribuição do jornal:

Acredito que eu tenha sido uma das mulheres que mais vendeu e distribuiu os exemplares do jornal: uma média de 750 exemplares por edição. Eram assim vendidos/distribuídos: em 18 clubes de mães da zona sul: 150 a 200 exemplares; junto ao Movimento do Custo de Vida: 100 exemplares; na Casa da Universitária: 50 exemplares; na USP (Ciências Sociais): 80; estado da Bahia: 100 exemplares; estado da Paraíba: 100 exemplares; e mais 50 para Belo Horizonte, para o pessoal ligado aos movimentos populares. Mais tarde eu ampliei a distribuição para a cidade do Rio e para a Baixada Fluminense, etc.²⁸⁴

As frentes políticas nas quais Amelinha atuava no PCdoB possibilitaram a difusão do jornal no interior de grupos de base, como o Movimento contra a Carestia e os clubes de mães.²⁸⁵

Amelinha Teles relata também, que sentiu uma certa decepção quando chegou no BM, pois percebeu que ali, o feminismo não era bem recebido, principalmente, por parte de Terezinha Zerbini, que defendia que o periódico deveria ser um porta-voz da anistia. Quando em sua segunda edição o BM assumiu um compromisso com a pauta feminista, iniciaram-se as primeiras discussões quanto ao “ser ou não, feminista”. Os conflitos diante das ideias feministas tornaram a aparecer em outras reuniões do jornal. De acordo com Teles, os questionamentos eram:

Como atuar na defesa das bandeiras gerais sem deixar de ser feminista? As feministas devem ou não defender os direitos sexuais das lésbicas? E o aborto, devemos ou não tratar dele? As feministas devem priorizar as lutas operárias? Devem ir para os

²⁸⁴ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. op. cit. p. 145.

²⁸⁵ Os Clubes de Mães foram grupos de mulheres da periferia de São Paulo que se organizaram para protestar contra a política econômica da Ditadura Militar. Os clubes foram criados nos anos 1970, dentro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica.

sindicatos? Ir para os bairros ou para os Sindicatos? Se todas as mulheres sofrem discriminação, como fica a luta de classes no movimento de mulheres?²⁸⁶

As pautas das esquerdas possuíam muita presença nas reuniões do jornal. O contexto de ditadura, marcado pela desigualdade, pela piora das condições de vida da população das classes mais baixas, somadas à realidade de um país marcado pela colonização, exploração, que tem características reforçadas pelo autoritarismo do governo, revelam preocupações que, talvez, a noção normalmente difundida de feminismo, não abarcasse. As dúvidas se mostram pertinentes em um movimento em constante transformação, em meio a um contexto antidemocrático, em que podemos nos perguntar, como falar de libertação da mulher em meio à opressão e desigualdade social. A conscientização dessa realidade que assola o país influi no caráter voltado à defesa da questão de classe junto à luta das mulheres, buscando o afastamento de um feminismo mais elitista. A recusa de um feminismo burguês reflete também a experiência das mulheres que integraram o jornal junto aos movimentos das esquerdas que pautavam as questões de classe, e o contato que tiveram com grupos de base durante suas vidas, influenciando no olhar delas acerca da realidade das mulheres, como é o caso de Rosalina de Santa Cruz Leite.

Rosalina Leite nasceu em Recife. Quando criança, estudou em colégio de freiras, e chegou a dar aula de catequese para a população marginalizada, mas afirma ter começado a questionar os dogmas religiosos muito cedo. Ingressou na faculdade em 1964, ano do golpe civil-militar, e passou a militar na Juventude Universitária Católica (JUC). Foi também na universidade, que se tornou marxista, o que seria muito importante para sua identificação com a militância de esquerda e dos partidos políticos. Durante os primeiros anos da ditadura, ingressou na luta armada por meio da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR - Palmares). Foi presa e torturada em 1971 e seu irmão, Fernando Santa Cruz, também militante da esquerda, é ainda hoje um dos desaparecidos políticos da ditadura. Rosalina conta que foi durante sua passagem pelo presídio que começou a discutir sobre sexualidade, companheirismo e amor, com outras companheiras presas políticas. Seu ingresso no *Brasil Mulher* se deu por meio de Diva Burnier e Bia Bargieri, também ex-presas políticas, que a convidaram para participar do jornal. Relata que o BM foi muito importante para sua redescoberta, um lugar onde pode discutir sobre sexualidade, casamento, ser mulher, entre outros temas que a fez mudar o olhar sobre si. “O *Brasil Mulher* e a militância feminista chegaram como uma das maiores descobertas em minha vida, anos de muitos encontros, experiências sexuais, casamento

²⁸⁶ Ibidem. p. 146.

aberto, política libertária. E principalmente, a participação no movimento popular de mulheres”.²⁸⁷

Já Maria Quartim de Moraes conta que sua trajetória no feminismo iniciou aos 16 anos, por meio da leitura de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, defendendo também, a tese de que a libertação da mulher só se daria por meio do socialismo. Casada aos 16 anos e mãe, seu marido, Norberto Nehring, morreu sob tortura, na Operação Bandeirante (Oban). Moraes viveu no exílio no Chile, durante o governo de Salvador Allende, onde teve sua primeira experiência dentro da organização feminina, por meio do Grupo de Mulheres Brasileiras no Exterior, e também na França, onde viveu com seu irmão, também militante político, integrante do *Debate*.²⁸⁸ A autora relata que durante o tempo que permaneceu na França, esteve envolvida com o jornal e que também participou do grupo de discussão Comitê de Mulheres, criado em 1973. Retornou ao Brasil, em 1975, e acompanhou a criação do *Nós Mulheres*. A autora conta que

Durante anos, conjuntamente com o *Brasil Mulher* e o Centro de Desenvolvimento da Mulher, além de alguns grupos de periferia e operárias com quem tínhamos contatos, batalhamos por um espaço próprio de atuação, conhecendo no primeiro número, financiado pela Ruth Escobar, quando há falta de solidariedade das editoras, gráficas e dos responsáveis por vendas.²⁸⁹

A partir de 1978, o grupo passou a enfrentar discordâncias internas, levando a cisão e posterior fim do *Nós Mulheres*. Este rompimento este, segundo a autora, teria se originado por problemas na relação das mulheres com o poder e com o machismo que ainda as rondava, isto é, que elas ainda tinham internalizados de alguma forma.

Os relatos escritos pelas autoras e suas experiências nos jornais nos ajudam a compreender um pouco das experiências vividas e como essas experiências refletem na produção dos periódicos. De acordo com Chain:

Se por um lado, a memória das autoras pode configurar uma fonte privilegiada em seus textos, por outro, também poderia significar uma maior perda de objetividade. É tanto, evidente, como esperado, que as percepções que elas tem e expressam sobre os dois jornais nem sempre estão de acordo entre si. É possível perceber uma preferência - compreensível - pelo jornal do qual elas participaram. Mas, no geral, apesar das divergências em algumas avaliações e algumas posições mais críticas, - sobretudo por

²⁸⁷ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. op. cit.

²⁸⁸ O *Debate* foi um boletim publicado pelo grupo de mesmo nome que reunia militantes exilados das esquerdas brasileiras. Sua publicação teve início em 1970 e fim definitivo, em 1982. Começou a ser publicado no exílio, na França e, posteriormente, na segunda metade da década de 1970, teve sua sede transferida para o Brasil.

²⁸⁹ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. op. cit. p. 170.

parte de Maria Moraes - elas abordam a trajetória do outro grupo com respeito e buscam analisar também criticamente a atuação de seu próprio grupo.²⁹⁰

No geral, as relações entre os grupos e entre as integrantes do mesmo jornal, foram boas. Apesar de possuírem discordâncias ou pontos de vista distintos sobre o movimento e suas pautas, elas ainda se uniram para realização de eventos como o 2º Congresso da Mulher Paulista ao reconhecer a importância da continuidade daquela luta. Anos depois, algumas dessas mulheres tornaram a se encontrar e debater tais temáticas que, mesmo 50 anos depois, ainda se mostravam relevantes.

3.4 “Por que você se tornou feminista?”: o reencontro em novos tempos

Muitos anos depois do fim definitivo do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, um novo encontro foi realizado por algumas integrantes de ambos os jornais. Nos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, e ainda em um contexto que a valorização da memória acerca da violência e repressão da ditadura se mostra necessário, uma série de encontros foram promovidos no Memorial da Resistência de São Paulo com a presença de algumas mulheres que participaram da imprensa feminista alternativa. Ali, foram discutidas as memórias daquelas mulheres e sua atuação nos periódicos e na militância feminista, assim como novos desafios e angústias presentes na sociedade atual, e que muitas vezes, ainda dialogam com as pautas levantadas por aquelas mulheres nos anos 1970.

As datas comemorativas, na sua dimensão pública, são objeto de disputas e conflitos, tendo as mesmas, sentidos distintos para os atores sociais que detém a memória de tal evento e dos atos simbólicos das lutas políticas empreendidas. Como já havia destacado Jelin:

Se trata de fechas en que el pasado se hace presente en rituales públicos, en que se activan sentimientos y se interrogan sentidos, en que se construyen y reconstruyen las memorias del pasado. Son momentos en que diferentes actores de cada país eligen para expresar y confrontar, en el escenario nacional, los sentidos que otorgan a los quiebres institucionales que unos impulsaron y otro/a sufrieron.²⁹¹

²⁹⁰ CHAIN, Daniela. op. cit. p. 76.

²⁹¹ JELIN, Elizabeth. “Los sentidos de La conmemoración”. In: JELIN, Elizabeth (org). **Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas “in-felices”**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

O crescimento dos debates públicos em torno do tema da ditadura refletiu, também, na produção historiográfica, que experimentou uma multiplicação das discussões nos últimos anos. A presença dos debates acerca dos significados do golpe nos espaços públicos, entretanto, é um fenômeno mais recente. Conforme explicou Lucas Pedretti, foi somente no aniversário de 40 anos do golpe em 2014, que a historiografia passou a pensar a forma como a ditadura era representada socialmente e perceber a necessidade de ressignificar o passado com os objetivos do presente.²⁹²

Foi também, nos 40 anos do golpe que a memória passou a ganhar espaço nas discussões acadêmicas, destacada pela abordagem das disputas de memória. Como ressalta Pedretti:

O que marca essa abordagem é a percepção de que as memórias - como representações do passado - são objeto de disputas no presente, uma vez que os atores políticos buscam legitimar seus projetos a partir da afirmação de certas versões do passado em detrimento de outras. Nesse contexto, multiplicaram-se as pesquisas inspiradas em noções como as de “batalhas” ou “guerras” de memória, que jogavam luz sobre a existência de visões conflitivas sobre os significados do golpe e da ditadura, ao mesmo tempo em que tematizavam a construção política do esquecimento.²⁹³

Iniciou-se então, um esforço na tentativa de entender as formas de como essas memórias entravam em conflito. Como resultado dessa análise, percebeu-se a existências de muitas memórias disputando o espaço público.

Foi no aniversário de 50 anos do golpe, entretanto, que surgiram múltiplos sentidos da ditadura, marcados por conflitos e interesses. Destacaram-se questionamentos acerca das “memórias oficiais”, que excluía diversos setores sociais, como indígenas, mulheres, moradores da periferia, pessoas negras, LGBTQIA+ e “renovaram de forma significativa o olhar sobre a violência da ditadura, especialmente ao ampliar o rol de sujeitos compreendidos como vítimas do regime”.²⁹⁴

Segundo Mariana Joffily, os 50 anos do golpe resultou em um grande conjunto de políticas de memória que culminaram nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). “A atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), amplificada por comissões estaduais, municipais e institucionais e a presidência de uma ex-guerrilheira fizeram com que o interesse

²⁹² PEDRETTI, Lucas. Ditadura, memória e violência nos 60 anos do golpe: um balanço historiográfico e uma proposta analítica. **Dossiê: Rev. Bras. Hist.** 44 (97), 2024. p. 6.

²⁹³ Ibidem. p. 6.

²⁹⁴ Ibidem. p. 10.

no tema chegasse a um ápice dificilmente reproduzível”²⁹⁵ e, dessa forma, contribuíram para que a ditadura ocupasse grande espaço do debate público.

Os avanços das investigações da CNV resultaram, também, em uma multiplicação de questionamentos acerca do apagamento de sujeitos ou grupos sociais que permaneciam silenciados.

Uma série de fatores contribuiu para a emergência dessas críticas: o fortalecimento dos debates sobre as questões indígena, de raça e de gênero; a democratização das universidades na esteira da política de ações afirmativas; o problema da repressão policial a protestos colocado pelas mobilizações de junho de 2013; a emergência de casos de ampla repercussão de violações de direitos humanos nas favelas, como o desaparecimento de Amarildo de Souza na Rocinha, no Rio de Janeiro. Nesse cenário, na medida em que as investigações da CNV avançaram, cresciam os questionamentos sobre os silêncios da comissão em relação a sujeitos e grupos sociais que, mesmo na democracia, nunca haviam deixado de ter seus direitos humanos violados.²⁹⁶

As audiências realizadas durante a CNV expuseram uma multiplicidade de vozes e apresentaram novos sujeitos pertencentes a memória social daquele passado autoritário e, como destacou Pedretti, resultou em uma nova inflexão historiográfica que influiria nas produções dos próximos dez anos.²⁹⁷

Nos 60 anos do golpe, ocorridos em 2024, novas perspectivas acerca do trauma, das vítimas e da memória da ditadura trazem destaque para novos grupos e sujeitos antes invisibilizados e subalternizados. As memórias sociais são ressignificadas ativando diferentes sentidos daquele passado traumático. Como ressalta Mariana Joffily:

Os aniversários “redondos” de eventos políticos importantes, como os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, são momentos de ativação da memória que conclamam a debates, “des-comemorações” e balanços historiográficos. Atividades como exposições, lançamentos de filmes e documentários, mesas-redondas, publicação de edições especiais de revistas, encartes especiais de jornais, enfim, uma multiplicidade de eventos que recolocam o passado dentro do debate público.²⁹⁸

O sexagenário aniversário do golpe trouxe a público inúmeros eventos que buscavam valorizar a memória das vítimas da ditadura. Dentre eles, destacamos a exposição *Mulheres em Luta! Arquivos de Memória Política* realizada entre 7 de outubro de 2023 e 28 de julho de 2024

²⁹⁵ JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10. n. 23, jan/março 2018. p. 206.

²⁹⁶ Ibidem. p. 7.

²⁹⁷ Ibidem. p. 8.

²⁹⁸ JOFFILY, Mariana. op. cit. p. 1.

no Memorial da Resistência de São Paulo, Museu da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo.

A mostra tem como fio condutor o acervo de história oral do Memorial da Resistência que compõe o programa Coleta Regular de Testemunhos, com depoimentos de mulheres que vivenciaram a violência de Estado no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e na Democracia.²⁹⁹

A exposição contou com materiais que buscaram destacar o protagonismo de mulheres nos espaços políticos de oposição à ditadura, denunciar a violência sofrida e registrar as diferentes formas de resistência por elas empreendidas. O acervo exposto contava com fotografias, relatórios, documentos pessoais, matérias de jornais, cartas e cartazes. A exposição destacava os poemas da historiadora Beatriz Nascimento, o testemunho de Inês Etienne Romeu, apresenta o Movimento Feminino pela Anistia, o grupo da União de Mulheres de São Paulo, relembra a violência perpetuada na Casa da Morte de Petrópolis, aborda o Lobby do Batom³⁰⁰, o Clube de Mães da Zona Sul, entre outros temas. Contou também, com um projeto com rodas de conversa com algumas feministas da imprensa alternativa, realizadas após o início da exposição, por iniciativa das próprias feministas.

Figura 10 - Exposição Mulheres em luta



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2024.

²⁹⁹ Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/exposicao/mulheres-em-luta-arquivos-de-memoria-politica/>.

³⁰⁰ Foi um movimento que constituiu a articulação de mulheres na Assembleia Constituinte de 1987/88. O Lobby do Batom, nome pejorativo dado pela mídia, mas adotado pelas integrantes, reuniu legisladoras e ativistas para redigir a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”.

Figura 11 - Exposição Mulheres em Luta



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2024

Figura 12 - Exposição Mulheres em luta



Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo, 2024.

Em visita à exposição, Lia Zatz, que integrou o jornal *Nós Mulheres*, relatou sentir falta de muitos movimentos políticos da década de 1970:

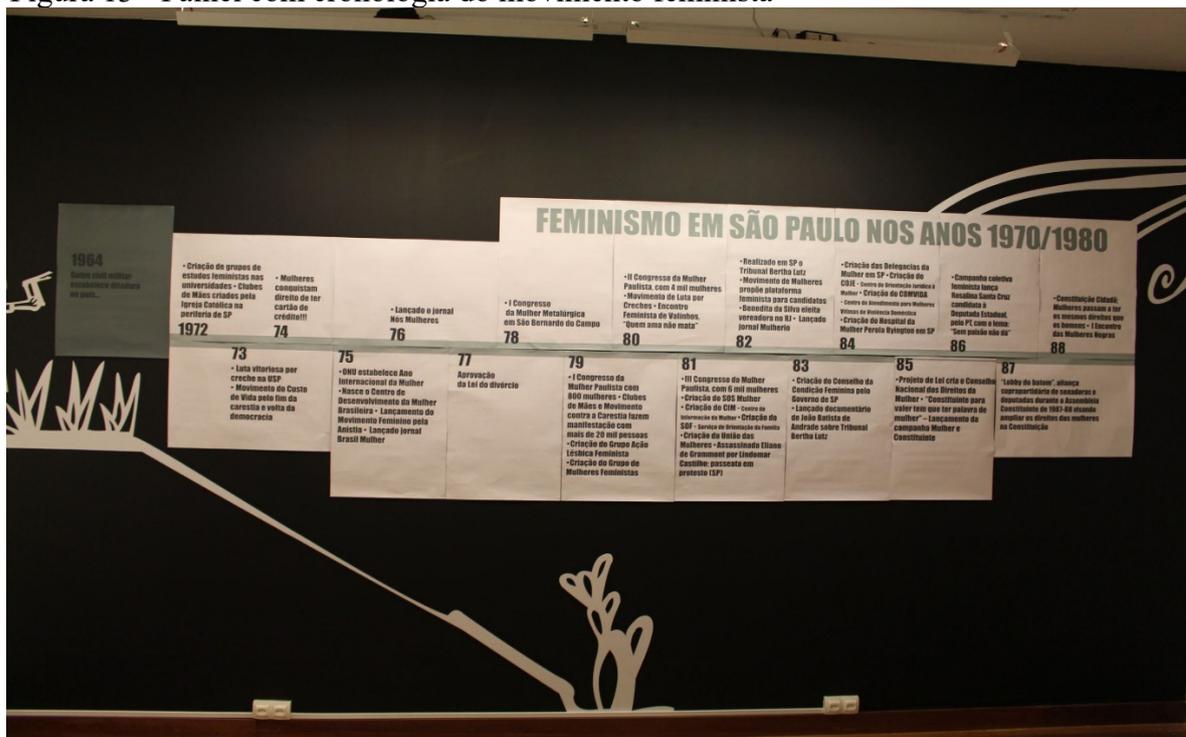
Esse projeto foi assim, aqui em São Paulo tem o Memorial da Resistência, você sabe. E funciona onde era o antigo Dops, faz parte da pinacoteca e tal. e elas fizeram lá, a curadora fez...que trabalha lá, fez uma exposição chamada “Mulheres em luta”, que aliás, termina esse mês, termina no dia 28, e foi inaugurada, eu acho, no meio do ano passado. Eu fui na inauguração com uma outra colega, e a gente percebeu, na exposição, que faltava muita coisa da década de 1970, tinha muita coisa, sobre o movimento de creches, da união das mulheres, que a Amelinha é muito, a Amelinha ta sempre presente, e a gente achou que tinha pouca coisa, que devia ter mais coisa, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, Congresso da Mulher, enfim, tudo o que foi da década de 1970, e conversamos com a curadora e ela falou que “não, a gente tem essa consciência, mas a gente não deu conta, muita coisa pra organizar, vocês não querem organizar alguma coisa?”. E a gente fez em paralelo a essa exposição, organizou essas rodas de conversa, foram 6 rodas, né, com temas variados.³⁰¹

As rodas de conversa promoveram o reencontro de algumas ex-integrantes do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*. Entre os seis encontros realizados, estiveram presentes, dentre as que foram possíveis de identificar, Lia Zatz, Inês Castilho, Beatriz Bargieri, Marli Gonçalves, Cinthya Sarti, Rosalina de Santa Cruz Leite, Iara Prado, Ieda Areias, Cuca Amaral e Guida Amaral.³⁰²

³⁰¹ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

³⁰² Não conseguimos identificar Cuca Amaral e Guida Amaral nos expedientes de nenhum dos jornais, mas durante as rodas de conversa, ambas pareciam se inserir de alguma maneira, no coletivo. Não foi possível, portanto, precisar se elas fizeram parte de alguma das edições, ou se pertenciam a grupos/movimentos sociais que eram próximos ao BM ou ao NM.

Figura 13 - Painel com cronologia do movimento feminista



Fonte: Memorial da Resistência, 2024.

Figura 14 - Roda de conversa ocorrida durante a Exposição Mulheres em luta, no Memorial da Resistência de São Paulo, em março de 2024. Da esquerda para a direita: Ieda Areias, Lia Zatz (segurando o microfone), Iara Prado (de vestido verde) e Cuca Amaral (ao lado de Iara)



Fonte: Memorial da Resistência, 2024.

Figura 15 - Roda de conversa ocorrida durante a Exposição Mulheres em luta, no Memorial da Resistência de São Paulo, em março de 2024. De costas, vestindo blusa branca: Vera Soares. De preto, no canto direito da foto: Rosalina Leite



Fonte: Memorial da Resistência, 2024.

Cada encontro possuía um tema diferente a ser debatido, sendo eles: “Por que você se tornou feminista?”, “Imprensa Feminista”, “As Mulheres na ditadura civil militar”, “A imprensa feminista e o Lobby do Batom”, “Feminismo e patriarcado” e “Por um novo envelhecer”, todos relacionados à trajetória daquelas mulheres durante a ditadura, sua militância no feminismo, ou a ação dentro da imprensa. As conversas se iniciavam com uma pergunta desencadeadora, na qual a primeira foi: “Por que você se tornou feminista?”. Nesse primeiro encontro, as participantes se apresentaram e lembraram um pouco de sua trajetória e inserção no feminismo e nos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Buscamos destacar aqui, alguns dos depoimentos feitos por algumas dessas mulheres que, além de valorizar a memória das mesmas, revelam aspectos importantes de suas identidades enquanto sujeitas, sua individualidade e as distintas formas as quais enxergavam ou ingressaram no movimento feminista e nos periódicos analisados.

A trajetória de Vera Soares, que fez parte do jornal *Brasil Mulher*, tem início em sua militância no movimento estudantil e sua atuação nos partidos:

Eu tinha participado muito do movimento estudantil (...) me formei em física na USP, sou da geração que é mais ou menos assim, pra gente entrar na universidade, quem vinha de uma classe média baixa né, não tinha muita informação, era entrar num universo de novidades, de informação, (...) então a entrada na universidade, de certa forma, era uma marca extremamente importante pra quem vinha de famílias empobrecidas na época, classe média e tal, com pouca informação. Era um universo que se abria. Eu era militante então, do movimento estudantil.³⁰³

Seu contato com a universidade, em 1967, corresponde ao período de efervescência estudantil que marcou a década de 1960, principalmente, o ano de 1968. Vera explica também, que a cobertura que o BM fez, junto ao Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo deu a ela uma nova perspectiva quanto à questão de gênero:

Nós éramos uma organização, no caso o BM, com um olhar muito atentas e muito independente, inseridas no movimento social que existia fortemente aqui na cidade de São Paulo, as metalúrgicas. E tem o congresso das mulheres trabalhadoras metalúrgicas de São Bernardo e nós como jornal, fomos cobrir, ajudar na participação e tal, depois a gente ajudou em relatórios. As mulheres falavam do cotidiano da fábrica e aquilo explodiu na minha cabeça. Então acho que foi esse movimento, isso e o movimento de carestia, nós temos muito envolvimento no movimento de anistia e isso que fez eu virar um pouco a minha cabeça e entender que a gente tinha que olhar, que dizer nós estamos trabalhando e aprendendo uma outra dimensão. Eu costumo dizer que o feminismo me trouxe uma outra lente né, é como se você tivesse um óculos e você passa a enxergar múltiplas relações que estão acontecendo na sociedade e a partir daí, me integrei nesse negócio. (...) vou dizer assim, pra simplificar eu to numa corrente que é não tem socialismo sem feminismo e nem feminismo sem socialismo só pra simplificar de onde eu me encontro.³⁰⁴

Pelo depoimento de Vera, podemos perceber também, como sua proximidade e vivência no movimento de esquerda reflete a forma como a mesma enxerga o feminismo, adotando o viés socialista. O feminismo do *Brasil Mulher* não enfatiza um rompimento com a tradição marxista, nem com as organizações de esquerda, das quais muitas de suas integrantes fizeram parte. Muito do olhar que o jornal apresentava, buscou pautar-se pela linguagem que prevalecia nos grupos de esquerda e procurou alinhar a teoria marxista às questões das mulheres.

Iara Prado, integrante do *Brasil Mulher*, também relata que um dos momentos que a fez perceber a desigualdade de gênero, foi sua atuação nos partidos de esquerda:

Na VAR Palmares, a mesma coisa da Cuca [Amaral], eu não falava nada em nenhuma reunião. Eu dava apoio, guardava mala, fazia café. Teve um congresso monstruoso, que era VAR, VPR, onde teve o racha, eu e a outra menina, que era Olga nós ficamos na cozinha, ficamos escutando. Bom, aquilo era muito revoltante, mas tinha um problema que eu tinha medo de falar, de enfrentar e a reunião dos delegados pra conferência, tinha assim, só homem, não tinha uma mulher, entendeu. Isso foi durante

³⁰³ SOARES, Vera. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

³⁰⁴ Ibidem.

a militância. Mas aí, eu fui presa e passei por todas as coisas, quando chegou na cadeia gente descobriu, eram só mulheres, vida entre mulheres, a gente descobriu como foi isso, como foi aquilo. Entre nós mulheres, nós chegamos a conclusão de que a gente tinha ido melhor do que os homens. Em muitas situações, que eram situações pesadas, em que a gente usou intuição, sensibilidade, tudo que a gente costuma usar pra sobreviver e não colocar em risco os amigos e as amigas. Isso deu, foi assim sabe... a gente começou a ler livro, livro, livro, até chegar no...o prazer do orgasmo. E chegava em capítulos, entrava na coisa de... Então teve uma coisa de tomada de consciência daquelas mulheres, que a gente podia também, a gente podia usar todo potencial que nós tínhamos.³⁰⁵

Como já mencionado em capítulos anteriores, apesar de participar de partidos clandestinos, da luta armada e organizações de esquerda, nem sempre as mulheres eram permitidas integrar cargos mais altos, ocupando muitas vezes, espaços auxiliares. As organizações de esquerda também perpetuavam a existência do machismo existente na sociedade e refletiam uma hierarquização baseada em papéis de gênero.

Para Iara, outro elemento que a despertou para o feminismo, foi a maternidade:

A questão da sexualidade do ponto de vista privado, quando eu fui me tornando feminista apareceu quando eu tive filho. Aí foi de lascar, porque com criança, as coisas ficam muito claras, tanto do ponto de vista da sexualidade masculina, que não entende o que está acontecendo, como do ponto de vista de que você é a responsável, sozinha, pela criança, enfim. Meu marido virou feminista, o Breno virou feminista, todo mundo virou feminista porque foi um pau lascado, fuinha virou feminista, não teve jeito, entendeu. Porque aí a gente começou a fazer a luta dentro de casa, então foi isso.³⁰⁶

Rosalina de Santa Cruz destaca dois momentos chaves que a fizeram se aproximar do movimento feminista, o primeiro, por influência de sua mãe:

Eu acho que eu fui fiquei feminista porque minha mãe, apesar de ser uma dona de casa, filha de senhores de engenho casada com médico sanitário que ela dizia que estava acima até dos filhos, a relação com ele, a minha mãe sempre dizia pra seis filhas mulheres que ela tinha, 'lugar de mulher não é em casa bordando, costurando, esperando marido, lugar de mulher na rua, é na Universidade fazendo política, se formando pra nunca precisar de alguém e depender como ela dependesse. Então a gente foi criado assim³⁰⁷

Outro momento destacado pela autora, tem relação com o período traumático de sua prisão no DOI CODI.

³⁰⁵ PRADO, Iara. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

Mas o que mais me marcou foi a minha primeira prisão, eu fui presa duas vezes. A primeira prisão me mostrou muito o que era ser aquela época, presa ligada à luta armada. Então, guerrilheira, né, terrorista. Quando eu cheguei no DOI CODI, na Barão de Mesquita no Rio de Janeiro, a primeira coisa que o cara me disse foi “tira a roupa”, a gente era torturado por homens né, “tira a roupa” e eu falei “não tiro”. E vinte minutos depois eu jamais diria isso, eles me rasgaram a roupa, me deram choque na vagina, me fizeram coisas que me marcam pro resto da vida.³⁰⁸

Além da compreensão da utilização do corpo feminino como objeto de opressão e elemento da violência contra a mulher, Rosalina teve a lembrança do filho como parte de sua tortura:

Quando eu fui presa eu também fui obrigada a abortar. Porque eles fizeram eu abortar. Eles faziam isso porque eu era mulher, porque as mulheres eram torturadas por homens e eram torturadas pela sua sexualidade, e por nossos filhos. Porque quando eu cheguei em casa e eu tinha um filho de seis meses, eles pegaram e penduraram [a criança] na janela, ele disse: eu vou jogar da janela. acho que ele não ia jogar, mas eu enlouqueci, e gritei muito, e o André gritando também, então a tortura com as mulheres era assim, feita por homens, pegando o que é nosso, o que é ser mulher, filho, sexualidade.³⁰⁹

Uma característica interessante levantada na discussão, foi a forma como a maternidade trouxe outra perspectiva para muitas mulheres quanto a desigualdade de gênero. Se ver na responsabilidade de ter que cuidar de uma criança, por mais que, em certos casos, tivesse o esposo ao lado, acabou por transformar o olhar daquelas mulheres. Além de ter sido mencionada por Rosalina Santa Cruz e Iara Prado, Lia Zatz, também reforçou o que já havia mencionado, em entrevista concedida para esta dissertação, sobre sua experiência em ser mãe e militante:

Até os 14 anos pra mim, mulher tinha que casar virgem, senão era considerada puta. [...] Vivia uma relação muito igualitária [com seu namorado], ou eu achava que era, e fui mudar o pensamento, quando eu tive filha. Apesar de ser um bom pai e dividir tarefas em casa, a responsabilidade era minha, e isso foi o *start* pra eu começar a pensar no feminismo.³¹⁰

As relações de dominação atribuem um significado social à maternidade e impõem às mulheres a posição de mãe como algo natural, revelando também, a função do cuidado que deveria ser executado pelas mulheres no âmbito privado. É nesse contexto de hierarquização de gênero e divisão social do trabalho, consolidadas no capitalismo, que podemos perceber a

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ ZATZ, Lia. Encontro 1.1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

dicotomia em que são traçadas as camadas da vida pública e privada como forma de acentuar a dominação do homem sobre a mulher.

Outro detalhe importante que nos chamou atenção nos relatos de algumas integrantes dos jornais, mais especificamente do *Brasil Mulher*, foi a relação das organizações de esquerda e suas posições sobre o trabalho exercido no periódico. Vera Soares relata que a organização da qual fazia parte, a Ação Popular Marxista-Leninista, instruiu que ela fosse participar do BM.

Sou de uma geração que amava a revolução e a gente tinha certeza que nós íamos mudar o mundo. Eu termino a universidade, formada, participo de uma organização clandestina, que era a Ação Popular, sou da geração também que é uma transição entre a Apezona e a APML, estava terminando a licenciatura, já dava aula, trabalho, fiquei na universidade e a organização me disse ‘vá participar do jornal Brasil Mulher’ e eu fui, não tinha dimensão dessa questão das mulheres, então essa coisa pra mim, “quando você virou e quando?”³¹¹

Vera Soares já havia declarado que chegou ao BM para reforçar o grupo de mulheres da APML para integrar o movimento social que começava a aparecer na periferia de São Paulo, lutando contra a carestia e por melhores condições de vida.³¹²

Assim como Vera, Ieda Areias também relata que sua entrada no BM foi por meio do partido:

Eu também sou militante desde o ginásio, ligada a igreja, JUC, JEC, do movimento de periferia e tal. Então sempre tive esse pé no movimento social. Depois eu entrei na USP, e aí fui participar do Brasil Mulher, no mesmo no rumo da Vera Soares o partido clandestino falou: “vai pra lá e acabou né”³¹³

Iara Prado também descreve caso parecido:

A questão do ponto de vista público, eu entrei no Brasil Mulher como a Ieda e a Vera. Eu tinha voltado a militar na APML, e era ditadura, quem tinha força eram as mulheres da periferia, que fizeram movimentos incríveis, os clubes de mães, então vamos pra lá e vamos trabalhar no Brasil Mulher. Isso do ponto de vista público, do ponto de vista privado, eu já tinha clareza de que, se a gente trabalhasse só entre homens, ia ser difícil vencer, dar esse passo além, entendeu. Porque a nossa geração foi uma geração criada onde, sabe, tinha o padre, tinha o diretor da escola, todos eram homens³¹⁴

³¹¹ SOARES, Vera. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

³¹² TELES, Amelinha. LEITE, Rosalina Santa Cruz. op. cit. p. 152.

³¹³ AREIAS, Ieda. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

³¹⁴ PRADO, Iara. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

Madalena Guilhon também já havia contado um pouco sobre essa relação entre o *Brasil Mulher* e os partidos e organizações das esquerdas, mais especificamente, sobre a sucursal do BM no Rio de Janeiro:

Era uma aliança entre as mulheres que eram da AP e as que eram do PCdoB. Claro que a gente não falava nisso. Isso não aparecia, o que aparecia era o *Brasil Mulher* que era uma coisa legal, idealizada em São Paulo e que a gente era a sucursal. Isso era tudo por debaixo dos panos.³¹⁵

Ela conta também, que essa relação com os partidos e organizações era muito criticada pelas feministas que voltaram do exílio:

Esse grupo que a gente chama de “as exiladas”, as exiladas tinham outra cabeça. O nosso feminismo, quando a gente começou, era um feminismo muito ligado ao partido, à organização clandestina. Eu estou falando partido, mas é como se fosse dizer partidário. Era partidário, então, a direção dizia que a gente deveria fazer não sei o quê em não sei aonde, na fábrica... E a gente ia! A gente falava da questão da mulher, fazia conversa entre nós, mas ainda não era um grupo de autoconsciência, como já existia na Europa, como já existia nos Estados Unidos. Porque a gente não tinha muita ideia. A gente lia texto, refletia, conversava, mas não era verdadeiro. As atividades, as ações, eram muito ligadas à AP e ao PCdoB. Contra a ditadura! Tudo era ligado contra a ditadura. A gente só queria saber de luta contra a ditadura, o resto não era tão interessante. A gente falava, trocava, conversava, mas não era tão interessante. A partir da chegada das exiladas, elas formaram um coletivo, um coletivo no Rio de Janeiro, a maioria delas. E começaram a falar, a trocar com a gente que não era nada disso, que a gente era “pau mandado” do partido, que servia cafezinho para os homens, sabe aquelas coisas? [risos].³¹⁶

A proximidade dos partidos e organizações com o BM é uma das principais características que o difere do NM. Já destacamos anteriormente, que as mulheres que integraram o *Brasil Mulher* provinham de partidos clandestinos, organizações políticas de esquerda. Fato é que algumas editoras do *Nós Mulheres* também participavam de organizações desse tipo, mas o NM, em sua constituição, se mostrou mais independente de suas lutas partidárias. Como mencionou Lia Zatz, “pra mim as pautas do jornal, eram as pautas do jornal, não tinha nada a ver com o que eu tava vivendo na minha organização”.³¹⁷

No BM, entretanto, as palavras de Lia não parecem se aplicar à forma de atuação. Não foi possível precisar o quanto existia de influência dos partidos e organizações de esquerda no

³¹⁵ GUILHON, Madalena. Entrevista concedida ao projeto Marcas da Memória (UFRJ-Comissão da Anistia). Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2013.

³¹⁶ GUILHON, Madalena. Entrevista concedida ao projeto Marcas da Memória (UFRJ-Comissão da Anistia). Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2013.

³¹⁷ ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

interior da produção ou nas pautas do jornal, ou se existia, de fato, alguma interferência direta. O que observamos é que as lutas do BM iam de encontro às que as organizações promoviam naquela época, muito ligadas aos movimentos de base. Isso pode ser resultado da própria trajetória do jornal, que em sua origem, não se identificava diretamente com os movimentos feministas. De certa forma, esse modelo de atuação ia de encontro com o objetivo do jornal de fazer com que seu discurso político atingisse as trabalhadoras e as mulheres das classes mais pobres.

No *Nós Mulheres*, por sua vez, podemos notar uma preocupação quanto a autonomia do movimento, fruto de uma construção que já se propunha feminista em sua origem. O contato de suas integrantes com debates intelectualizados e leituras acadêmicas, seja em grupos no exílio, ou em grupos de consciência, podem ter auxiliado para uma visão mais positiva do feminismo. Ainda assim, o NM não deixou de lado as preocupações com a ditadura, os problemas vividos pela sociedade em geral e as mulheres subalternizadas.

Por meio dos relatos dessas mulheres, pudemos conhecer um pouco mais de suas vivências dentro dos periódicos e da militância feminista. Através de seus testemunhos, podemos compreender suas trajetórias e suas percepções acerca de suas ações. Adotando a concepção de pluralidade do sujeito, buscamos por meio dos testemunhos, destacar às singularidades das entrevistadas nas lembranças de suas próprias experiências, conferindo distintos sentidos às suas ações por meio da voz ativa de suas militantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender a construção do movimento feminista a partir dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Intentamos também, a partir da memória de algumas de suas integrantes, destacar as ações que resultaram em transformações significativas com relação aos direitos das mulheres, trazendo a público debates considerados tabus e colocando em pauta a opressão de gênero existente na sociedade.

A análise dos periódicos nos permitiu observar que o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* possuíam propostas editoriais semelhantes no que diz respeito às pautas abordadas. Os dois jornais apresentaram um olhar mais contido ao tratar de temas como o sexo ou o aborto, em parte pela proximidade com as Comunidades Eclesiais de Base, que constituíam parte importante no apoio a luta contra à ditadura, e onde tais temas não eram bem recebidos. Por outro lado, era um reflexo de algumas das militantes que ainda olhavam para tais temáticas com certa desconfiança. Cabe destacar também o receio com a possibilidade de censura ao trabalhar essas temáticas de forma mais aprofundada.

Ainda observando suas similaridades, podemos afirmar que ambos os editoriais assumiram as lutas gerais, contra a ditadura, e as lutas feministas. Questões como a luta pela anistia, a desigualdade social gerada pelos planos econômicos da ditadura e a violência política apareciam em ambos os periódicos. Mas houve também diferenças. Os jornais possuíam trajetórias distintas com relação ao movimento feminista, desde de sua origem. Se por um lado o NM surgia com a proposta de ser um jornal declaradamente feminista, o BM, por sua vez, demorou algumas edições para se autodeclarar feminista. A sua ligação com o Movimento Feminino pela Anistia e sua proximidade com os grupos de esquerda fez com que o periódico demorasse um pouco mais a assumir essa identidade.

Quanto aos quatro temas analisados dentro dos jornais – sexo, aborto, maternidade e mercado de trabalho – percebemos o destaque dado ao trabalho e a maternidade e a forma como esses temas se interligam. A dupla jornada de trabalho e o trabalho doméstico não remunerado, apareceram em várias edições de ambos os periódicos e era um retrato do feminismo do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que identificava nas mulheres das classes marginalizadas aquelas que mais sofriam com as opressões de gênero.

O cenário nacional, marcado pelo autoritarismo de um regime com ausência do exercício de liberdades democráticas, e a situação de desigualdade socioeconômica interferiu na configuração do caráter feminista adotado na imprensa feminista. A vinculação das

integrantes com muitos grupos de esquerda ligados ao marxismo também atribuiu tais características ao movimento e na forma de interpretação da opressão de gênero que as aproximavam dos movimentos de base, como os clubes de mães, os movimentos de luta por creche, as associações de donas de casa, o movimento contra a carestia, sindicatos, entre outros. Isso fez com que as editoras optassem por trazer os principais problemas sofridos por essas mulheres nas páginas de ambos os jornais. É importante destacar também, que na década em que os jornais começaram sua circulação, o movimento feminista de forma organizada, se mostrava ainda incipiente, o que fez com que suas integrantes fossem assumindo as pautas feministas com o decorrer do tempo. Mas no geral, tanto as mulheres do *Brasil Mulher*, quanto as do *Nós Mulheres* compartilhavam concepções similares quanto a luta feminista, isto é, de que a luta deveria ser focada também, na questão de classe, e que não haveria liberdade, se ela não atingisse aquelas que mais eram afetadas, as mulheres das classes mais oprimidas.

Concepções similares, entretanto, não significam posições homogêneas e, nesse sentido, é importante destacar que os jornais - e suas integrantes - também possuíam suas particularidades, tais como o posicionamento diante das organizações de esquerda e as relações que deveriam, ou não, ser mantidas com essas organizações. O *Brasil Mulher* parecia se mostrar mais aberto a manter uma proximidade com os partidos políticos e incentivar que as mulheres participassem em tais grupos. Essa proximidade entre as lutas influía, mesmo que indiretamente, nas pautas a serem priorizadas nas edições do BM. Já o *Nós Mulheres*, pareceu demonstrar o desejo de uma maior autonomia de sua atuação com os movimentos de esquerda, sendo a possível interferência desses grupos nas suas pautas, um motivo de discussão e cisão interna. Apesar disso, ambos os periódicos mantiveram boas relações entre si, chegando a ocupar o mesmo prédio - embora em salas e andares diferentes - sem que houvesse grandes embates. Os dois grupos chegaram a organizar também, em conjunto, eventos importantes para o movimento feminista, como os Congressos da Mulher Paulista.

As experiências coletivas, os debates e o compartilhamento de ideias foram fundamentais na construção de uma consciência feminista dessas mulheres. As memórias distintas, - que se diferenciam mesmo quando relacionadas ao mesmo evento - partilhadas por essas mulheres nos mostram a heterogeneidade presente no grupo e nos movimentos feministas. São mulheres com trajetórias diversas, que ingressaram nos jornais e no movimento por motivos singulares, às vezes, influenciadas pelas mudanças trazidas com a contracultura, outras por meio da militância em partidos e organizações clandestinas que lutavam contra a ditadura, e algumas, até mesmo pela sua experiência com a maternidade, e na responsabilidade que sempre recaí sobre a mulher na criação dos filhos, fazendo-as perceber as diferenças culturais e

opressões de gênero presentes na sociedade. Elas encontraram nos jornais alternativos formas de expor suas ideias, seja a de oposição ao autoritarismo e violência perpetrada pelos militares, ou pela desigualdade vivenciada pelas mulheres que se encontravam na sociedade.

A experiência de militância em um ambiente marcado pela pluralidade de pensamento produziu transformações profundas na vida dessas mulheres. A partir de suas vivências nos jornais e no movimento feminista, elas aderiram, ao longo de suas vidas, a novos engajamentos políticos e levaram um pouco daquele movimento consigo, para trabalhos posteriores. Algumas seguiram no ativismo político e feminista, como é o caso de Amelinha Teles, que até hoje atua na militância pelos Direitos Humanos. Outras carregaram as lutas das mulheres para seus trabalhos cinematográficos, como é o caso de Inês Castilho, ou sua escrita, como fez Lia Zatz. Algumas também levaram suas experiências junto de si, dando segmento em pesquisas no campo acadêmico, como é o caso de Maria Lygia Quartim de Moraes ou Rosalina Leite. Essas vivências posteriores ao jornal não deixam de ser um reflexo possibilitado por suas lutas e ações dentro do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

Dessa forma, concluímos que os jornais alternativos feministas foram um importante meio para a reivindicação das demandas do feminismo, serviu como um espaço de debates e embates contra a ditadura e as mídias tradicionais e como um meio de articulação política, representando uma parte fundamental da construção do pensamento feminista brasileiro. O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* se constituíram como espaços importantes da elaboração de uma leitura crítica a respeito da opressão de gênero. Os periódicos se empenharam na luta pelos direitos das mulheres, buscando romper com a estrutura de poder que impunha a subordinação das mulheres e do fortalecimento do movimento feminista.

Tentei, nesta dissertação, contribuir para o debate acerca da construção do movimento feminista brasileiro, buscando focar na análise das pautas feministas levantadas nos periódicos na década de 1970, assim como, destacar um pouco das memórias de militantes que atuaram nos jornais. As mulheres que participaram dos jornais feministas durante a ditadura civil-militar brasileira buscaram romper com os papéis de gênero socialmente impostos, abrindo espaço para o debate de assuntos antes limitados à esfera do privado, considerados tabus, enfrentando o conservadorismo e machismo presentes nas relações sociais marcadas pela imposição de uma hierarquia pautada no gênero. Dessa forma, os jornais se constituíram em um espaço não só de resistência, mas de aprendizado, de construção de laços de afeto, de memórias e experiências. Por isso, ressaltamos a importância de analisar a trajetórias dessas mulheres e dos periódicos aos quais estiveram ligadas, para que possamos compreender os debates entre as esquerdas no

contexto da redemocratização no país, a história do feminismo no Brasil e a força das mulheres que encararam essa luta na busca por mudanças.

Esta pesquisa, entretanto, não finda por aqui. Seguirei investigando a trajetória de ambos os jornais em minha tese de doutorado, agora trazendo um debate ampliado em uma perspectiva comparada com jornais feministas chilenos do período da ditadura. O olhar comparativo dos jornais possibilitará um maior entendimento dos movimentos feministas latinos durante os seus respectivos períodos de repressão.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. (Col. Feminismos plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALBERTI, Verena. Fontes Orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- _____. Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral. In: MAIA, Andrea Casa Nova Maia e MORAES, Marieta de. **Outras histórias. Ensaio em história social**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. In: PROJETO MULHER: **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1989.
- BRIGGMANN, Luisa Dornelles e WOLFF, Cristina Sheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Sheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964 – 1985)**. Curitiba: Appris, 2019.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminista brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARDOSO, Elisabeth. **Imprensa feminista brasileiros pós 1974**. Dissertação. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org). **Pensamento Feminista, conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHAIN, Daniela. **Tribunas democráticas para as mulheres: o feminismo marxista dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* (1975 – 1980)**. (Dissertação) Mestrado. UFF, Niterói, 2021.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. 5, n.o 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. MS: Ed. UFGD, 2014.

_____. Gênero e História: um diálogo possível? **Contexto e educação**. Editora Unijuí – ano 19 – n 71/72 – jan/dez 2004. p. 29 – 43.

COLLINS, Patricia Hill; BIRGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORTADA, Isabela. O Tempo fora do Tempo: usos da memória e do esquecimento – História. **Revista da FLUP**. Porto. IV Série. Vol. 8, no 1. 2017.

COSTA, Geovane Batista da. MÉNDEZ, Natalia Pietra. Feminismo e lesbianidade: Encontros e desencontros no período da redemocratização do Brasil. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMIDT, Benito Bisso. **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Edufal, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela **Revista Estudos Feministas**, nº1, 2002.

CRUZ, Iracélli Alves. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. (Tese) Doutorado. UFF, Niterói, 2020.

CURIEL, Ochy. El lesbianismo feminista: Una propuesta política transformadora. *Revista America Latina em Movimento*, n. 420, P. 3-7, 2007.

DEBÉRTOLIS, Karen Silva. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. Dissertação (Mestrado), UFRGS: 2002.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em Disputa e Jogos de Gênero: o Movimento Feminino PELA Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese de doutorado. Florianópolis, 2009.

_____. Feminismos brasileiros, vigilância e relações com as esquerdas. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHIMIDT, Benito Bisso. **(Re)existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Edufal, 2023.

ELIAS, Natalia silva. **Mulheres e resistência, da repressão ditatorial à democracia: feminismos, memórias e identidades em Belho Horizonte (1975-1980 e 2018)**. Dissertação de mestrado. UERJ: São Gonçalo, 2021.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. **Gênero e memória: algumas reflexões**. Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, 2. sem. 2004.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEMENÍAS, Maria Luísa. O feminismo latino americano, cartografia preliminar. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 224-238, 2021.

FERREIRA, Elizabeth. **Mulheres, militância e memória**. Dissertação (mestrado), UFRJ: 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314 – 332.

GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. **Lutas sociais**, n 21/22, São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Géssica. **Ensaio Feminista sobre o sujeito universal**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2022.

Gumes, G. C. F. (2024). A medicina e a tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências**, 13(01), 39-57.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEMMINGS, Claire. Contando Estórias Feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)**. Dissertação (mestrado). UFF, 2011.

JAMESON, Fredric. Periodizando os anos 60. In: Pós Modernismo e Política. Organização: Hollanda, H. B. Rio de Janeiro. Ed. Rocco LTDA. 1991.

_____. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997

JELIN, ELIZABETH. **Memorias enconflicto**. Puentes, agosto, 2000.

_____. “Los sentidos de La conmemoración”. In: JELIN, Elizabeth (org). **Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas “in-felices”**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOFILLY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Sheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10. n. 23, jan/março 2018.

_____. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969 – 1975). Tese de doutorado, USP. São Paulo, 2008.

JUNIOR, Luis Marcos Gomes de Souza. **As Comunidades Eclesiais de Base em Campinas nas décadas de 1970 e 1980: Catolicismo, Ditadura, Militância e Memórias**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social, UERJ. São Gonçalo, 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários – Nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar**. In: carneiro, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; imprensa oficial do estado, 2002. p. 533-551.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 477.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. **Revista de Estudos Feministas**. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n1, 2003.

LUCA, Tania de. *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (org). **Pensamento Feminista, conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2019.

_____. *Colonialidade de gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). **Pensamento Feminista, perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.

MARQUES, Ana Maria. *Feminismo e resistência: 1975 – o centro da mulher brasileira e a revista veja*. **Hist. R.**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2014.

MARTINS, Mariana Solon Fernandes Torres; Nunes, Márcia Vidal. **A Imprensa Alternativa e o Movimento Feminista Durante a Ditadura Militar no Brasil: A Relevância do Jornal Nós Mulheres**. 12º Encontro Nacional de História da Mídia. Natal/RN: 2019.

MENEZES, Valderiza. *Corpo de batalha, corpo de luta: prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970-1990)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, Coleção Primeira versão, 1996.

_____. *As origens do feminismo marxista (e a Revolução de 1917)*. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 28, p. 25 - 37, maio 2017.

_____. **Breve história do feminismo brasileiro na década da mulher**. In: *Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro: tomo II*. Coleção trajetórias. Publicações Unicamp: s.d.

_____. **O feminismo e a vitória do neoliberalismo**. In: SCHPUN, Mônica Raisal (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **A História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 07-28.

PEDRETTI, Lucas. Ditadura, memória e violência nos 60 anos do golpe: um balanço historiográfico e uma proposta analítica. **Dossiê: Rev. Bras. Hist.** 44 (97), 2024.

PEDRO, Joana. Corpo, prazer e trabalho. In: **Nova História das Mulheres**. PEDRO, Joana e PINSKY, Carla Bassanezi. Editora Contexto.

_____. O feminismo de “segunda onda”: Corpo, prazer e trabalho. In: PEDRO, Joana; PINSKI, Carla Bassanezi. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970 – 1978). **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 6, nº 52, p. 249 – 272, 2006.

_____. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, N.1, p. 77-98, 2005.

_____. e WOITOWICZ, Karina Janz. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (org). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PETERSEN, Janine. Os feminismos e a polêmica da contraceção no Brasil (1970-1980). **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, 11(11), pp. 135–144.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3 – 15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POPADIUK, Barbara; SCHIMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969 – 1991). **História & Perspectivas**, Uberlândia, (31) :229-252, Jul./Dez. 2004.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964 – 1988)**. (Tese). USP: São Paulo, 2017.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RAGO, Margareth. **Gênero e História**. Editora Compostela: 2012.

RIDENTI, Marcello. Cultura e Política: os anos 1960 - 1970 e sua herança. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano – vol. 4).

ROVAIN, Marta. **Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino**. Tese (doutorado), USP: São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp 31 – 48.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, maio-junho 2004. p. 35-50.

_____. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cad. Pesq.**, São Paulo (64): 38 – 47. Fev. 1899.

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. Dossiê Aborto, **Rev. Estud. Fem.** 16 (2), Ago 2008.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SILVA, CristianiBereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra silva de. Epistemologia Feminista. In: Colling, Ana Maria; Tedeschi, LosandroAntonio.(orgs) **Dicionário crítico de Gênero**. Editora UFGD: Mato Grosso do Sul, 2019.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Da guerrilha a imprensa: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Memoria del mal, tentación del bien: Indagación sobre el siglo XX**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

FONTES

Documentos:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo: Serviço Nacional de Informações (BR DFANBSB V8). Seção de Documentos Micrográficos. Série: Agência Central. Título: Movimento Brasil Mulher. Cód. De Ref.: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76091834.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

Fontes Orais:

AREIAS, Ieda. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

CASTILHO, Inês. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 2 de julho de 2024.

GUILHON, Madalena. Entrevista concedida ao projeto Marcas da Memória (UFRJ-Comissão da Anistia). Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2013.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

PRADO, Iara. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

SOARES, Vera. 1º Encontro ocorrido no Memorial da Resistência em São Paulo, 2024.

ZATZ, Lia. Entrevista concedida a Joyce Simões, via Google Meet, em 10 de julho de 2024.

Periódicos:

Jornal Brasil Mulher (1975 – 1979). Disponível no acervo digital da Fundação Perseu Abramo.

Jornal Nós Mulheres (1976 – 1978). Disponível no cervo digital da Fundação Carlos Chagas.